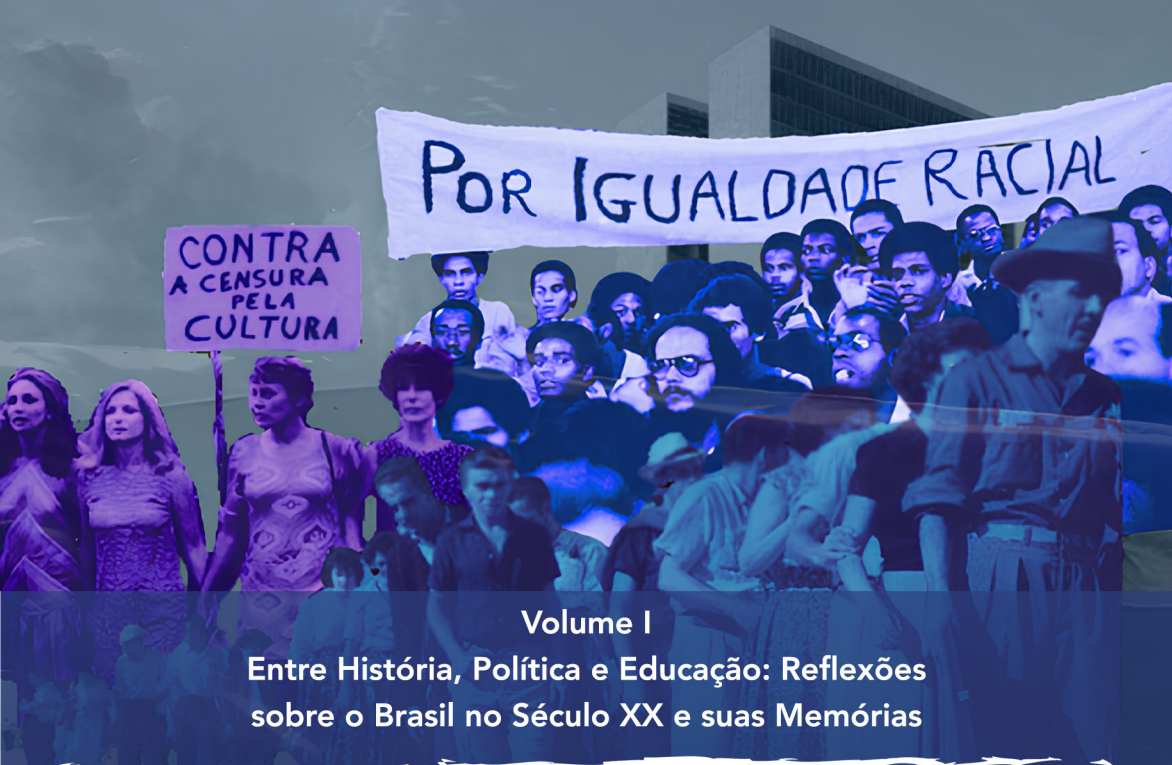


Bruna de Oliveira Nunes  
Emanuelle Araujo Teixeira  
Lauane Barbosa Gusson  
Loyane Anorato da Silva Lô  
Maria Eduarda do N. Lousada (Orgs.)

# XVI Semana de História

# 70 ANOS

DO CURSO DE HISTÓRIA



Volume I

Entre História, Política e Educação: Reflexões  
sobre o Brasil no Século XX e suas Memórias

Bruna de Oliveira Nunes  
Emanuelle Araujo Teixeira  
Lauane Barbosa Gusson  
Loyane Anorato da Silva Lô  
Maria Eduarda do Nascimento Lousada  
(Orgs.)

**XVI Semana de História UFES**  
**70 anos do curso de História**

Volume I  
Entre História, Política e Educação: Reflexões  
sobre o Brasil no Século XX e suas Memórias

Serra, 2025.



## Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP.: 29172-694.  
www.identidadeeditorial.com.br

**Conselho Editorial:** Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.<sup>a</sup> Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.<sup>a</sup> Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.<sup>a</sup> Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.<sup>a</sup> Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.<sup>a</sup> Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.<sup>a</sup> Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.<sup>a</sup> Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.<sup>a</sup> Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.<sup>a</sup> Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.<sup>a</sup> Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

**Editoração e projeto gráfico:** Lucas Onorato Braga

**Revisão textual e padronização:** De responsabilidade exclusiva dos autores.

**Arte da capa:** Maria Eduarda do Nascimento Lousada e  
Gabriela Bicalho Gomes Martins

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA n° 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

---

X8 XVI Semana de História UFES - 70 anos do curso de História; volume I - Entre História, Política e Educação: Reflexões sobre o Brasil no Século XX e suas Memórias / Bruna de Oliveira Nunes, Emanuelle Araujo Teixeira, Lauane Barbosa Gusson, Loyane Anorato da Silva Lô, Maria Eduarda do Nascimento Lousada (Orgs.). Serra: Identidade Editorial, 2025.

220 p.: il.

ISBN: 978-65-83537-05-8

1. Semana de História UFES. 2. História. 3. Política. 4. Educação. I. Nunes, Bruna de Oliveira. II. Teixeira, Emanuelle Araujo. III. Gusson, Lauane Barbosa. IV. Silva Lô, Loyane Anorato da. V. Lousada, Maria Eduarda do Nascimento. VI. Título.

CDU: 900

---

Bruna de Oliveira Nunes  
Emanuelle Araujo Teixeira  
Lauane Barbosa Gusson  
Loyane Anorato da Silva Lô  
Maria Eduarda do Nascimento Lousada  
(Orgs.)

**XVI Semana de História UFES**  
**70 anos do curso de História**

Volume I  
Entre História, Política e Educação: Reflexões  
sobre o Brasil no Século XX e suas Memórias



Serra, 2025.

## *Sumário*

**Apresentação | 7**

**Os festivais de MPB como forma de expressão e resistência civil à ditadura militar | 10**

Ana Clara Gouveia Carneiro Muniz

**A influência da Europa na História da Educação de pessoas com deficiência visual no Brasil | 24**

Ingrid Almeida e Talita Souza

**Usos políticos da bandeira nacional nas comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil (1972): através da Revista Manchete | 39**

Joyce de Oliveira

**História e Políticas Públicas: o impacto dos acordos MEC-U-SAID e da censura nas universidades brasileiras | 59**

Lauane Barbosa Gusson

**O júri e suas significações: uma análise dos periódicos entre os anos 1824-1832 | 72**

Letícia Franco do Nascimento

**O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): impactos das reformas educacionais na Ditadura Militar (1964-1985) | 94**

Loyane Anorato da Silva Lô

**O discurso anticomunista nos impressos integralistas: análise da Revista Anauê | 110**

Luana Villem

**Basílio Carvalho Daemon na imprensa capixaba sua crítica à abolição da escravidão (1868-1885) | 128**

Mateus de Jesus Guidolini

**As resistências dos puris aldeados no Aldeamento Imperial Afonso entre 1845 a 1860 | 150**

Sérgio Vinícius Lyrio Ganda

**Ditadura Militar e o ensino moral e cívico: (re)apropriações do passado no “Compêndio de Instrução Moral e Cívica” de Plínio Salgado (1965) | 167**

Thaiza Pessanha Medeiros

**Tramas cartográficas da colonização: territorialização da Capitania do Espírito Santo durante os séculos XVI e XVII | 189**

Viviane Guerrini

**Moqueca capixaba e baiana: o aparecimento de marcas e símbolos nos jornais do Espírito Santo e São Paulo (1900 - 1970) | 205**

Yasmin Jamilli de Souza Rodrigues

## *Apresentação*

Apresentamos nesta publicação o Volume I: Entre História, Política e Educação: Reflexões sobre o Brasil no Século XX e Suas Memórias, que reúne os textos resultantes das sessões de comunicação apresentadas na XVI Semana de História - “70 anos do curso de História”. O evento foi realizado em parceria com o XV Encontro Regional da Anpuh-ES – “70 anos de História no Espírito Santo: da pesquisa ao ensino, formando gerações”, e aconteceu entre os dias 22 e 25 de outubro de 2024, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), campus de Goiabeiras, em Vitória/ES.

A XVI Semana de História teve como tema central a celebração dos 70 anos do curso de História da UFES e da única universidade pública do estado do Espírito Santo, reconhecendo a relevância histórica dessa instituição para a formação de pessoas historiadoras e/ou docentes, além de sua atuação na formação crítica de novas gerações de cidadãos no Espírito Santo, em diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Esse evento não apenas celebra a trajetória do curso, mas também enfatiza a continuidade do seu papel essencial para a sociedade, ao alinhar a prática da história com as necessidades sociais e acadêmicas do século XXI.

A Comissão Organizadora da XVI Semana de História visou o evento com o intuito de estabelecer um espaço para reflexões e diálogos sobre as relações entre o passado e o presente. Nesse sentido, teve como objetivo proporcionar uma reflexão sobre o ensino e a pesquisa em História, além de explorar o papel do discente contemporâneo,

suas pesquisas e contribuições para as demandas da sociedade atual.

Este volume, fruto das sessões de comunicação, reúne uma diversidade de pesquisas apresentadas por alunos de graduação da UFES e de outras instituições de ensino superior. Os textos aqui publicados abordam diferentes áreas da História, explorando sua rica diversidade metodológica e teórica, e suas implicações em várias dimensões sociais, culturais e políticas. As temáticas discutidas incluem a História Oral, História da Educação, das Religiões, Social, da Arte, do Esporte, além das teorias da História, aplicadas a diferentes contextos geográficos e temporais.

Os artigos que discutem o ensino de História abordam desafios contemporâneos da área, como a superação de uma abordagem excessivamente cronológica e factual, em favor de uma abordagem mais crítica e reflexiva. As pesquisas apresentadas propõem que o protagonismo estudantil, a partir de novas práticas pedagógicas, pode contribuir para uma compreensão mais dinâmica das temporalidades históricas, permitindo à comunidade discente não só aprender sobre o passado, mas também se tornar agentes de transformação no entendimento de sua história. Os textos exploram como esses diversos grupos têm se mobilizado para preservar suas memórias e afirmar suas identidades, em um processo de resistência e fortalecimento cultural. As teorias historiográficas, que fundamentam essas áreas, são analisadas e problematizadas, permitindo que novas abordagens sobre a história, mais inclusivas e representativas, possam ser aplicadas a diferentes culturas e períodos.

Este livro, portanto, não é apenas uma celebração dos 70 anos do curso de História da UFES, mas uma contribuição para o fortalecimento e a renovação da pesquisa e do ensino de História, levando



em consideração as diversidades e complexidades do passado e do presente. Ao reunir as contribuições de pesquisadores e estudantes, esta obra reafirma a importância de uma história plural, que dialogue com os desafios contemporâneos e com as múltiplas realidades sociais, culturais e políticas em que se insere.

Uma boa leitura!

Bruna de Oliveira Nunes

Emanuelle Araujo Teixeira

Lauane Barbosa Gusson

Loyane Anorato da Silva Lô

Maria Eduarda Do Nascimento Lousada

*Organizadores do Volume I - XVI Semana de História*

Vitória, Espírito Santo, Brasil, 11 de março de 2025.

# *Os festivais de MPB como forma de expressão e resistência civil à Ditadura Militar*

Ana Clara Gouveia Carneiro Muniz<sup>1</sup>

## **Introdução**

A Ditadura Militar brasileira, iniciada a partir de um golpe civil-militar deflagrado no dia 1º de abril de 1964, foi, desde os primeiros momentos após o golpe, marcada fortemente pela violência, pela repressão e pela censura, que gradativamente foram sendo organizadas e institucionalizadas em um verdadeiro aparato de repressão política de Estado (Fico, 2015). O marco de consolidação desse aparato, por sua vez, foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado no dia 13 de dezembro de 1968, o quinto e mais duro decreto dentre os vários instituídos pelo governo militar.

Por essa razão, de acordo com Marcos Napolitano (2014), seja defendido por uma parte da historiografia brasileira que a Ditadura só teria se iniciado de fato em 1968, a partir da imposição do AI-5, sendo o período entre 1964 e 1968, dessa forma, caracterizado como uma espécie de “ditabranda”<sup>2</sup>, ou seja, uma Ditadura não muito convicta

---

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Associada ao Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LAB-TEMPO/UFES), sob coordenação do Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes. Contato: anaclaragouveiacarneiromuniz@gmail.com

2 O termo “ditabranda”, posteriormente citado em trabalhos acadêmicos e outras produções, foi originalmente utilizado no ano de 2009 pelo jornal paulistano *Folha*

de sua dureza. Contribuiu para o fortalecimento desta tese, tendo em vista a sua natureza paradoxal, a grande efervescência cultural, sobretudo no âmbito da música, que caracterizou esse período, marcado pelo surgimento e a consolidação da conhecida Música Popular Brasileira (MPB) no recente mercado fonográfico.

Esse contexto de efervescência cultural que caracterizou a segunda metade da década de 1960, especialmente no âmbito musical, popularmente conhecido como “Era dos Festivais”, destacou-se pela produção das chamadas “canções engajadas”. Essas canções, por sua vez, ficaram bastante conhecidas como símbolos de resistência e enfrentamento ao regime militar, tendo em vista que possuíam um cunho político crítico, relacionando-se com o momento em que estavam inseridas, de modo a traçar, muitas vezes, críticas e denúncias à Ditadura, fosse de forma sutil ou mais explícita. Por essa razão, tanto a MPB quanto os Festivais de MPB tornaram-se verdadeiros símbolos de expressão e resistência civil democrática contra o regime militar, visão que perdura até a atualidade, no que tange à memória sobre a oposição durante a Ditadura Militar (Napolitano, 2014).

Os Festivais, por seu turno, consistiam em concursos musicais televisionados, cujo objetivo principal era apresentar e promover artistas brasileiros e suas músicas na indústria fonográfica em ascensão, uma vez que esta fazia parte de um projeto de modernização capitalista do país encabeçado pelos militares, que tinha na indústria cultural um de seus setores mais dinâmicos (Napolitano, 2014). Observa-se, desse modo, uma dupla lógica que permeava os ares dos Festivais. De um lado, estava o interesse comercial, representado pela indústria fonográfica de discos, bem como pelas emissoras responsáveis pela

---

*de S. Paulo*, ao referir-se aos quatro primeiros anos do regime militar como um período “não muito convicto de sua dureza” (Napolitano, 2014).

organização e exibição dos Festivais, e de outro, a face política, tendo em vista que muitos artistas notoriamente opostos ao governo militar, destituídos de elos institucionais e organizativos, fizeram destes Festivais verdadeiros espaços de manifestação e oposição à ordem vigente. Essas duas faces, integradas e às vezes até mesmo excludentes, constituíram a complexa rede de interesses e intenções que permeou os Festivais de MPB pelo menos até 1968, antes da decretação do AI-5.

### **O contexto ditatorial, a cultura e os Festivais**

Marcos Napolitano, em seu livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro* (2014), ao tratar sobre os quatro primeiros anos da Ditadura Militar e o mito de uma ditadura branda ou “envergonhada” que permeia a memória liberal do regime, aponta alguns dos objetivos centrais que orientaram os primeiros momentos e ações da Ditadura, visando a institucionalização do regime autoritário. Inegavelmente, observa-se que a fase “pré-AI-5” não foi marcada por uma censura prévia rigorosa e pelo terror de Estado sistemático contra opositores, sendo eles armados ou não, tendo em vista a inicial ausência de um aparato repressivo estatal organizado e consolidado, o que, entretanto, não significa diminuir o caráter autoritário do regime de 1964, nem negar a existência da violência, da perseguição e da censura nesses anos iniciais.

Para entender a lógica que regeu os quatro primeiros anos da Ditadura, até o marco do AI-5, é necessário, como supracitado, e destacado por Marcos Napolitano (2014), se atentar aos objetivos e estratégias iniciais adotadas pelo regime, que em certa medida tornam possível o entendimento de algumas das contradições mais visíveis do período.

A principal delas, que dialoga diretamente com o tema deste artigo, foi a forte “explosão cultural” que caracterizou os anos 1960, paralelamente ao contexto de eclosão do golpe e da posterior consolidação do governo autoritário. Essa efervescência cultural, por sua vez, desempenhou um importante papel no que diz respeito à configuração de uma identidade de oposição ao regime militar, sobretudo entre os jovens de classe média, artistas e intelectuais, de modo a afirmar o campo da cultura como um grande foco de rearticulação de forças e construção de identidades políticas diversas, compondo assim os grupos que faziam parte da esquerda brasileira, ou melhor dizendo, das esquerdas brasileiras (Napolitano, 2011).

Um dos principais objetivos do regime autoritário, visando a eliminação de potenciais inimigos ligados aos preceitos do governo anterior - destituído ilegalmente por ocorrência do golpe civil-militar - era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais enraizada no aparelho estatal. Para tal, utilizou-se massivamente instrumentos como a cassação de mandatos políticos e os inquéritos policiais militares (IPMs). Assim sendo, entre os principais alvos do autoritarismo institucional do regime, estavam lideranças políticas, sindicais e militares - de alta e baixa patente - que fossem comprometidas com o reformismo trabalhista do ex-presidente João Goulart. No que se refere aos intelectuais, enquanto ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora se mantivessem na mira de investigações e da vigilância policial (Napolitano, 2014). De modo geral, assim se organizava a lógica “saneadora” que marcou os primeiros anos do regime, mirando a minimização do poder e da potencialidade de mobilização política de figuras contrárias à Ditadura Militar, ou ao menos aos seus principais preceitos.

O segundo objetivo da elite militar no poder, mas não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos existentes entre a elite intelectual de esquerda e os movimentos sociais de base popular, com destaque para os movimentos operário e camponês, alvos de intensa repressão policial e política. A intenção por trás disso era clara: inviabilizar as possibilidades de organização e mobilização dos movimentos sociais, na tentativa de conter a ameaça que representavam para o regime militar. Os artistas, intelectuais e demais personalidades da esquerda ligadas ao âmbito cultural, no entanto, não foram muito afetados em suas manifestações individuais nesse primeiro momento, posto que

[...] a ordem autoritária dos primeiros anos do regime militar brasileiro estava mais interessada na blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e na despolitização dos setores populares (operários e camponeses) do que em impedir completamente a manifestação da opinião pública ou silenciar as manifestações culturais da esquerda. Obviamente, não faltaram momentos de conflito entre o regime e os setores de oposição antes do AI-5, que muitas vezes redundaram em prisões, inquéritos policial-militares e atos censórios a obras artísticas (Napolitano, 2014, p. 68).

O regime, desse modo, evitava desencadear uma repressão generalizada, baseada na violência policial direta e paralegal - como era clamado pelos setores mais extremos da direita militar - sobretudo no que dizia respeito a artistas, intelectuais e jornalistas. De acordo com Marcos Napolitano (2014), a ditadura iniciada em 1964, instaurada com fins de defender, supostamente, a democracia liberal, tinha a consciência de que não deveria se afastar da sua principal base social: a classe média. Uma das explicações é que, para amplos setores dessa classe, a cultura e a liberdade de expressão configuravam-se como elementos de grande relevância e valorização, tendo em vista que

provinham da classe média grande parte dos artistas e intelectuais mais reconhecidos da época. Os ideólogos e estrategistas mais conscientes do governo militar, dessa forma, sabiam que não seria possível governar um país complexo e multifacetado como o Brasil sem se apoiar em um sistema político com amplo respaldo civil, e com uma relativa aceitação na sociedade como um todo, principalmente junto à classe média, principal massa de manobra civil que legitimara o golpe “em nome da democracia” e do combate à “ameaça comunista” (Napolitano, 2014).

Assim, consciente da teia de impasses e contradições que caracterizou as relações entre a Ditadura Militar e a vida cultural brasileira, sobretudo nos primeiros anos do regime, é possível dizer que, para os militares, para além de um espaço de oposição, a cultura era também um tipo de subsidiária de uma política de integração do território brasileiro, visto que evocava sentimentos de pertencimento e união nacional, bastante favoráveis ao projeto de modernização capitalista que estava em curso. Porém, ao mesmo tempo que convergiam no quesito nacionalista, a direita militar e a oposição de esquerda alimentavam uma desconfiança mútua, visto que a primeira entendia a cultura de esquerda como parte da “guerra psicológica” da “subversão” (Napolitano, 2014, p. 91).

De modo resumido, Napolitano (2014) esclarece que até 1968, a cultura crítica e de esquerda fora tolerada pelo governo militar desde que o artista engajado ficasse dentro do círculo do mercado fonográfico e dos circuitos culturais da classe média, visando dissolver as conexões existentes entre a “cultura de esquerda” e as classes populares, como discutido anteriormente. Todavia, se os artistas e intelectuais de esquerda desfrutavam de uma relativa liberdade de expressão - uma espécie de “liberdade vigiada” - enquanto indivíduos, seus coletivos

e organizações não contavam com o mesmo “privilégio”. Exatamente por essa razão, muitos artistas opostos ao regime, destituídos de elos institucionais e organizativos graças à lógica “saneadora” adotada pelo Estado nos primeiros anos da Ditadura, fizeram dos Festivais de MPB verdadeiros espaços de manifestação e resistência civil democrática frente à ordem vigente.

Os Festivais de MPB, por seu turno, inseridos em um tipo de “circuito fechado de comunicação” entre intelectuais e artistas de classe média e sua própria classe, embora não parecessem oferecer grandes ameaças ao regime militar até 1968, eram vigiados de perto por agentes da repressão da Ditadura, sofrendo muitas vezes com a censura de letras, gestos, e até mesmo tendo seus resultados influenciados, mesmo que indiretamente, como exemplifica José Fernando Monteiro ao narrar momentos em que os Festivais sofreram com a censura imposta pela Ditadura<sup>3</sup>.

### **Os Festivais da Canção e a MPB**

Segundo Zuza Homem de Mello (2003), a ideia dos festivais musicais competitivos - conhecidos como Festivais de Música Popular Brasileira ou Festivais da Canção - surgiu tendo como inspiração o Festival de San Remo, famoso festival de música realizado na cidade de San Remo, na Itália, desde 1951. Entretanto, apesar da inegável influência do festival italiano, o conceito de Festival de Música Popular que se estabeleceu nos anos 1960 no Brasil não era totalmente novo, uma vez que também tomou como base os concursos de músicas carnavalescas do Rio de Janeiro, famosos na década de 1930.

---

3 MONTEIRO, José Fernando Saroba. Festivais da Canção: música, media e censura durante os regimes autoritários em Brasil e Portugal, 2018.



Assim, ainda no ano de 1960 ocorreu o primeiro Festival de MPB, promovido pela Rádio e TV Record, que, dentre outras razões, não obteve repercussão significativa por não ter sido televisionado. Anos se passaram, e foi apenas em 1965 a ocorrência do primeiro grande Festival de MPB - o I Festival de MPB da TV Excelsior -, que contou com grande repercussão e considerável audiência, tendo em vista que fora televisionado, demarcando assim o início “oficial” não só da Era dos Festivais, mas também da própria MPB (Mello, 2003).

A grande vencedora do Festival de 1965 foi a música “Arrastão”, composta por Edu Lobo e Vinícius de Moraes e interpretada por Elis Regina. A composição musical, por seu turno, foi considerada um dos verdadeiros marcos da eclosão da MPB, haja vista a sua temática popular, que tratava da união de pescadores com o objetivo de sobreviver, e a interpretação marcante feita por Elis Regina. Nas palavras de Zuza Homem de Mello,

“Arrastão” deu um novo rumo para a música popular brasileira (mais tarde alcunhada MPB) e foi o ponto de partida da música na televisão, um espaço que não existia antes. Os quase sonolentos programas em que um grande cantor ou cantora se apresentava durante meia hora num cenário de gosto discutível [...] chegavam ao fim de uma era. No novo modelo, havia um outro elemento: o público. Nascia, embora timidamente, um novo gênero de programa de televisão, no qual a platéia se manifestava e torcia. Como no futebol, havia a competição. Em vez de jogadores e times, cantores e compositores. Em vez de estádios, os auditórios. Nascia uma nova torcida no Brasil, a torcida pelas canções (2003, p. 68).

Com a novidade, pela primeira vez na história da televisão brasileira, quem estava em casa podia ter um contato direto e rápido com o que acabava de ser lançado na cena musical. Desse modo, influenciados ou não pelas plateias, o público, tanto o de casa quanto o que integra-

va a plateia dos Festivais, tinha a liberdade de avaliar as novas canções apresentadas e seus respectivos intérpretes, e expressar opiniões a respeito, o que, em um país onde a liberdade de pensar e criticar vinha sendo podada pouco a pouco, pode ser enxergado como algo consideravelmente relevante (Mello, 2003).

Depois do “abre alas” ocorrido em 1965, vários outros emblemáticos Festivais aconteceram, com destaque para o III Festival de MPB da TV Record, em 1967 - que destacou-se por algumas das primeiras expressões musicais da Tropicália<sup>4</sup>, marcada pela utilização da guitarra elétrica, entre outros elementos - e o III Festival Internacional da Canção (FIC) da TV Globo, realizado em 1968, também rodeado por acontecimentos marcantes. É possível dizer que todos eles, ao seu modo, representaram espaços de expressão através da música - fosse ela mais ou menos politizada -, considerando, sobretudo, o cenário político brasileiro, de supressão de direitos civis, sociais e políticos, e das limitadas possibilidades de organização e mobilização social, graças ao intento “saneador” do governo militar autoritário.

No que diz respeito à face da resistência - especialmente uma resistência cultural, organizada a partir da face da cultura e de suas expressões -, tendo em vista o crescimento exponencial das artes da esquerda e de suas manifestações após o golpe de 64, essa configurou-se enquanto uma importantíssima faceta da cultura brasileira desenvolvida nesse período. É importante destacar, nesse sentido, de modo a conflitar com uma visão romantizada e idealizada do assun-

---

4 De maneira geral, a Tropicália foi um movimento artístico-cultural difuso e heterogêneo desenvolvido no Brasil no final da década de 1960. Na cena musical, pautava-se sobretudo no diálogo da cultura brasileira com o mundo Ocidental, ao incorporar elementos da cultura *pop*, além de apresentar características como expressões estéticas alegóricas e a radicalização das experiências comportamentais (Napolitano, 2014).

to, que a resistência cultural nesse período, antes mesmo do golpe, e talvez ainda mais após ele, era caracterizada por fortes dissensos e contradições, o que acabou reverberando em estratégias diferenciadas e conflitantes de resistência cultural (Napolitano, 2011). Entre as principais vertentes da oposição à Ditadura Militar, considerando a diversidade de identidades e projetos político-ideológicos que a orientavam e integravam enquanto uma espécie de massa opositora, estavam a chamada “resistência democrática” e a “resistência revolucionária” (Fico, 2015).

Nessa perspectiva, nas palavras de Carlos Fico (2015, p. 65):

Uma distinção analítica deve ser observada: os estudantes e os artistas faziam uma oposição que podemos classificar como “resistência democrática”, diferentemente das iniciativas da esquerda revolucionária, que optou por sequestros de diplomatas, assaltos a bancos e outras ações armadas.

Dessa forma, dialogando com a explicação de Carlos Fico, tem-se que grande parte dos artistas contrários à Ditadura, sobretudo da área musical, estavam mais alinhados à perspectiva de uma resistência democrática, uma vez que, de acordo com seus críticos, em geral adeptos de uma postura mais revolucionária, as artes ditas de esquerda não exortavam à ação política concreta, mas centravam-se em torno de uma espécie de elogio ao imobilismo político. Outrossim,

O “dia que virá”, símbolo da libertação dos oprimidos, conforme expressão de Walnice Galvão em famoso artigo publicado em 1968, era a imagem mais cultuada pela canção de protesto brasileira. Ela apontava um paradoxo: “enquanto o dia não vinha restava cantar para esperar o dia chegar”. Terminava reclamando para a MPB um tipo de canção similar à Marselhesa, que fosse um hino à ação, e não um elogio à vaga esperança (Napolitano, 2014, p. 104).

As mobilizações levadas à cabo por músicos, compositores e demais artistas, entretanto, não devem ser desconsideradas ou reduzidas, embora de fato estivessem afastadas de uma perspectiva mais revolucionária como a luta armada. Sua importância, desse modo, para além do exercício de catarse e da “pura e simples” expressão, estava voltada, em muitos casos, para um sentido essencialmente político de existência, de posicionar-se em um contexto onde imperava o silêncio e a autocensura, do não-conformismo, de crítica, de revolta e de conscientização.

Em vista disso, percebendo os “perigos” e as potencialidades aglutinadoras ligadas à música, em especial à MPB e ao circuito dos Festivais, somado a obsessão pela vigilância e pela “produção da suspeita”, os Festivais estiveram na mira da censura e dos órgãos de repressão da Ditadura ao longo de quase toda a segunda metade da década de 1960, estendendo-se até por volta do fim dos anos 1970. Conectado a isso, tratando da vigilância e da censura, Marcos Napolitano (2004, p. 108) detalha que:

A partir de 1971, os shows do chamado “Circuito Universitário” passam a ocupar a maior parte dos informes e relatórios. O inimigo número 1 do regime passou a ser Chico Buarque, secundado por Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Gonzaguinha e Ivan Lins. Com o exílio de Vandrê e sua desagregação enquanto persona pública do meio musical politizado, aliado às novas posturas de Chico Buarque, este passa a ser destacado como o centro aglutinador da oposição musical de esquerda, sendo frequente nas fichas e prontuários aparecer a expressão “pessoa ligada a Chico Buarque de Hollanda”, como se essa relação, por si, aumentasse o grau de suspeição.

A partir do breve trabalho, é plausível, portanto, inferir, que a impor-

tância histórica, política e cultural desses eventos musicais na história brasileira, sobretudo no período do regime militar, não pode ser desconsiderada, mas entendida dentro de sua própria lógica, muitas vezes marcada pela contradição e o embate.

### **Considerações finais**

A partir do exposto, foi possível perceber que os Festivais de MPB (Música Popular Brasileira) desempenharam um papel crucial durante o período da Ditadura Militar brasileira, funcionando não apenas como um meio de expressão cultural, mas também como uma poderosa forma de resistência civil democrática. Tendo em vista a supressão das liberdades, a perseguição, a censura, a violência e a dissolução de movimentos sociais e partidários - ao menos na ordem da legalidade - que marcou esse longo e difícil capítulo da história brasileira, os Festivais de Música Popular Brasileira, bem como a própria MPB, constituíram-se enquanto um dos principais espaços públicos de contestação e crítica ao regime, mesmo que muitas vezes veladamente.

Ademais, para além da lógica fortemente comercial - ligada sobretudo ao mercado de discos e à indústria fonográfica, assim como os interesses das emissoras de televisão - que ditava os rumos dos Festivais, estes representaram momentos de descontração, lazer e fuga da dura realidade política e social que assolava o país, servindo assim como um tipo de válvula de escape. Nesse prisma, suas atmosferas oscilavam entre sentimentos de pessimismo frente à dura realidade, e expectativas positivas, centradas na esperança de que “amanhã há de ser outro dia”, como diz a música de Chico Buarque, de modo a manter viva a esperança de um futuro democrático. A participação

popular nos Festivais também refletia o desejo coletivo de resistência, tornando a música um elo entre os artistas e a sociedade civil, sobretudo a juventude universitária engajada, situação “tolerada” mais abertamente até o final de 1968.

Os Festivais de MPB também tiveram um impacto duradouro na cultura brasileira e em sua memória histórica. Embora a Ditadura tenha imposto limites à liberdade artística, a Música Popular Brasileira floresceu durante esse período, e muitos dos artistas que participaram desses Festivais continuaram a desempenhar papéis importantes na luta pela democracia e pela liberdade após a redemocratização do Brasil. Hoje, os Festivais de MPB, com suas “canções engajadas”, continuam a ser lembrados como momentos emblemáticos de coragem, criatividade e luta contra a opressão. Assim, eles não apenas representaram uma forma de resistência civil à Ditadura Militar, mas também ajudaram a preservar uma parte importante da memória histórica do período, e a reafirmar a importância da arte como ferramenta de transformação e mobilização social e política.

## Referências

DE MELLO, Zuza Homem. **A era dos festivais: uma parábola.**

Editora 34, 2003.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Festivais da Canção: música, media e censura durante os regimes autoritários em Brasil e Portugal. **XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias**, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasi-**

leiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981).

**Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 103-126, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. A questão da resistência cultural. In: NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980). Tese de Livre-Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 30-40.

# *A influência da Europa na História da Educação de pessoas com deficiência visual no Brasil*

Ingrid Almeida Nerys<sup>1</sup>

Talita da Silva Souza<sup>2</sup>

Douglas Christian Ferrari de Melo<sup>3</sup>

## **Introdução**

Partimos para esse exercício investigativo da compreensão de que a aproximação dos campos da Educação Especial com a História da Educação torna-se cada vez mais fecunda<sup>4</sup>, apesar de pesquisas agregando essas temáticas serem numericamente pouco expressivas, como demonstram Bezerra e Furtado (2017) ao elaborarem estudos acerca dos trabalhos sobre História da Educação Especial publicados nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), no período de 2000 a 2015. Os autores apontam para a pouca frequência dos estudos sobre História da Educação Especial, seja no âmbito das pesquisas gerais em História da Educação, seja no âmbito da pesquisa em Educação Especial propriamente dita, exis-

---

1 Estudante de graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2 Estudante de graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

3 Pessoa com Deficiência Visual por baixa visão, Professor Doutor vinculado ao Departamento de Educação Política e Sociedade (DEPS) da Universidade Federal do Espírito Santo.

4 Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.



tido certo hiato entre esses dois campos.

Entendemos, portanto, que a História é feita por homens e mulheres de “carne e osso” e, por isso, estudar os congressos da área de Educação Especial ocorridos no século XIX não é somente constatar os debates internos desses eventos de intelectuais, mas relacionar esses homens e suas complexas relações sociais históricas. Essa constatação nos leva ao entendimento de que a história é importante para os indivíduos, pois com ela nos situamos historicamente no mundo (Saviani, 2011), logo, o conhecimento histórico é uma necessidade vital humana (Saviani, 2008).

Na educação das pessoas com deficiência visual no Brasil, desde o início, tanto as instituições especializadas quanto às ações governamentais dedicadas à pessoa com deficiência visual se destacaram. No cenário europeu, os interesses políticos e econômicos prevalecem no tratamento sobre as questões dos cegos.

No trabalho de Dissertação Acadêmica elaborado por Rodrigues (2018) é importante destacarmos alguns determinantes:

O século XIX na Europa é marcado por uma reconfiguração das nações, por um avanço tecnológico que estará vinculado também ao econômico e por fortes movimentações políticas. Compartilhamos do pensamento de que houve um processo gradual de reconfiguração da sociedade a que chamamos, de Revolução Industrial. Compreendemos como processo por não ter se dado de uma vez por todos e com os mesmos reflexos em todos os lugares. (Rodrigues, 2018, p.63)

Já no contexto brasileiro, o que marca este período histórico foi a predominância de uma educação afetada pela moral e o industrialismo, isto é, a produção de vida material e intelectual, a luta dos homens

para dominar a natureza e humanizá-la. (Manacorda, 2004, p. 275). O objetivo deste trabalho é apresentar a influência europeia, a partir do contexto do século XIX sob o olhar do Congresso de Paris (1878), para a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil.

No período imperial brasileiro, mais especificamente 1854, o Instituto Benjamin Constant (IBC) foi criado pelo então Imperador D. Pedro II, ainda com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi a primeira instituição voltada para o ensino da educação especial no país. A instituição brasileira sofreu uma forte influência francesa, sendo inspirada no Instituto dos Meninos Cegos de Paris, criado em 1784. De início, em regime de internato, estava dedicado ao ensino primário, parte do ensino secundário, a educação moral e religiosa, além dos trabalhos manuais em preparação para o trabalho (Jannuzzi, 2012).

Essa influência corrobora a importância de estudar os congressos que se realizaram na França, pois de acordo com Lobo (2008), dentro de um conjunto de discursos e ações mais amplas, começava-se a importar para o Brasil, procedimentos individualizantes de exclusão nos espaços institucionais demarcados, dos quais os estabelecimentos especializados eram apenas um dos dispositivos, nem sempre os mais importantes. Segundo essa autora: “Nem sempre houve correspondência entre a institucionalização e a assistência. Essa relação no Brasil sempre foi precária” (Lobo, 2008, p. 261).

Portanto, na busca pelo entendimento da trajetória da História da Educação Especial a partir da análise da investigação dos Anais dos Congressos, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações e interesses políticos e econômicos na produção dos escritos, é relevante socialmente por compreender as diversas identidades dos sujeitos

que lutaram pela educação especial e suas articulações com outros grupos, suas práticas pedagógicas.

### **Para além de materiais e métodos**

Assumimos que a história é importante para formação pois com ela nos situamos historicamente no mundo (Saviani, 2011) ou porque é pela história que nos formamos como ser humano, sendo o conhecimento histórico uma necessidade vital humana (Saviani, 2008). A história está intrínseca ao homem e Saviani (2008), inclusive, defende como princípio educativo a “radical historicidade do homem”.

Consideramos importante a escolha pelas documentações referentes ao congresso, visto que, “os documentos constituem também uma fonte poderosa donde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador.” (Ludke; Menga, 1986, p. 38). Ainda mais, considerando a natureza arbitrária das documentações, conforme afirmam Ludke e Menga acerca das desvantagens dessa técnica, isto é, “a primeira delas é que os documentos são amostras não-representativas dos fenômenos estudados.”, os contextos históricos e sociais serão levados em consideração para a formulação deste estudo.

A pesquisa documental,

[...] embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.[...] (Ludke; Menga, 1986, p. 38)

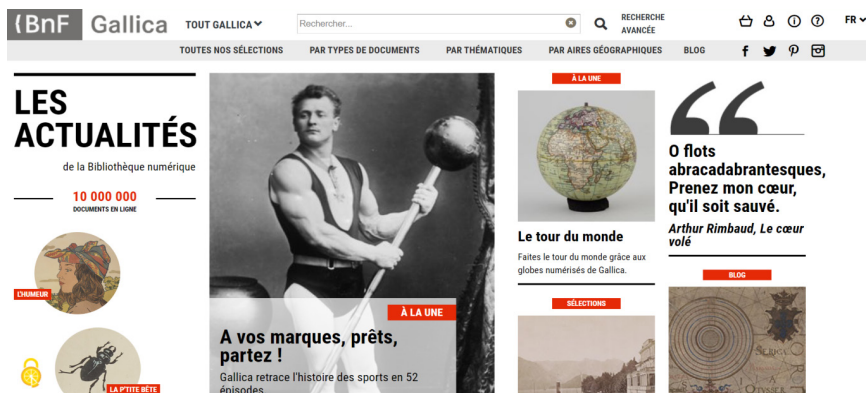
De acordo com Moreira e Caleffé (2008), a pesquisa documental, além de ser realizada em bibliotecas, pode ser feita em institutos, centros de pesquisa, em museus e em acervos particulares, bem como em locais que sirvam como fonte de informações para o levantamento de documentos. Não se deve confundir a pesquisa documental com a análise documental, a primeira é um tipo de pesquisa e a segunda é um tipo de análise que poderá ser utilizado em qualquer revisão de literatura (Moreira; Caleffe, 2008). “Uma das primeiras tarefas do pesquisador consiste, pois, em efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que ele poderá em seguida ordenar dentro de categorias.” (Laville; Dione, 1999, p.216).

Por isso, estudar esses congressos não é somente constatar os debates internos desses eventos de intelectuais, mas relacionar esses homens e suas complexas relações sociais, historicamente determinadas em um determinado recorte cronológico.

O congresso que abordaremos neste trabalho, foi encontrado por Rodrigues (2018) na pesquisa de mestrado, onde seu foco era a surdez, o qual nos apresentou o material e a plataforma ao qual ele conseguiu esta fonte, para que pudéssemos ter nossas perspectivas e estudos focalizados na área da deficiência visual.

A plataforma em questão é a Biblioteca Nacional da França (Gallica) onde dispõe de um amplo acervo de documentos que se constitui em um repositório de livros, manuscritos, fotos prensas, partituras, revistas, entre outros. De acordo com o próprio site, conforme evidencia a Imagem 1, o Gallica é a biblioteca digital da *Bibliothèque Nationale de France* e dos seus parceiros, online desde 1997, é enriquecido com milhares de novos itens todas as semanas e hoje oferece acesso a vários milhões de documentos.

## Imagem 01 - Página inicial do site Gallica.



Fonte: Sítio eletrônico da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>. Acesso em: 25 ago. 2024.

### **Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878**

A Exposição Universal de Paris de 1878, ocorrida entre 20 de maio e 10 de novembro de 1878, foi a terceira exposição universal em Paris, aconteceu após conflitos regionais e serviu como propaganda para o governo da época. O tema norteador da mostra foi: Agricultura, Artes e Indústria, e foi pensado apenas dois anos antes, em 1876, pelo governo francês, que nomeou Jean-Baptiste Krantz como comissário geral da exposição (Lopes, 2007).

A exposição de 1878 pretendia, antes de mais, mostrar ao mundo que França estava restabelecida dos malefícios das guerras internas e com o estrangeiro, e que não tinha perdido nem os meios econômicos nem a determinação de se afirmar industrialmente. A França tinha sido derrotada na guerra franco-prussiana de 1870-71. Além de ter perdido Estrasburgo e as regiões de Lorena e da Alsácia, importantes marcos industriais, foi forçada a indenizar a Prússia e a financiar os custos de ocupação das províncias do norte até ao pa-

gamento da indenização, o que só aconteceu em Setembro de 1873. Como tal, é surpreendente o curto período que separou esta guerra da exposição. (Lopes, 2007, p. 59)

Inserida na Exposição Universal de Paris de 1878 está o Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878, que aconteceu entre 23 de setembro e 28 de setembro, sob a presidência de Henri Nadault de Buffon, um magistrado francês. Dentre os organizadores do evento, havia médicos, educadores, magistrados, empresários, políticos, religiosos e outras profissões. Por isso, é importante destacar que a educação dos cegos, surdos e mudos era o tema central do congresso, mas não o único assunto.

Em seu discurso de abertura, o sr. Nadault de Buffon disse:

Sendo o mundo físico inteiramente fora dos olhos cegos, é necessário abrir novos horizontes para o mundo moral e intelectual. Procurareis as carreiras que eles têm que podem ser fecundamente abertas aos cegos, assegurando-lhes o trabalho que os sustenta e a educação que ocupa a mente, fortaleceis as suas almas pela filosofia e pela religião. [...] A Europa contém quase 2 milhões de cegos; há 30.000 deles na França quase desprovidos de qualquer educação. [...] Cabe-vos, senhores, protestar contra este estado de coisas e levar a cabo uma reforma, cujos primeiros resultados serão a organização das pessoas cegas de todos os países para um sistema completo de educação, proteção e futuro social. [...] As crianças cegas devem participar, como todas as outras crianças, dos sacrifícios que o país faz para garantir e difundir a educação. [...] É em nome da justiça, em nome do interesse do Tesouro, claro, em nome da igualdade tão cara ao nosso país, que exigimos essa reforma radical na educação dos cegos. Pedimos que sejam colocados em pé de igualdade absoluta com os videntes. [...] Nessas escolas, o ensino manual e o ensino profissional andariam de mãos dadas com a educação intelectual. As mãos do cego devem estar ocupadas pelo menos tanto quanto sua mente. [...] As indústrias usuais, as artes descomplicadas, seriam ensinadas na escola municipal. O ensino superior industrial seria ministrado pelos institutos. O cego, que sairá da escola municipal ou da escola superior educado, provido de um ofício, de uma profissão ou

de uma arte capaz de sustentá-lo, ainda não pode ser absolutamente autossuficiente. Não basta colocar em suas mãos um instrumento de trabalho mais ou menos produtivo, e depois abrir as portas da escola ou do instituto e enviá-lo para a sociedade sem proteção - e sem orientação, aquele que precisa da proteção e assistência de todos os inscritos. [...] Pergunto-vos, senhores, que aqui representais tão nobremente os vários Estados da Europa, vós que conseguistes com o vosso trabalho, o vosso conhecimento e os vossos serviços ocupar altos cargos nos vossos respectivos países, não foi grande o esforço, a luta não foi dolorosa, a vitória não foi há muito contestada? Imagine como deve ser a luta para aqueles que entram na sociedade com uma considerável inferioridade em relação a eles. Dê-lhe armas para lutar (Exposição Universal de Paris, 1878, p. 36-42).

Pode-se perceber, no discurso de Buffon, que o ensino e a religião estavam intimamente ligados, sendo que os primeiros espaços a receberem pessoas com deficiência foram as instituições cristãs, sejam elas católicas ou protestantes. Além disso, outro ponto que é preciso destacar é a tentativa de responsabilizar o Estado perante a educação das pessoas com deficiência e convocar os entes privados para a posterior inclusão dessa massa de profissionais nas fábricas de toda a Europa.

Neste texto, iremos mencionar todas as sessões ocorridas no congresso, porém vamos destacar apenas aquilo que achamos relevante para o estudo da inclusão dos cegos no ensino.

O relatório do Congresso consiste na transcrição de tudo que foi dito nos cinco dias do evento. Na primeira sessão, ocorrida em 24 de setembro de 1878, em uma terça-feira, às 10h, foi feita a leitura de um livro de memórias do Sr. Moldenhaver<sup>5</sup>, em que ele abordava o que deveria ser feito para os cegos e o que se podia perguntar a

---

5 Johannes Moldenhawer, membro honorário do Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878. Foi um educador dinamarquês e Diretor da Instituição para Cegos de Copenhague.

eles. Também foi ouvido um oftalmologista, Dr. Marjolin, que falou sobre a frequência da oftalmia purulenta - ou conjuntivite neonatal - em crianças encaminhadas ao hospício para crianças assistidas e suas consequências para a cegueira. Além disso, foram analisadas resoluções propostas pelo Dr. Appia<sup>6</sup> e as memórias do Dr. Daumas.

A segunda sessão aconteceu em 25 de setembro de 1878, quarta-feira, às 10h30. Na pauta estavam os discursos do Sr. Pablasek<sup>7</sup> e do Dr. Appia. Pablasek falou sobre os professores cegos, que defendeu a contratação desses profissionais e ressaltou o preconceito sofrido por eles. Já o Dr. Appia expôs a correlação entre os cinco sentidos e suas relações com os movimentos voluntários, colocando em pauta a aplicação da educação de pessoas cegas.

A terceira sessão, ocorrida em 26 de setembro de 1878, quinta-feira, às 10h15, foi aberta pelo Ministro do Interior, Sr. Marcère<sup>8</sup>, seguido pelo discurso do Sr. Nadault de Buffon e a memória do Dr. Bonfont. Posteriormente, foi feita a leitura do relatório do Dr. Marjolin, seguida pela resposta do Ministro do Interior. Por proposta do Secretário-Geral, o Congresso votou em princípio pela fundação de uma Sociedade Internacional para a Melhoria da Condição dos Cegos.

A quarta sessão aconteceu em 27 de setembro de 1878, sexta-feira, às 10h25. De início, o Sr. Borg<sup>9</sup> leu a bibliografia de Magnus, seu aluno

6 Louis Paul Amédée Appia, vice-presidente do Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878. Foi um médico suíço, ex-presidente da Sociedade Médica de Genebra e membro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

7 Matthias Pablasek, membro honorário do Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878. Foi um educador austríaco e Diretor do Instituto Imperial e Real para Cegos, em Viena.

8 Émile de Marcère foi Ministro do Interior da França de 1876 a 1884.

9 Pär Aron Borg, membro honorário do Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878. Foi um educador suéco, fundador e ex-diretor da Manilla Institution for the Blind, em Estocolmo.



cego e surdo-mudo. Após a leitura, Borg apresentou aos congressistas um dispositivo criado por ele para auxiliar surdos-mudos:

Imagem 02 - Telégrafo manual projetado para conectar os cegos aos surdos-mudos e aos videntes.



Fonte: Relatório do Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Va1j4cXNMCPcUbWk2Rd1XRzXZdEC6xF5/view?usp=sharing>. Acesso em: 25 ago. 2024

Este instrumento que inventei é simples. O professor fala no primeiro bocal de vidro; posicionado diante de um espelho, o aluno percebe a vibração dos sons através do segundo bocal, e o espelho, ao mostrar como o professor articula os sons, permite que os reproduza. Este dispositivo, destinado a auxiliar na articulação entre os surdos-mudos, é mais eficaz quando usado por indivíduos com surdez parcial. Obteve resultados notáveis e recebeu reconhecimento da Sociedade de Cirurgia da Suécia. Apresentarei ao Congresso um telégrafo ma-

nual projetado para conectar os cegos aos surdos-mudos e aos videntes. Foi desenvolvido especialmente para meu aluno, que, ao sair da instituição, acredito ter aprimorado seu uso. Este dispositivo conta com um disco contendo letras romanas e os caracteres em relevo correspondentes. Um indicador ao redor do mostrador se posiciona sobre a letra ou caractere desejado. Simples de usar para o cego e o surdo-mudo, permite-lhes comunicar entre si (Exposição Universal de Paris, p. 129-130, 1878).

Posteriormente, o Sr. Moldenhaver leu um manual de sua autoria sobre o que se pode fazer pelas crianças cegas nas famílias, destacando a importância do papel familiar na integração da criança com deficiência visual na sociedade.

A quinta sessão também ocorreu em 27 de setembro, mas no horário da tarde, às 16h. A pauta principal foi o estudo da Comissão H para a generalização do Sistema Braille sem modificações, com ampla maioria de apoio por parte dos membros pela adoção do Braille como sistema universal para a educação dos cegos.

A sexta sessão aconteceu em 28 de setembro de 1878, sábado, às 10h15, e iniciou com a apresentação de um memorando sobre a instrução e educação de jovens cegos pelo padre Gridel. Em seguida, o Sr. Armitage<sup>10</sup> expôs um memorando sobre os meios empregados para melhorar a condição dos cegos da Grã-Bretanha e da Irlanda. Também foi discutido um relatório dos delegados ingleses sobre as conclusões da Comissão de Higiene e sobre as indústrias acessíveis aos cegos, além da proposição do Sr. Lavanchy<sup>11</sup> de solicitar às em-

---

10 Edward Armitage, membro honorário do Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878. Foi um pintor inglês, secretário-geral da Associação Britânica e Estrangeira de Cegos, vice-presidente do Royal Normal College e da Academia de Música para Cego e presidente do Comitê da Sociedade de Visitantes de Cegos Indigentes, em Londres.

11 François-Henri Lavanchy, secretário geral do Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878. Foi um empresário

presas de trem uma tarifa especial para cegos viajando com seus condutores.

A sétima sessão também ocorreu em 28 de setembro de 1878, sábado, às 15h. Como pauta, os congressistas ouviram o relatório da Comissão C, que discutia sobre a educação de cegos nas escolas públicas para videntes e sobre a criação de escolas primárias especiais e escolas secundárias para cegos. Nesta sessão, também foram ouvidos o Sr. Pablasek, que falou sobre o ensino musical de cegos, e o Sr. Oudard, que expôs a separação dos cegos e surdos e mudos. Por unanimidade, foi recomendado que as administrações escolares exigissem que os professores do ensino primário aprendessem o alfabeto Braille, independentemente de ser uma escola especial ou não.

A sessão de encerramento aconteceu em 30 de setembro de 1878, segunda-feira, às 10h30, e teve como ponto central a aprovação de resoluções para orientar sobre a melhoria da situação dos surdos-mudos, além da discussão sobre a criação de uma Fundação da Sociedade Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos e Surdos-Mudos.

Vale a pena destacar que o congresso reuniu pessoas do mundo inteiro, apesar dos organizadores serem a maioria de europeus - com exceção do Antonio Colucci-Pacha que, apesar de ser italiano, estava representando o governo egípcio -, a lista de presença contou com representantes da China (10 indivíduos) e Rússia (16 indivíduos) levando muitos cidadãos.

Apesar de contar com delegações muito menores do que os dois paí-

---

suíço, Promotor do Congresso, delegado egípcio no primeiro Congresso Europeu de instituições para cegos, em Viena, em 1873, membro honorário do Conselho de Administração do Instituto para Cegos de Hohenwarte, perto de Viena e membro honorário da Academia de Reims.

ses citados, o Brasil teve dois representantes (Visconde de Itajubá e José Vicente Tourinho), outros países latino-americanos tiveram pelo menos um representante (Argentina, Colômbia, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). Países africanos tiveram participação similar aos países do continente americano, como Egito, Libéria, Madagascar, Marrocos, Tunísia e Zanzibar. Alguns países orientais também enviaram seus representantes (Japão, Pérsia - atual Irã, Reino de Sião - atual Tailândia, e Turquia).

Portanto, podemos inferir que o Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878 foi um importante divulgador para a inclusão de cegos, surdos e mudos na educação pública no século XIX, trazendo reflexos até hoje na discussão sobre a capacidade de pessoas com deficiência de se integrarem à comunidade, especialmente no que diz respeito à vida profissional, já que a ocupação dessa população foi parte central do evento.

### **Considerações Finais**

Na busca pelo entendimento da trajetória da História da Educação Especial a partir da análise da investigação dos Anais dos Congressos, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações e interesses políticos e econômicos na produção dos escritos, é relevante socialmente por compreender as diversas identidades dos sujeitos que lutaram pela educação especial e suas articulações com outros grupos, suas práticas pedagógicas.

Ao longo deste estudo, consideramos, na aproximação dos campos da Educação Especial com a História da Educação por meio da pesquisa documental de análise de congressos, neste texto, o Congresso

Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos de 1878, que tal momento demonstrou-se com foco de fomentar discussões que perpassavam a vida dos cegos, sendo assim, assumiram, portanto, objetivos científico e filantrópico intimamente ligados.

Todas as questões que afetam o destino dos cegos em geral foram debatidas de forma contraditória, e dessas discussões surgiu o destaque de pontos que permaneceram obscuros visando a solução de questões ainda incertas. Neste momento, dispuseram-se algumas temáticas, sendo estas: Educação de Cegos, Ensino, Carreiras abertas para Cegos, Asilos para Cegos e Higiene.

Este congresso, em especial, obteve como público-alvo diretores e docentes de instituições e asilos para cegos, oftalmologistas, professores, delegados governamentais, filantropos, numa palavra, todas as pessoas que querem estudar e discutir as questões relativas. Nesta perspectiva, estes congressos foram propulsores de novas práticas pedagógicas, ações educacionais, novos direcionamentos para a educação de cegos.

Finalizamos este trabalho, com a compreensão que tanto no contexto brasileiro e europeu as questões referentes aos cegos, as pessoas com deficiência visual e também surdez foram marcada pela constante influência política, olhar o congresso é ter o relato de como o que antes era visto como um defeito, hoje é entendido como uma condição e que é essencial continuarmos debatendo sobre a educação inclusiva e atualizando os métodos de ensino.

## **Referências**

BEZERRA, Giovani Ferreira; FURTADO, Alessandra Cristina. A

produção sobre história da educação especial nos congressos brasileiros de história da educação (CBHEs): um lugar em construção. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, 156559, 2017.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS, 29., 1878, Paris. **Congresso Internacional para a Melhoria da Condição de Cegos, Surdos e Mudos**. Paris: [s. n.], 1878. 539 p.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

LUDKE, M. L975p. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I** Menga. Lüdke, Marli E.D.A. André. - São Paulo: EPU, 1986.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Ana Patrícia Quaresma. **Exposições Universais Parisienses Oitocentistas**. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, J. R. **As seções de Surdos e de Ouvintes no Congresso de Paris (1900): Problematizações sobre o pastorado e a biopolítica na Educação de Surdos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

# *Usos políticos da bandeira nacional nas comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil (1972): através da Revista Manchete*

Joyce de Oliveira Santos<sup>1</sup>

## **Introdução**

No decorrer dos anos de 1969 a 1974, o Brasil deu continuação ao regime da Ditadura Militar, instaurado após o golpe cívico militar em 1964. Nesses 5 anos o país vivenciou o auge do autoritarismo e da repressão, consolidando-se no que se convencionou chamar de “anos de chumbo”. Foi nesse mesmo momento em que se deu a gestão do terceiro presidente do regime, o general Emílio Garrastazu Médici, cuja gestão fomentou as medidas repressivas. Em contraposição a perspectiva dos “anos de chumbo” o período também foi fortemente relacionado ao “milagre econômico”, caracterizado por uma forte percepção de progresso e de avanços econômicos, juntamente com um clima nacionalista e patriota, aguçados por acontecimentos como a vitória do Brasil na copa de 1970 e eventos civicos promovidos pelo governo.

As narrativas que compõem a ideia do Milagre Econômico, no geral, buscam articular os indicativos de acelerado crescimento da econo-

---

1 Graduanda de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista UFES através do programa de Iniciação Científica. E-mail para contato: joycesantos3400@gmail.com .

mia brasileira, aliados ao prestígio internacional e a ideia de progresso. Entretanto, o quadro do desenvolvimento desses panoramas de sucesso econômico se contrapõe em seu desdobramento com as condições socioeconômicas das classes mais baixas, que viviam um aumento expressivo das desigualdades sociais, junto ao arrocho salarial que estipulava mais horas de trabalho para adquirir o valor mínimo da alimentação mensal aos assalariados, além das condições insalubres de trabalhos e restrições aos sindicatos. As classes mais baixas e trabalhadoras não partilhavam da experiência material atrelada ao milagre, como a elite social e a burguesia, e por sua vez sobreviviam em uma realidade repleta inseguranças sociais e materiais, como destaca Oliveira:

Na periferia de São Paulo cerca de 80% dos domicílios não eram servidos por rede de esgoto, enquanto 54% não possuíam rede de água. [...]. Os índices de mortalidade infantil também dão conta da deterioração da vida do trabalhador nesse período de milagre, quando, por exemplo, se compara que entre as décadas de 40 e 50 a taxa de mortalidade infantil diminui de 30%, e na década seguinte decresce de 32%, enquanto que, ao contrário, entre 60/75 ocorre acréscimo de 37%. (Oliveira, 1987)

Para além da exposição do período (1969-1974) sob o enfoque do milagre econômico, a antonomásia “anos de chumbo” é amplamente relacionada ao mesmo. O termo busca expressar a fase mais violenta da ditadura, marcada por medidas autoritárias, tais quais o uso recorrente de torturas, o desaparecimento de opositores políticos e censura à imprensa, com o objetivo de silenciar a oposição e desarticular movimentos sociais. O Ato Institucional 05 (AI-5), que entrou em vigor a partir do fim de 1969, foi um dos atos mais simbólicos da violência institucionalizada e deu base jurídica a essas práticas, suspendendo



direitos civis e fortalecendo os poderes arbitrários do Executivo.

A situação do regime permitiu uma certa ambiguidade de interpretação, em que, nas estatísticas, o país parecia avançar economicamente alinhado aos interesses da classe burguesa, mas, por outro lado, as desigualdades sociais, a violência e a repressão estatal se intensificaram. Essa incoerência é apontada por Daniel Aarão Reis (2000) como uma das táticas que contribuíram para disfarçar as tensões do regime, por meio das disputas de narrativas históricas. Nessa perspectiva, conforme o autor, os militares aproveitaram os êxitos econômicos e esportivos – como o tricampeonato do Brasil na Copa do Mundo no México (1970) – para enaltecer as realizações da Ditadura Militar, ocultando as ações repressivas.

A valorização de feitos como o chamado milagre econômico, a vitória na Copa de 70, a inauguração de grandes projetos de infraestrutura e as celebrações do Sesquicentenário da Independência constitui uma estratégia política de elevada eficiência. Essa eficiência deriva de sua habilidade em se conectar ao imaginário historicamente construído na sociedade brasileira, especialmente com a ideia de que o Brasil seria o “país do futuro”. Essa perspectiva pode ser analisada sob o prisma do conceito de “otimismo”, de Carlos Fico, no qual:

Os tópicos do otimismo – a exuberância natural, a democracia racial, o congraçamento social, a harmônica integração nacional, o passado incruento, a alegria, a cordialidade e a festividade do brasileiro entre outros – foram ressignificados pela propaganda militar tendo em vista a nova configuração socioeconômica que se pretendia inaugurar.” (Fico, 1997).

O uso do imaginário coletivo, sobretudo por meio da exaltação das capacidades brasileiras, transformou o otimismo em uma ferramenta

para aproximar a sociedade do regime. Nesse sentido, o otimismo adaptado às diretrizes militares ressalta o patriotismo, a valorização da família tradicional, o desenvolvimentismo e o mito político. Esses elementos originaram lemas como “Ninguém segura este país”, “Este é um país que vai para frente” e “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”, promovendo a ideia de progresso, civismo e nacionalismo entre os cidadãos.

Nesse cenário de exploração do otimismo para disseminar ideias ultranacionalistas, os símbolos nacionais se destacaram como recursos essenciais para esse objetivo, atuando como ferramentas de representação simbólica. Um dos principais símbolos empregados foi a bandeira nacional brasileira, que se destacou como um emblema evocador de sentimentos de unidade, pertencimento e orgulho nacional. Seu uso foi presente desde o início do regime, mas, após 1970, ganhou maior protagonismo, reforçando as ideias de patriotismo, amor à pátria e a crença no Brasil como o país do futuro.

Esse destaque tornou-se ainda mais evidente com o evento do Sesquicentenário da Independência, em 1972, que celebrou os 150 anos da separação do Brasil de Portugal. A ocasião foi marcada por um extenso cronograma de comemorações cívicas, inaugurações de obras monumentais, festivais musicais, atividades esportivas e, de maneira especialmente simbólica, o traslado dos restos mortais de D. Pedro I pelas principais capitais do país. Essas celebrações foram cuidadosamente planejadas para reforçar o otimismo, legitimar o regime militar e mascarar as violências ocorridas durante o período.

No entanto, além das celebrações oficiais, outros meios também exerceram um papel crucial na propagação dos ideais promovidos pelos militares. A Revista Manchete, uma das publicações mais relevantes da época, contribuiu para consolidar na sociedade um discurso

centrado no patriotismo, nacionalismo e otimismo. Alinhada aos interesses do governo, a revista lançou edições especiais dedicadas às comemorações da independência e utilizou imagens e textos para construir uma narrativa que exaltava as conquistas do Brasil sob a ótica do milagre econômico, enquanto minimizava os conflitos sociais e políticos.

Dessa forma, este capítulo busca discutir e examinar aspectos relacionados ao período do Sesquicentenário da Independência, com um enfoque inicial nos usos políticos da bandeira nacional durante os eventos e na maneira como essa estratégia foi elaborada. As análises partem de uma leitura crítica das fontes primárias, as edições da Revista Manchete de 1972, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, propondo, como objetivo secundário, refletir sobre o papel da publicação na disseminação dos ideais militares.

Para fundamentar a discussão, torna-se indispensável o conceito de “semióforos”, desenvolvido por Marilena Chaui, para compreender como os símbolos atuam na construção de significados e narrativas. Além disso, o conceito de “otimismo”, elaborado por Carlos Fico, é essencial para entender as particularidades da apropriação do imaginário social pelo governo militar como uma forma de gerar vínculos de aprovação e apoio ao regime. Por meio dessa análise, espera-se oferecer uma reflexão crítica sobre o papel dos símbolos nacionais como instrumentos políticos e na formação da memória coletiva.

### **Bandeira Nacional e o simbólico**

De acordo com Milton Luz em sua obra *A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*, a bandeira de um país pode simbolizar tanto as delimitações territoriais quanto a própria nação,

incorporando valores e representações coletivas. O autor também destaca a importância dos símbolos nacionais para preservar a unidade da nação, funcionando como uma representação da pátria. Esse processo envolveria, sobretudo, dois elementos principais:

A bandeira, como objeto-símbolo, se compõe de dois elementos básicos: a forma e o conteúdo. Os elementos formais são o desenho, que inclui a forma, as proporções e as cores que lhe são peculiares e que a distinguem das demais bandeiras....Os elementos de conteúdo, ditos subjetivos, são o significado que lhe é atribuído (e que se cristaliza com o uso e a tradição) e a mensagem que ela contém e transmite (Luz, 1999).

Conforme argumenta Marilena Chaui (2000), a função subjetiva da bandeira, marcada por seus significados, está profundamente vinculada ao seu uso em cerimônias cívicas, atuando como uma ferramenta para consolidar uma tradição de identidade nacional. Nesse sentido, a bandeira pode ser vista como um objeto-símbolo de grande importância na disseminação de ideias e posicionamentos dentro das sociedades onde está inserida. Sua função política se expressa na capacidade de transmitir elementos compartilhados, uma vez que “preserva e garante o sentimento de comunhão e de unidade” (Chaui, 2000). Ainda segundo a autora, esse conceito pode ser interpretado por meio da ideia de “semióforos”, onde o objeto-símbolo é apresentado como um meio para indicar algo que representa uma outra coisa, com valor determinado não pela sua materialidade, mas pela sua força simbólica. Tal objeto é fértil, gerando continuamente efeitos de significação.

A Bandeira Nacional, projetada para simbolizar a nação, carrega a habilidade de agregar novos significados, posicionando-se como um elemento que acompanha transformações sociais em determinados

contextos. Sua finalidade está em materializar um significado destacado e estratégico na construção social, muitas vezes por meio do poder de transmitir significados e evocar emoções. Isso é evidente em regimes autoritários do século passado, como na Itália Fascista e na Alemanha Nazista, onde os símbolos nacionais foram utilizados como ferramentas políticas para criar consensos autoritários.

No Brasil, desde o decreto n° 4 de 19 de novembro de 1889, as cores nacionais — verde e amarelo — foram mantidas, carregando significados comumente associados às “riquezas vivas e minerais” (Coimbra, 2000). Contudo, esses tons representavam originalmente as dinastias europeias ligadas ao Império Brasileiro, sendo o verde associado à Dinastia de Bragança e o amarelo à Casa de Habsburgo-Lorena, da Princesa Leopoldina. Durante a Era Vargas (1930-1945), especialmente na ditadura do Estado Novo (1937-1945), o governo federal ressignificou a bandeira como um símbolo de identidade política vinculado ao projeto de poder de Getúlio Vargas. Para isso, foram realizadas solenidades públicas que impuseram, por exemplo, a queima de bandeiras estaduais e o culto obrigatório à bandeira e ao hino nacional nas escolas (Chauí, 2000). O objetivo era disseminar símbolos nacionais que fossem preponderantes no fortalecimento da ideia de nação/Estado personificada na figura de Vargas.

Posteriormente, durante a Ditadura Militar (1964-1985), a Lei n° 5.700 de 1° de setembro de 1971 conferiu à bandeira o status de “símbolo permanente da Pátria”. Como parte do projeto de propaganda política dos militares, ela foi promovida como um dos “símbolos nacionais pertencentes ao povo brasileiro”. Tanto na Era Vargas quanto no Regime Militar, houve uma forte exploração do nacionalismo. Segundo Vieira (2011), os símbolos nacionais, especialmente a bandeira, foram utilizados como representações da segurança nacio-

nal, aparecendo em campanhas oficiais e não oficiais que buscavam resgatar a autoestima dos brasileiros. Nesse período, slogans nacionalistas e otimistas acompanhavam o uso desses símbolos, reforçando sua sacralidade e despertando sentimentos de orgulho e pertencimento.

Sob essa perspectiva de nacionalismo otimista, o governo Médici se destacou por seu uso intenso da propaganda, exaltando o país em pleno “milagre econômico” e provocando emoções como euforia e orgulho nacional. A bandeira nacional, em particular, assumiu um papel central, frequentemente celebrada em eventos cívicos como o Sesquicentenário da Independência, reforçando o culto aos símbolos nacionais.

### **150 da independência do Brasil: Sesquicentenário da Independência.**

O Sesquicentenário da Independência do Brasil, celebrado em 1972, marcou os 150 anos da emancipação política do país. Com uma ampla agenda de eventos realizados em diversas cidades, a comemoração foi planejada com grande antecedência e despertou intensa expectativa na sociedade. Segundo Janaína Cordeiro (2012), “desde janeiro de 1972 vivia-se no país sob a expectativa do início das comemorações, mas foi em 21 de abril, dia de Tiradentes, que as festas começaram oficialmente, para somente serem encerradas no dia 7 de setembro”.

Sob a liderança do governo militar, a Comissão Executiva Central (CEC) foi encarregada de organizar os festejos, com destaque para o general Antônio Jorge Corrêa, que presidiu a comissão. A CEC, composta por intelectuais, militares e representantes de instituições civis, incluindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi

responsável por coordenar uma série de atividades ao longo do ano. Essas atividades incluíram desfiles, concursos, espetáculos e eventos culturais, com o objetivo de alcançar todas as camadas da população.

O general Antônio Jorge Corrêa destacou o caráter inédito das celebrações, que mobilizaram cidadãos em todo o país para participarem de momentos de culto à bandeira e entoação do Hino Nacional. Segundo registros da época, “a mobilização da população de todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici (...) e cultivar a bandeira entoando o Hino Nacional” foi um dos marcos das festividades (Jornal não identificado, Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972).

As celebrações ressaltaram tanto a trajetória histórica do Brasil quanto às projeções para o futuro, por meio de eventos como festivais de Som e Luz, que revisitaram a história do país, desfiles militares, inaugurações de obras grandiosas e solenidades públicas. Livros foram editados e reeditados, músicas compostas, congressos promovidos, e escolas e universidades mobilizadas. Competições esportivas, premiadas com o “Troféu Sesquicentenário”, também integraram o calendário de atividades. Esses eventos visavam reavivar a memória histórica do Brasil, exaltando uma nação forte, com uma economia emergente, unificada e próspera.

Um dos momentos de maior destaque foi a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I por várias cidades brasileiras. Essa jornada culminou em seu sepultamento no Ipiranga, ao lado da Imperatriz Leopoldina, no dia 7 de setembro de 1972, local simbólico onde a independência foi proclamada em 1822. A figura de D. Pedro I foi

celebrada como um herói nacional, com papel central na narrativa histórica promovida pelo regime militar, que buscava alinhá-la aos ideais de força, unidade e progresso difundidos pelo governo.

Segundo Janaina Cordeiro:

A festa do Sesquicentenário de maneira geral e o traslado dos restos mortais de D. Pedro I em particular, evocavam sempre princípios cívicos que eram muito caros não apenas à ditadura mas também a setores expressivos da sociedade, como por exemplo, “o trabalho, o respeito às autoridades, a obediência e a moralidade cristã”<sup>231</sup>, além do culto ao passado histórico do país, bem como a instituições como a escola e a família, célula da Pátria (Cordeiro, 2012).

As comemorações do Sesquicentenário da Independência, por meio de seus diversos eventos, buscaram reforçar, de maneira ampla, ideais e valores alinhados ao regime militar, como ordem, disciplina e patriotismo. Essa estratégia incluía a construção de um otimismo projetado na sociedade brasileira, sustentado por fragmentos do imaginário social historicamente moldado. Dessa forma, o passado era evocado para consolidar o senso de pertencimento e alimentar a esperança no futuro, elementos fundamentais para a manutenção dos valores defendidos pelo governo.

Entre as diversas estratégias empregadas, destacou-se a exploração dos símbolos nacionais, especialmente a bandeira do Brasil, que, no período, era saudada com entusiasmo. A Comissão Executiva Central (CEC), em conjunto com setores da sociedade civil, promoveu essa exaltação por meio de diferentes iniciativas. Um exemplo marcante foi a publicação do *Mapa do Brasil de Hoje*, uma revista comemorativa do Sesquicentenário que trazia uma bandeira nacional encartada e a fotografia do presidente Médici. Em suas páginas, destacavam-se as



grandes obras do regime militar, reforçando a narrativa de progresso e união nacional.

Além do material de divulgação, os festejos envolveram ampla participação popular, com civis ostentando a bandeira e vestindo suas cores. Como observa Cordeiro (2012), “os comerciantes ambulantes mais procurados eram aqueles que vendiam bandeiras nacionais”. Essa efusiva adesão popular, estimulada pelas celebrações, tornou a bandeira um símbolo central no imaginário coletivo, conectando os ideais patrióticos às iniciativas do regime militar. Segundo Janaina Cordeiro:

Durante a semana passada, milhares de automóveis circularam pelas ruas de São Paulo com fitas verde-amarelas nas antenas, bandeiras nos vidros traseiros e, em muitos casos, visitantes de todas as cidades do país, atraídos pelo encerramento dos festejos do Sesquicentenário da Independência. Os hotéis ficaram sem lugares, os aviões repletos (...). Os prédios da Avenida Paulista, onde se realizou o desfile militar do dia 7, vestiram-se de bandeiras (Cordeiro, 2012)

Precisamente, o acontecimento dos 150 anos da independência desenrolava-se como mais do que uma festividade para relembrar a trajetória da independência do Brasil, mas como uma grande oportunidade de reavivar símbolos e valores patriotas, de relembrar heróis do passado, as conquistas e a construção do futuro, sendo um momento em que “passado, presente e futuro estavam naquele momento indelévelmente unidos” (Cordeiro, 2012). Unindo o otimismo e reforçado imagens da bandeira, ele foi capaz de mobilizar camadas significativas da sociedade, como mulheres, crianças, estudantes e trabalhadores para festejar de maneira contínua, para vivenciar o civismo difundido na educação, para despertar o passado glorioso digno de orgulho e o senso de que o cidadão estava colaborando para a construção do Bra-

sil. Nessa mesma perspectiva, o evento colaborou para a legitimação da ditadura como um regime conectado ao passado, presente e futuro, como expõe o Diário de Sorocaba, jornal do interior de São Paulo:

O Encontro Cívico Nacional, motivado de maneira exuberante em todos os quadrantes da Pátria, veio a mostrar uma nova realidade no Brasil. Veio mostrar que, hoje, o Brasil vê uma era em que, o maior interesse da grandeza da Pátria, o interesse de que, efetivamente, no albor do ano 2000, sejamos a grande nação do desenvolvimento pleno, livre e independente em todos os sentidos. A Revolução de 31 de março é a construtora dessa nova nacionalidade, é a construtora desse novo país e, justamente por isto é que se denomina, a revolução, como sendo redentora. Efetivamente, essa revolução é redentora, é libertadora e sua ação continuará insistindo na performance de progresso (Diário de Sorocaba: “Encontro Cívico Nacional”, 1972).

Juntamente, o festejo da independência também atuou como uma cortina de fumaça para as tensões políticas e sociais que marcavam o período. Em meio ao auge da repressão, da violência e da censura institucionalizada, as festividades foram empregadas como uma ferramenta estratégica para mascarar os conflitos e consolidar o apoio ao regime militar. Como destaca Cordeiro (2012), o evento buscou “estabelecer diálogo com a sociedade: na medida em que soube transformar a sua visão do passado em instrumento de consenso, criando uma identidade entre ditadura, Pátria, história e sociedade.”

Essa articulação permitiu que o regime militar utilizasse a celebração como um instrumento para legitimar sua autoridade, promovendo um sentimento de união e pertencimento nacional que mascarava as profundas desigualdades e o clima de opressão que permeavam o país. Por meio da exaltação de valores como o patriotismo e o civismo, o governo reforçava sua conexão com a história e o futuro do Brasil, apresentando-se como o guardião de uma pátria forte e

harmoniosa, enquanto suprimia as vozes dissidentes e ocultava os desafios reais enfrentados pela sociedade.

### **Sesquicentenário através da Revista Manchete em 1972**

A Revista Manchete, fundada por Adolpho Bloch em 1952, consolidou-se como um marco no jornalismo brasileiro, destacando-se pela qualidade visual e editorial inspirada em revistas internacionais como *Life* e *Paris Match*. Com uma abordagem que unia fotografias de alta qualidade a textos informativos, a publicação atraiu um público amplo e variado, abordando temas culturais, de entretenimento e políticos. Durante seus 48 anos de circulação, especialmente nas décadas de 1960 a 1980, a Manchete foi um dos principais veículos de comunicação impressa do Brasil, marcando a conjuntura social, política e econômica do período.

No contexto da Ditadura Militar, a revista adotou uma linha editorial alinhada aos interesses do regime. Enquanto exaltava os feitos econômicos do período do “milagre econômico”, as conquistas esportivas e os eventos cívicos, evitava abordar questões polêmicas ou críticas, como as violências, censuras e repressões governamentais. Essa postura refletia o ambiente de controle e censura imposto pelo regime, além de sua tentativa de moldar uma narrativa otimista e nacionalista para a sociedade.

Segundo Benedict Anderson (2008), publicações como a Manchete desempenharam um papel importante na formação de uma “comunidade imaginada”. O compartilhamento de leituras comuns em um território delimitado criou laços de camaradagem horizontal entre os indivíduos, promovendo uma coletividade virtual que mascarava os conflitos internos e as diferenças sociais. Assim, a revista não apenas

registrava os acontecimentos, mas também ajudava a moldar a percepção da realidade nacional, reforçando uma identidade coletiva que favorecia os interesses do regime. O autor afirma que:

[...] O significado dessa cerimônia de massa – Hegel observou que os jornais são, para o homem moderno, um substituto das orações matinais – é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é incessantemente repetida a intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo o calendário [...] Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas [...] reassigura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana [...] (Anderson, 2008).

Sob essa ótica, a Revista Manchete ultrapassa sua função como um simples repositório de registros históricos das transformações ocorridas no contexto em que estava inserida, tornando-se um poderoso veículo de difusão de narrativas, valores e visões de mundo. A revista contribuiu significativamente para a consolidação de uma consciência cívica e identidade nacional que dialogava com os interesses do regime militar. Utilizando a força de suas imagens e reportagens, Manchete circulou amplamente a narrativa do regime, “agindo como um órgão difusor de suas ações propagandísticas nos anos de 1970” (Setemy, 2008).

Essa função torna-se especialmente evidente nas edições dedicadas às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, momento em que a publicação reforçou ideais de patriotismo, ordem e progresso, alinhando-se às estratégias propagandísticas do governo. As imagens e reportagens presentes nessas edições, disponibilizadas

pela Fundação Biblioteca Nacional por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, revelam como a revista se inseriu na construção simbólica e visual do evento, projetando a visão de um Brasil forte, unido e promissor, em consonância com os ideais promovidos pela ditadura militar.

Imagem 1- Ensaio de Jovens no Sesquicentenário



Fonte:Revista Manchete (1972)



Conforme evidenciado pelas imagens, o clima de euforia patriótica, de adesão à ideia do progresso brasileiro e do civismo permeou de forma elaborada as páginas da Revista Manchete. A ampla circulação do periódico em diversas cidades do Brasil reforça a proposta de Anderson (2008), que destaca a relevância do compartilhamento de experiências de leitura na configuração das comunidades imaginadas, capazes de estimular práticas e ideias coletivas. Nesse contexto, tais práticas estavam profundamente atreladas ao civismo, ao amor à pátria e à esperança em um futuro promissor para o Brasil.

No caso brasileiro, essa dinâmica se manifestou como uma tentativa de construir uma narrativa sobre o país que funcionasse como um sistema de auto-reconhecimento social e que consolidasse uma visão idealizada e otimista do futuro. Como aponta Fico (1997), tratou-se de uma “tentativa de elaborar uma ‘leitura’ sobre o Brasil que, ao mesmo tempo, criasse as bases para um sistema de autorreconhecimento social e se instaurasse como mística da esperança e do otimismo”. Dessa forma, Manchete desempenhou um papel central ao projetar e disseminar essa narrativa, alinhando-se ao esforço propagandístico do regime militar e contribuindo para o fortalecimento de um imaginário coletivo de civismo e progresso.

### **Considerações finais**

A comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, durante a gestão do presidente Médici, pode ser analisada como algo além de uma celebração dos 150 anos de autonomia política do país. Trata-se, igualmente, de uma ocasião meticulosamente organizada pela Comissão Executiva Central (CEC) para reforçar os valores associados ao ideário militar na sociedade e, concomitan-

temente, mascarar as tensões políticas e sociais que caracterizavam o período.

Com o propósito de envolver amplos setores da população, a programação do evento contemplou desfiles cívicos, festivais de música e cinema, competições esportivas e, de maneira particularmente emblemática, a peregrinação das relíquias de D. Pedro I por diversas localidades do território nacional. Essas iniciativas fundamentaram-se na glorificação do passado histórico, no incentivo ao civismo, à disciplina e ao patriotismo. Desse modo, buscava-se sedimentar no imaginário coletivo uma base simbólica destinada a legitimar e fortalecer a aceitação do regime autoritário vigente. Nesse contexto, a Bandeira Nacional, enquanto um ícone de elevado significado simbólico, emergiu como um dos principais instrumentos para estreitar a identificação entre a sociedade e o governo.

Além disso, o Sesquicentenário fomentou um ambiente de exaltação patriótica por meio das diversas atividades promovidas pela CEC. Essa tática visava consolidar a narrativa de um Brasil em suposto progresso e projetar otimismo quanto ao seu futuro. Contudo, essa retórica se mostrava contraditória diante das práticas repressivas e violentas que marcaram o período conhecido como os “anos de chumbo”. Simultaneamente, setores da sociedade, como a Revista Manchete, contribuíram para reforçar essa construção discursiva ao adotar uma postura editorial convergente com os interesses do regime militar, abstendo-se de abordar criticamente as violações de direitos humanos e as medidas autoritárias adotadas pelo governo.

Nesse sentido, a celebração do Sesquicentenário consolidou uma interpretação do Brasil profundamente associada aos objetivos do regime militar, ao mesmo tempo em que buscou engajar a população em



um projeto coletivo de patriotismo e civismo. Essa estratégia utilizou, de maneira deliberada, a memória histórica e os símbolos nacionais, aliados à influência da mídia, como ferramentas centrais para a formação de uma consciência cívica alinhada ao regime. O objetivo final era perpetuar a administração militar e conquistar o respaldo popular por meio de uma narrativa que promovia a imagem de estabilidade e progresso sob a égide da ditadura.

## Referências

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**/Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRASIL. **Lei Nº 5.700**, de 1 de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências, DF: Diário Oficial da União, 1971. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15700.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15700.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento**. 2012. 232f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969 – 1977)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) - Universidade de São Paulo, 1996, 299p.

- LUZ, Milton (2005). **A história dos símbolos nacionais:** a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999 (1ª edição).
- OLIVEIRA, S. M. F. **Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 24-36, abr./jun. 1987.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Zahar, 2000.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Em defesa da moral e dos bons costumes:** a censura de periódicos no regime militar (1964-1985). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em História, Rio de Janeiro, 2008.
- VIEIRA, Cleber Santos. **A (des)construção dos símbolos nacionais.** UNIFESP, 2011.

# *História e Políticas Públicas: o impacto dos acordos MEC-USAID e da censura nas universidades brasileiras*

Lauane Barbosa Gusson<sup>1</sup>

## **Introdução**

Desde a Primeira República, a trajetória educacional do Brasil tem sido caracterizada por uma busca constante pela construção de um Estado-nação forte e pela legitimação do exercício do poder pela classe dominante. Este período durou de 1889 a 1930 e caracterizou-se pela integração da política educacional com os interesses políticos e socioeconômicos, “nem sempre a emancipação intelectual e política da população foi uma preocupação. A educação, justamente pelo seu papel emancipador, por vezes foi utilizada como um instrumento de controle e de legitimação de poder” (Medeiros, 2019, p. 209). Sendo assim, uma ferramenta estratégica utilizada para moldar a identidade nacional, consolidar valores consistentes com o grupo dominante e estabelecer uma ordem social hierárquica.

No governo de Jânio Quadros, a educação passou a ser vista como um elemento estratégico para o desenvolvimento nacional. Em 1961, foi criado o Conselho Federal de Educação, estabelecendo as bases para

---

1 Graduanda de História na Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente e participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais do Centro de Educação da UFES. E-mail: lauanebgusson@gmail.com

reformas mais profundas no sistema educacional. Essas iniciativas se alinharam aos compromissos firmados na Carta de Punta del Este, que resultou na assinatura de uma série de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), visando à modernização e controle do sistema educacional brasileiro (Pina, 2011).

Em 1964, o Brasil vivenciou uma das mais profundas mudanças institucionais de sua história. Entre os dias 31 de março e 1º de abril, o Golpe Militar depôs o Presidente João Goulart, dando início à ditadura militar (1964-1985). Rodrigo Motta (2014) argumenta que os militares que ascenderam ao poder com o golpe de 1964 estavam incertos sobre como exercê-lo, para eles, o golpe representou uma forma de restaurar a confiança que havia sido abalada sob o governo de João Goulart, mas não havia planos políticos.

Por isso, a política universitária que foi se desenhando ao longo do tempo, e cujas linhas mestras só se definiram plenamente no início dos anos 1970, resultou de choques entre grupos e opiniões divergentes, da pressão do movimento estudantil e, paradoxalmente, da apropriação de ideias gestadas no pré-1964, inclusive do próprio conceito de reforma universitária (Motta, 2014, p. 5).

A educação, portanto, foi transformada de maneira a ser moldada como um instrumento de poder do regime, refletindo e disseminando as visões dos militares sobre democracia e outros valores que consideravam essenciais (Medeiros, 2019, p. 223). Assim, ao considerar o papel da educação como ferramenta de poder, as reformas educacionais visam à adaptação ao contexto global e às exigências econômicas, consolidando e legitimando a influência dos governos.

Uma das mudanças que veio nesse processo, foi a criação dos Acor-

dos MEC-USAID que “tinham o intuito de financiar uma série de políticas e mudanças para a área da educação. Esses contratos foram articulados por empresários ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)” (Bombarda, 2019, p. 248). Os esforços estavam diretamente ligados à vontade do governo de alcançar a modernização e parar as manifestações estudantis que sempre foram muito presentes na história do Brasil. Assim, os Acordos MEC-USAID visavam modernizar o sistema educacional brasileiro com base em uma visão tecnocrática e pragmática baseada no modelo norte americano.

Os Estados Unidos, assim, estiveram diretamente ligados ao modelo de Reforma Universitária produzido no regime por conta das relações envolvendo o IPES. Assim, em 1968 foi feita reforma universitária, Lei 5.540/68, que buscava centralizar e controlar as atividades universitárias, resultando na restrição da autonomia acadêmica e na imposição de um ambiente acadêmico sujeito a censura e restrições.

O regime militar brasileiro foi marcado por uma dualidade entre repressão e modernização. Enquanto promovia um impulso modernizador, prendeu e afastou professores e líderes acadêmicos considerados subversivos, além de torturar e matar membros da comunidade universitária. Houve censura de ideias e textos, e as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) foram instaladas nos campi para vigiar e controlar contratações, bolsas e estágios no exterior (Motta, 2014).

A imposição do regime militar resultou em uma perseguição intensa aos movimentos sociais e educacionais, levando à tortura e morte de muitos militantes. Neste contexto, a Lei Suplicy, promulgada em 1964, declarou ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE), eliminando assim qualquer possibilidade de ação legal por parte do

movimento estudantil.

Embora a legislação em questão, a Lei nº 5.540/68, não faça menção direta à UNE, é crucial compreender que a ilegalização da UNE pela Lei Suplicy fazia parte de um conjunto de medidas destinadas a restringir as atividades do movimento estudantil. Essa ação contribuiu para o ambiente repressivo, que não apenas silenciou diversas vozes, mas também impôs limitações significativas à liberdade de expressão e à participação cívica. Nesse contexto, a lei visava não apenas controlar as atividades universitárias, como também consolidar o domínio autoritário sobre o cenário educacional e social do período.

A Lei nº 5.540/68 da reforma universitária imprimiu em seus artigos as principais medidas, como: as propostas de unificação dos vestibulares, isto é, sua transformação em um conjunto homogeneizado de testes, a ser aplicado anualmente a todos os candidatos; a instauração de um regime de créditos; introdução de critérios de mobilidade e flexibilidade dos cursos, abrindo a possibilidade de o estudante cursar disciplinas em outros departamentos; as iniciativas de mudança dos regimes das universidades federais, de autarquias para fundações e, o pagamento de mensalidades (Gomes; Pinto, 2017, p. 437).

Entende-se que a intenção era afetar a capacidade de organização estudantil, dificultando assim, a articulação efetiva de demandas por mudanças na educação. Esse contexto de fragmentação e dispersão entre os estudantes contribuiu para a diminuição da resistência organizada, limitando a força das manifestações estudantis como instrumento de crítica e reivindicação diante das políticas educacionais vigentes. Além de diversas outras mudanças que afetaram diretamente os estudantes organizados. Conforme apontado por Costa, Hammel e Meznik (2011) os intelectuais vinculados ao regime militar visavam por uma ideologia tecnocrática, caracterizada por traços elitistas

e autoritários. Esta abordagem refletia as necessidades específicas das forças militares naquele período, sobretudo em resposta aos desafios decorrentes do processo de industrialização.

O impacto da Lei nº 5.540/68 e da reforma universitária foi profundo e transformador, consolidando o controle do regime militar sobre as universidades e fragmentando as formas de resistência estudantil. A implementação do sistema de créditos e a unificação dos vestibulares representaram uma tentativa de homogeneizar e controlar o acesso à educação superior, reduzindo as oportunidades de mobilização e organização dos estudantes. Ao centralizar o controle das universidades e transformar as instituições em fundações, o regime também conseguiu interferir diretamente nas políticas internas e no perfil das formações acadêmicas. Isso visava, além de reduzir o espaço de atuação política, garantir uma formação acadêmica alinhada aos interesses da ditadura e ao modelo tecnocrático que se buscava impor.

Esse processo de reconfiguração da educação superior no Brasil refletia um projeto de modernização que, na prática, excluía a diversidade de pensamentos e críticas ao regime. A implementação de uma educação mais tecnocrática e voltada para as exigências do mercado, sem espaço para as discussões políticas, visava não só restringir a liberdade de expressão, mas também enfraquecer os movimentos sociais e estudantis que, antes do golpe, desempenhavam um papel fundamental na formulação de críticas ao sistema e nas lutas por uma educação mais democrática e plural. Em um cenário de repressão e vigilância, as universidades passaram a ser espaços de formação voltados para atender aos interesses do regime, e a autonomia acadêmica, que é essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, foi cerceada em nome da estabilidade política e da ordem social pretendida pelos militares.

## **MEC-USAID e a ditadura militar**

Percebe-se a necessidade de disciplinar a sociedade conforme as doutrinas de segurança e ordem estabelecidas pelo regime. Compreender a consolidação do golpe, o modelo de governo militar e as reformas educacionais vai além de um simples levantamento histórico do passado – embora isso também seja relevante. Trata-se de uma questão de autonomia por meio do conhecimento (Maciel; Colling; Junior; Pain, 2016). Além disso, entender profundamente os contextos históricos que moldaram essas medidas, como as reformas educacionais, é essencial para desvendar os objetivos reais daqueles que estavam no centro do poder.

Para analisar as políticas educacionais no Brasil, Verger (2019) argumenta que é essencial considerar o contexto global em que estão inseridas. Ele enfatiza que as influências locais não podem ser entendidas de forma isolada, pois estão naturalmente ligadas ao cenário global. Portanto, é necessário considerar os contextos históricos específicos e suas interações com as dinâmicas globais ao avaliar as políticas educacionais.

A pesquisa sobre as reformas educacionais durante o regime militar brasileiro (1964-1985) está inserida em um campo de estudos que combina análises históricas de políticas educacionais com a crítica ao autoritarismo. Essa investigação tem como ponto central os Acordos MEC-USAID e as reformas educacionais que resultaram de suas diretrizes, como as Leis 5.540/68 e 5.692/71, e a Reforma Universitária de 1968. A partir desse enfoque, observa-se que a literatura acadêmica sobre o período ainda se desdobra em torno das tensões entre modernização e controle social, papel da educação técnica e a censura intelectual nas universidades.



A historiografia da educação no Brasil tem avançado significativamente desde a década de 1980, buscando compreender o papel da educação como instrumento de controle ideológico, em que a educação técnica, por exemplo, é direcionada para a formação de uma força de trabalho submissa às exigências do capitalismo industrial, característica amplamente evidenciada durante o regime militar. Desde desse período, a burguesia capitalista estruturou a educação de forma a assegurar a divisão da sociedade em dois campos:

[...] aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio de fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (Saviani, 2007, p. 7).

Assim, historicamente, a educação se divide em dois caminhos distintos: de um lado, o ensino voltado para os filhos da elite, garantindo-lhes acesso ao ensino superior; de outro, a educação destinada aos filhos da classe trabalhadora, cujo principal objetivo era formar uma mão de obra barata para atender às demandas do capitalismo. Durante o regime militar, essa última forma de ensino estava diretamente vinculada ao crescimento econômico acelerado, impulsionado especialmente pela industrialização.

A educação técnica, em especial, é vista como um meio de instrumentalizar a classe trabalhadora para as necessidades imediatas da economia, reforçando a dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro, uma característica dos Acordos MEC-USAID. Existe uma relação entre o projeto de desenvolvimento econômico brasileiro e a política educacional imposta pela ditadura, explicitando a

influência dos Estados Unidos na conformação do ensino superior e técnico brasileiro. Os acordos entre os dois países não se restringiam a aspectos técnicos, mas envolviam a disseminação de ideologias alinhadas ao combate ao comunismo, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional (Cunha, 1989).

Esse controle das universidades visava não apenas uma dominação política, mas também a conformação de um modelo educacional alinhado com os interesses do regime e das potências internacionais, especialmente os Estados Unidos, conforme apontado por autores como José Oliveira Arapiraca. A análise dos Acordos MEC-US-USAID revela como o governo brasileiro, ao mesmo tempo em que implementava um projeto de modernização econômica e industrial, também se alinhava aos interesses do capitalismo internacional, contribuindo para a reconfiguração da educação técnica e superior no Brasil. Essas reformas, como a Lei 5.540/68 e a Lei 5.692/71, buscavam garantir a formação de uma mão de obra submissa às exigências do mercado de trabalho e da lógica do capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que estabeleciam uma barreira entre os campos do ensino técnico e do ensino intelectual.

A educação técnica, em particular, se transformou em uma ferramenta de controle social, pois visava a formação de trabalhadores altamente especializados, mas limitados em sua capacidade crítica e em seu acesso ao conhecimento teórico. Dessa forma, o regime militar reforçou a divisão educacional entre as elites e as classes populares, uma divisão que perdura até os dias atuais. Enquanto a educação superior se concentrava na formação das elites e na manutenção do status quo, o ensino técnico e profissionalizante era voltado para a preparação da classe trabalhadora para atender às necessidades do mercado, sem questionamentos.

O contexto de dependência econômica e política também foi crucial para entender o projeto educacional do regime militar. A teoria do Capital Humano, como abordada por Arapiraca, serve como uma chave para entender o papel da educação no processo de modernização imposto pelo regime. Nesse sentido, a educação deixa de ser vista como um instrumento de emancipação social e se torna uma ferramenta de subordinação, onde o indivíduo é preparado para servir aos interesses da economia capitalista global.

Por outro lado, a resistência que surgiu dentro do ambiente acadêmico também não pode ser ignorada. Apesar da forte repressão, muitos professores, estudantes e intelectuais buscaram formas de resistência, seja através da luta política ou da preservação da liberdade de pensamento dentro das universidades. A presença de movimentos estudantis, a formação de redes de apoio e as publicações clandestinas são exemplos de como a educação também se tornou um espaço de contestação ao regime militar.

Nesse sentido, é importante destacar as contribuições da historiografia crítica, que, a partir da década de 1980, passou a reinterpretar o papel da educação durante o regime militar, não apenas como um instrumento de controle, mas também como um campo de resistência. A obra de Dermeval Saviani, *Escola e Democracia* (1989), discute como a educação pode ser uma forma de emancipação, mesmo em contextos adversos, e como as lutas educacionais podem desafiar os projetos autoritários.

A análise das políticas educacionais e suas implicações sociais e políticas, portanto, exige uma compreensão profunda das interações entre o contexto interno e as influências externas. O regime militar no Brasil não operava de maneira isolada, mas estava inserido em

uma dinâmica global de Guerra Fria, onde as potências mundiais disputavam a hegemonia ideológica. Os Acordos MEC-USAID são um exemplo claro de como o Brasil se inseria nesse contexto global, adotando reformas educacionais que se alinhavam aos interesses dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que tentava manter o controle sobre a classe trabalhadora e as elites intelectuais.

Assim, a pesquisa sobre as reformas educacionais durante o regime militar não se limita a uma análise das políticas educacionais em si, mas também requer uma reflexão sobre os impactos dessas políticas no longo prazo, especialmente no que se refere à formação da sociedade brasileira contemporânea. O estudo da história da educação no Brasil, com um enfoque nas reformas educacionais do período militar, oferece insights importantes sobre as relações de poder, as resistências e as dinâmicas sociais que ainda moldam o ensino no país. A educação, enquanto campo de disputa, continua sendo um dos principais espaços de contestação e de afirmação de valores e identidades sociais, o que torna esse campo de estudo particularmente relevante para entender os desafios da sociedade brasileira atual.

## **Conclusão**

O estudo das políticas educacionais no Brasil durante o regime militar (1964-1985) revela a educação como um campo de luta, na qual os poderes políticos, econômicos e ideológicos se entrelaçam para moldar as direções da sociedade. A análise das reformas educacionais, especialmente com os Acordos MEC-USAID, expõe como a educação foi utilizada como um instrumento de controle social, submisso aos interesses da ditadura militar e aos interesses geopolíticos das potências estrangeiras, como os Estados Unidos. A centralização

do poder nas universidades, a censura acadêmica e as reformas que fragmentaram o movimento estudantil foram estratégias claras de manutenção do regime e de minimização das resistências ideológicas e políticas dentro do ambiente acadêmico.

Porém, o processo de repressão não foi completo. A resistência, apesar de severamente reprimida, se manifestou de diversas maneiras dentro do ambiente universitário, seja por meio de mobilizações clandestinas, seja na preservação de espaços de pensamento crítico. A literatura crítica que surge a partir da década de 1980, com autores como Dermeval Saviani e Rodrigo Patto Sá Motta, permite uma reinterpretação do período, vendo a educação não apenas como um instrumento de subordinação, mas também como um campo de resistência. A luta por uma educação democrática, plural e crítica continua sendo uma questão fundamental, ainda mais no contexto atual, onde os vestígios da ditadura militar e suas políticas educacionais ainda influenciam as dinâmicas do ensino brasileiro.

A educação no Brasil, durante o período de 1964 a 1985, não foi apenas uma ferramenta de legitimação do poder militar, mas também um espaço de contestação, resistência e reflexão sobre as condições sociais e políticas do país. A dualidade entre a modernização tecnocrática imposta pelo regime e a resistência acadêmica, apesar da repressão, demonstra que a educação nunca deixou de ser um campo de disputa pela autonomia intelectual, pela liberdade de expressão e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, o estudo dessas reformas educacionais é não apenas uma compreensão histórica, mas também um alerta para os desafios contemporâneos da educação no Brasil, ainda profundamente marcados por tensões políticas e sociais.

A análise das reformas educacionais no contexto da Ditadura Militar é essencial para entender as interações entre o regime, a educação e a sociedade. Ao considerar as influências globais e locais, bem como os efeitos dessas políticas sobre a estrutura educacional e os movimentos sociais, é possível perceber como essas reformas moldaram o Brasil contemporâneo e continuam a impactar a formação da identidade nacional e o papel da educação no desenvolvimento social e político do país.

## Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOMBARDA, Alex Ricardo. A Influência das Agências Internacionais no Brasil: os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964. **Educação e Emancipação**, v. 12, n. 3, p. 246-268, set/dez. 2019.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e democracia no Brasil**. Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2010.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, p. 912-933, 2014.
- DE MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Ditadura militar brasileira: a educação como instrumento de poder. **Revista de psicologia**, v. 13, n. 48, p. 208-229, 2019.
- SAVIANI, Dermeval. **School and democracy**. [s.l.] Autores Associados, 2019.
- FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 333-355, 2008.

- FELIX, Ana Paula; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SANTOS, Kefren Calegari dos. O “Novo Ensino Médio” no Espírito Santo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 36-57, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, José Roberto; PINTO, Valmir Flores. 50 anos da Lei Nº 5.540/68 da Reforma Universitária. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania**, Diversidade e Bem Estar-RECH, v. 1, n. 1, jul/dez, p. 429-446, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID**: ações e reações (1966-1968). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan/jun. 2007.
- VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis educativa**, v. 14, n. 1, p. 9-33, 2019.

# *O júri e suas significações: uma análise dos periódicos entre os anos 1824-1832*

Letícia Franco do Nascimento<sup>1</sup>

## **Introdução**

Nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX ocorreu uma profunda transformação na linguagem política do mundo ibero-americano, o que, por sua vez, estruturou as instituições e práticas políticas (Sebástian, 2009, p. 28). Esta mudança se dá em convergência com as revoluções liberais e os processos de independência. No Brasil, Thomas Flory (1986, p. 17) identifica o período de 1827 a 1837 como o ápice do liberalismo político, marcado por reformas intensas, resultantes da insatisfação com a Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I. Dentre as reivindicações estava uma maior descentralização do governo civil, e a instituição do júri era vista como um avanço nesse quesito, pois representava um importante mecanismo de participação popular, consagrado como símbolo de liberdade e cidadania, valores fundamentais para o liberalismo.

A primeira proposta de júri na sociedade luso-brasileira surgiu no congresso constitucional de Lisboa, em 1821-1822 (Campos, 2023, p. 753). No Brasil, a instituição do júri antecedeu a Independência,

---

<sup>1</sup> Graduanda em História (UFES). Contato: leticia.f.nascimento@edu.ufes.br.



tendo sido estabelecida pela lei de 18 de junho de 1822 (Lorenzoni, 2017, p. 68). Essa lei atribuía aos jurados o julgamento de crimes relacionados ao abuso de liberdade de imprensa, embora os membros do conselho do júri fossem nomeados por magistrados da coroa, diferentemente de Portugal, onde eram eleitos localmente. O júri também é introduzido na Constituição de 1824 quando se diz

[...]

Art. 151. O Poder Judicial independente, e será composto de Juizes, e Jurados, os quaes terão logar assim no Civel, como no Crime nos casos, e pelo modo, que os Codigos determinarem.

Art. 152. Os Jurados pronunciam sobre o facto, e os Juizes applicam a Lei. (Brasil, 1824).

De 1822 a 1832 o júri esteve restrito a decidir sobre os crimes contra a liberdade de imprensa. Com o Código de Processo Criminal de 1832, durante o período regencial, o jurado foi reformulado, consolidando-se como parte integrante do sistema de justiça criminal, com jurados eleitos dentre os cidadãos. Segundo José Murilo de Carvalho (2021, p. 44), “[...] Pertencer ao corpo de jurados era participar diretamente do Poder Judiciário”. Essa participação permitia que os cidadãos se aproximassem do exercício do poder e adquirissem uma noção mais concreta do papel da lei.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo discutir as definições e características da instituição do júri veiculadas na imprensa brasileira entre 1824 e 1832. Durante esse período, a imprensa foi amplamente impactada por eventos como a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e a Regeneração do Porto (1820-1823), propagando ideais políticos modernos em periódicos brasileiros (Reis, 2016, p. 28). Esse processo de transformação

da imprensa brasileira resultou em uma maior influência da opinião pública nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado (Reis, 2016, p. 31).

Neste recorte, ao investigar e discutir as ideias sobre o júri nos periódicos, também se busca identificar as perspectivas políticas de grupos específicos sobre temas como liberdade e cidadania. Dessa forma, percebe-se que a relevância desta pesquisa reside em sua contribuição para a compreensão das interações entre a formação das instituições jurídicas no Brasil e a construção do pensamento político liberal. Ao investigar como a instituição do júri foi representada na imprensa entre 1824 e 1832, o estudo ilumina o papel dos periódicos na disseminação de ideias políticas e na formação da opinião pública. Assim, a pesquisa oferece uma importante perspectiva sobre as dinâmicas políticas da época, contribuindo para o entendimento mais amplo do liberalismo e da participação cidadã no Brasil imperial.

### **Embasamento Teórico**

Este trabalho se alinha à história atlântica dos conceitos políticos, que visa entender como os conceitos moldam e são moldados pelas relações de poder e ideais sociais (Fernández Sebastián, 2009, p. 25). Essa abordagem é influenciada pela *História dos Conceitos* de Reinhart Koselleck, segundo quem as experiências deixam marcas na linguagem de um povo, permitindo ao historiador rastrear-las e interpretá-las. Koselleck afirma que “investigar os conceitos e sua história linguística é essencial para reconhecer a história relacionada à sociedade humana” (Koselleck, 2002, p. 20, tradução nossa). Ainda segundo este autor, uma palavra se trans-

forma em conceito quando se funde integralmente a um contexto sociopolítico, dessa forma, os conceitos funcionam como “concentrados de experiência histórica” (Sebastián, 2009, p. 27) e são elementos essenciais da linguagem política ao longo das épocas e sociedades. A análise histórico-conceitual, portanto, permite entender o pensamento e as práticas políticas ao explorar linguagens e discursos.

Para o exame da conceituação do júri discutida na imprensa entre 1824 e 1832 tornou-se mister compreender o conceito de liberalismo e suas expressões entre os liberais exaltados e moderados, além da compreensão sobre o grupo *áulico*, haja vista que os jornais analisados nesta pesquisa pertencem a alguma dessas facções políticas.

De acordo com Javier Sebastián (2009, p. 696), os termos “liberal” e “liberalismo”, tanto em espanhol quanto em português, apresentaram uma gama de significados, *grosso modo*, similares em toda a região ibero-americana, mas que variaram conforme locais, épocas e circunstâncias. Em linhas gerais, no século XVIII, o termo “liberal” era um adjetivo de utilização pouco frequente, fazendo referência a uma certa virtude ou qualidade associada às pessoas. Entretanto, conforme ressaltado por Javier Sebastián (2009, p. 696), o termo “liberal”

[...] fue poco a poco encapsulándose todo un conjunto de prácticas, valores, conceptos e instituciones interrelacionadas – gobierno representativo y economía comercial; constitución, derechos individuales y separación de poderes; soberanía nacional y opinión pública – hasta constituir un hiperónimo, un verdadero cluster – concept internamente temporalizado, referido al supuesto avance de la sociedad hacia el logro de determinadas metas de perfeccionamiento político.<sup>2</sup>

---

2 Tradução nossa: “[...] foi, pouco a pouco, encapsulado um conjunto de práticas, valores, conceitos e instituições inter-relacionadas – governo representativo e economia comercial; constituição, direitos individuais e separação de poderes; soberania nacional e opinião pública – até constituir um hiperônimo, um verda-

O autor evidencia que o primeiro liberalismo, assim denominado, é em grande medida um produto do laboratório político febril que existiu no mundo iberoamericano a partir de 1808 (Sebástian, 2009, p. 698). Esse conceito, ainda de acordo com Sebástian (2009, p. 700), começa a emergir como uma identidade política apenas por volta de 1820, ainda titubeante, quando seus seguidores se reconhecem e são reconhecidos como “liberais”.

No Brasil, Lynch (2009, p. 744) destaca que a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815 impactaram o conceito de liberalismo. A aceitação da liberdade de imprensa provocou uma proliferação de manifestações impressas, influenciadas pela Regeneração do Porto, o que gerou uma cultura política liberal. Essa cultura, se desenvolveu em torno de temas como constitucionalismo monárquico, representação, divisão de poderes, pacto social, soberania nacional, direitos do cidadão e liberdade, contrastando com o governo absoluto (Basile, 2001, p. 92-93). No entanto, suas ideias e linguagens estavam limitadas pelas Luzes portuguesas, mantendo uma combinação de monarquia constitucional com Igreja Católica e uma visão de liberdade e igualdade restritas à lei.

Neste contexto, cabe apresentar o grupo *áulico*. Após as repressões realizadas pelo Partido Brasileiro<sup>3</sup>, liderado por José Bonifácio, e a dissolução da Constituinte de 1823, bem como a dura repressão sobre a Confederação do Equador, a imprensa fluminense tornou-se quase exclusivamente dominada por homens defensores e ligados ao governo. Esse grupo, conhecido como *áulico*, teve um papel funda-

deiro cluster-conceito internamente temporalizado, referido ao suposto avanço da sociedade rumo à conquista de determinadas metas de aperfeiçoamento político”.

3 O Partido Brasileiro defendia a centralização de poder na figura do Imperador e apoiado pelos ministros.

mental na defesa do governo de D. Pedro I na política fluminense. Seu objetivo era, além de proteger os preceitos políticos e morais do governo, aumentar seu poder econômico e prestígio social (Reis, 2016, p. 14-15).

Entretanto, de acordo com Basile (2001, p. 93), uma linguagem radical desenvolveu-se a partir dos últimos anos do Primeiro Reinado com a emergência de nova facção política, os liberais exaltados. Estes vão surgir em meio à crise política que, desde 1826, afligia o Imperador D. Pedro I. Tal grupo se opunha aos *áulicos* (ou *servis*) e intensificou as críticas ao governo, indo além dos princípios defendidos pelos liberais moderados.

O grupo dos liberais moderados era composto “por uma nova geração de políticos do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ligados à produção e ao comércio de abastecimento da Corte, dentre os quais se destacavam homens como Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Diogo Feijó” (Basile, 2001, p. 93). De maneira geral, eles buscavam realizar reformas político-institucionais para limitar os poderes do Imperador, dar mais prerrogativas à Câmara dos Deputados, garantir a autonomia do Judiciário e assegurar a aplicação dos direitos civis previstos pela Constituição. Já os liberais exaltados irão se caracterizar por possuir propostas e ações mais ousadas. Segundo Basile (2001, p. 94), o grupo defendia

[...] o regime republicano, o sistema federalista, a separação entre Igreja e Estado, assim como a reforma agrária, uma cidadania isenta de qualificações excludentes de renda, instrução, sexo ou etnia, o fim gradual da escravidão, a melhoria das condições de vida das camadas de baixa condição social, uma igualdade não apenas jurídica, mas também social, a soberania do povo e, como recurso extremo para a realização destes fins, uma revolução popular [...] Seus membros

tampouco integravam as elites política ou socioeconômica do Império, sendo basicamente oriundos das camadas médias urbanas [...]

A fim de compreender a atuação desses grupos políticos e suas compreensões sobre o júri através dos periódicos, é fundamental entender o contexto da época e a instituição do júri. Para isso, autores como Ilmar Rohloff Mattos (1987), Barreto (2003) e Carvalho (2021) são basilares para a obtenção de uma visão abrangente do contexto brasileiro, desde a chegada da família real até o período democrático. Além disso, obras como *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial* (1808-1871), de Thomas Flory, além dos trabalhos de Lorenzoni (2017) e Campos (2023), foram essenciais para a compreensão mais detalhada sobre a instituição dos jurados.

## **Metodologia**

Nesta pesquisa, foram analisados os artigos dos periódicos listados no Quadro 1. A metodologia empregada foi a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Lawrence Bardin (2004). Seguindo os procedimentos recomendados, inicialmente, foram selecionadas palavras-chave para a investigação lexical das fontes: “jury” (como o termo “júri” era grafado na época), “jurado” e “jurados”. As ocorrências desses termos foram identificadas utilizando a funcionalidade “Pesquisar” da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Reconhece-se que a quantificação oferecida pela Hemeroteca Digital pode apresentar limitações, como a possibilidade de subnotificação de ocorrências em relação ao número real de menções nos periódicos, ainda assim, essa abordagem foi considerada a mais viável, dado o tempo disponível para a conclusão da pesquisa.

Quadro 1 – Seleção de periódicos da pesquisa

<b>Periódico</b>	<b>Circulação</b>	<b>Origem</b>	<b>Local de Guarda</b>
<i>Diário de Pernambuco</i>	1825 – 1984	Pernambuco	Hemeroteca da BN digital
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	1821 – 1878	Rio de Janeiro	Hemeroteca da BN digital
<i>O Spectador Brasileiro</i>	1824 – 1826	Rio de Janeiro	Hemeroteca da BN digital
<i>O Farol Paulistano: Lâmpada de liberte est une enclume qui userà tous les mar- teaux</i>	1827 – 1831	São Paulo	Hemeroteca da BN digital
<i>Nova Luz Brasileira</i>	1829 – 1831	Rio de Janeiro	Hemeroteca da BN digital
<i>A Malagueta</i>	1821-1824; 1828-1829; 1832.	Rio de Janeiro	Hemeroteca da BN digital
<i>Luz Brasileira</i>	1829 – 1830	Rio de Janeiro	Hemeroteca da BN digital

Fonte: Produção do próprio autor.

Os artigos dos periódicos que possuíam ocorrências das palavras-chave foram classificados em quatro categorias: divulgação de obras sobre o júri; convocações e declarações, incluindo editais; sessões de júri; e opiniões editoriais e de assinantes. A análise focou-se principalmente nessa última categoria, priorizando os textos dos redatores e os que expressavam a opinião editorial dos jornais. Dada a quantidade de artigos opinativos, foram estabelecidos dois critérios de seleção: 1) selecionar 30% dos artigos com ocorrências dos termos-chave em cada ano do período entre 1824 e 1832; 2) se a seleção resultasse em menos de 10 artigos por periódico, escolher aqueles com datas de publicação próximas. Assim, dos 310 artigos identificados, 106 foram analisados.

As análises desta pesquisa basearam-se no campo das Humanidades Digitais que, apesar de não haver uma definição consensual sobre esta área, como observa Arthur Ferreira Reis (2023), esse campo pode ser descrito como a integração de estudos humanísticos e sociais com

ferramentas tecnológicas, permitindo uma abordagem que combina métodos quantitativos das ciências exatas com a crítica cultural das humanidades. Assim, neste estudo, foram duas as tecnologias utilizadas na análise textual e lexical dos textos escolhidos. A primeira é o website *Voyant Tools*, um ambiente de leitura e análise de textos projetado para facilitar as práticas interpretativas. Os produtos gerados pela plataforma (lista de frequência de palavras, classificação por correlação entre termos dentro de um mesmo corpus textual, gráficos de distribuição de frequência, etc.) permitem a extração rápida das características de determinado corpus teórico, ampliando a possibilidade de descoberta de temas (Larhud, 2018).

Já a segunda foi o *Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Uma de suas principais contribuições para este estudo foi a aplicação da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), ou método *Reinert*, que “classifica segmentos de texto em classes lexicais com base no vocabulário utilizado” (Sousa; Gondim; Carias *et al.*, 2020, p. 5). Este procedimento no software gera gráficos que destacam os conjuntos lexicais e suas palavras mais características. O método baseia-se na ideia de que formas lexicais semelhantes refletem conceitos ou representações comuns, sendo amplamente utilizado para identificar temas subjacentes nos textos analisados (Sousa; Gondim; Carias *et al.*, 2020, p. 6).

Os resultados fornecidos pelo *Iramuteq* serviram como base para as escolhas metodológicas feitas no *Voyant Tools*. Por exemplo, algumas das palavras destacadas pelos gráficos gerados pelo método *Reinert* foram usadas como ponto de partida para a análise no *Voyant Tools*. Esse processo permitiu a identificação de ideias e significados relacionados ao júri, bem como a conceitos como liberdade de imprensa. Além disso, em muitos casos, o *Voyant Tools* confirmou e/ou reforçou



os resultados obtidos pelo *Iramuteq*, destacando a complementaridade dessas ferramentas.

### **Conceituações sobre o júri: um reflexo político dos periódicos**

Seis, dos sete jornais analisados, foram distribuídos entre três grupos políticos: liberais exaltados, liberais moderados e áulicos”. Cada periódico refletia seu posicionamento político por meio das opiniões veiculadas sobre a instituição dos jurados.

Como representante do grupo *áulico* tem-se o periódico *O Spectador Brasileiro*; já do grupo dos liberais moderados podem ser incluídos *O Farol Paulistano* e o *Diário de Pernambuco*. Embora este último adotasse uma posição considerada controversa, nos artigos analisados, observou-se que o periódico se identifica como liberal<sup>4</sup>, principalmente quando criticava periódicos o qual considerava “absolutistas”, porém, também criticava jornais liberais exaltados, como *A Malagueta*<sup>5</sup>. Por essa razão, foi incluído entre os moderados.

Diferentemente, o *Diário do Rio de Janeiro* não foi classificado politicamente, pois, segundo Basile (2022, p. 62), o jornal seguia uma linha comercial e se distanciava das disputas políticas. Além disso, a

---

4 “[...] onde essa infame cáfila de réprobos e servis não cessa de conspirar contra as nossas liberdades, ora atacando com grosseiros doestos o Código sagrado, que juramos, e que saberemos sustentar à custa do nosso sangue; ora tentando poluir com cavilações e calúnias a inatacável reputação dos liberais” (*Diário de Pernambuco*, nº 523, 12 nov. 1830, transcrição nossa).

5 “Pela primeira vez pego na pena pera contestar um outro Redator. Eu confesso minha fraqueza para sustentar uma aturada contestação, muito principalmente com o Sr. Luiz Augusto May Redator *da Malagueta*; mas como o que há escrito em sua *Malagueta* N.º 65 de Terça feira 9 de Dezembro a respeito do Recolhido e, por causa da nenhuma precisão lógica, muito fútil, e até contrário a Lei que regula o Júri, mui fácil torna-se essa contestação.” (*Diário de Pernambuco*, nº 65, 23 mar. 1829, transcrição nossa).

ausência de opiniões editoriais claras dificultou essa análise. No grupo dos liberais exaltados, estão *Nova Luz Brasileira*, *Luz Brasileira* e *A Malagueta*.

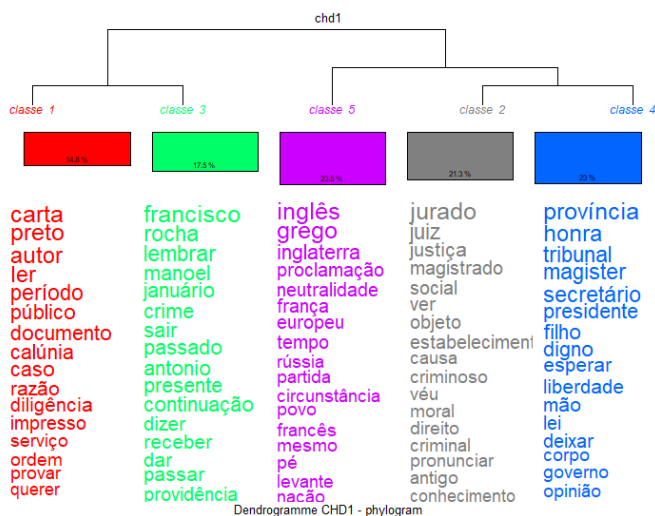
No periódico representante do grupo *áulico* observou-se a presença de três artigos específicos que voltavam toda a atenção para a instituição do júri. Estes se encontram nos números 7, 9 e 10 de 1824. No número 7, de 13 julho de 1824, destacava-se os jurados como garantia dos direitos políticos dos cidadãos, como barreira contra a corrupção e o abuso de poder. Já o número 9, de 17 julho de 1824, responde a críticas sobre a falta de preparo dos jurados, argumentando que, apesar de sua menor expertise técnica, sua imparcialidade e sensibilidade humana os tornavam menos propensos a erros judiciais, especialmente sob a supervisão de juízes. Por fim, o número 10, de 20 julho de 1824, reforçava a ideia de que os jurados, pela “moralidade” e “experiência prática”, seriam mais resistentes à corrupção e à intimidação e representariam um “avanço permanente” e “superior” em comparação aos tribunais tradicionais.

A classe 2 do Gráfico 1 se refere a este conjunto de artigos, evidenciando os termos que são mais proeminentes nele. Dessa forma, não impressiona que *jurado* seja a primeira palavra destacada na listagem de léxicos desta classe. Já as classes 1 e 3 estão interligadas por um mesmo assunto: a ação promovida por Francisco Alberto Teixeira de Aragão<sup>6</sup> (na época, Intendente Geral da Polícia), em 1825, a qual se configura como um dos primeiros júris para crimes de imprensa realizados no Brasil.

---

6 Francisco Alberto Teixeira de Aragão, português, nascido em 1788, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1813. Em 1824 assumiu como Intendente Geral de Polícia no Rio de Janeiro e, em 1828, por meio de Decreto de 19 de janeiro do mesmo ano, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, no qual tomou posse em 09 de janeiro de 1829. (Maia, 2014).

Gráfico 1 – Dendograma *O Spectador Brasileiro* (1824-1826)



Fonte: Gráfico criado pelo *Iramuteq*.

Nota: A classe 5 se refere ao número 237 de 17 de fevereiro de 1826.

A narrativa desse caso está nos números 145, 146 e 147, dos respectivos dias quatro, seis e oito de julho de 1825. Nestes, encontram-se trechos da ata de julgamento, este que se deu em decorrência de publicações injuriosas contra Aragão em jornais como o *Diário do Rio de Janeiro* e *Diário Fluminense* que atacavam a honra do intendente de Polícia, além de propagarem duras críticas ao seu trabalho e acusações de extravio de dinheiro público. Nesse cenário, Francisco Alberto Teixeira de Aragão vai defender sua atuação, demonstrando as melhorias promovidas na segurança pública em decorrência de seu empenho no comando da Polícia, e argumentar que as acusações contra sua pessoa são caluniosas, pois a pessoa que as proferiu não apresentou provas sobre o que disse e, por isso, deveria ser julgada pelo tribunal de Jurados, como foi feito. Como resolução, deu-se que

o réu, que não compareceu ao julgamento, foi julgado à revelia e condenado pelos jurados, sendo reconhecido como criminoso o impresso denunciado.

Sobre a classe 4, tem-se que esta se relaciona aos artigos escritos por cidadãos que faziam críticas severas aos oponentes, retratados como caluniadores e agentes do caos e da desordem, por propagarem inverdades contra suas pessoas. O sistema de júri era mencionado, nesses artigos, como um mecanismo legítimo e necessário para a resolução de conflitos e a aplicação da justiça. Assim, os autores apelavam ao júri para que interviesse em situações de difamação e ataques injustos, reforçando a ideia de que era uma instituição crucial para a defesa da “honra”, pessoal e nacional, e do bom uso da “liberdade” de imprensa.

Como mencionado anteriormente, em 1824, *O Spectador Brasileiro* publicou textos que abordavam diretamente a instituição do júri, expressando a opinião do próprio periódico. O que chama a atenção, no entanto, é que nos anos seguintes as referências ao júri passaram a ser feitas não mais em nome do jornal, mas atribuídas a outras pessoas ou a textos de outros periódicos. Esse fato evidencia que, ao elogiar o júri, o jornal refletia sua própria posição editorial.

A inclusão do júri na Constituição outorgada por D. Pedro I representava um avanço significativo, e *O Spectador Brasileiro* utilizou a defesa dessa instituição como uma estratégia política. Por meio dela, buscava fortalecer tanto a imagem do imperador quanto a do governo centralizado, associando a estabilidade e a justiça à participação dos cidadãos no sistema judiciário.

Sobre o *Diário do Rio de Janeiro*, são poucas as opiniões editoriais. No entanto, nos anos de 1824, 1826, 1829 e 1830, observa-se que alguns cidadãos mencionam a intenção de recorrer ao júri por se sen-

tirem injuriados. Em certos números, notam-se notícias anunciando decisões dos jurados sobre determinadas matérias. Assim, o júri é novamente apresentado como uma ferramenta de defesa da liberdade de expressão.

O artigo que mais faz referência ao júri, neste periódico, e o mais extenso, está no número 9 de 11 de julho de 1832. Este vai defender o proprietário da Tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, preso acusado de ser responsável pela doutrina considerada criminosa no Periódico *Caramuru*, número 12. O texto foi feito, por ele, enquanto ainda estava detido e se preparava para ser julgado pelo júri de sentença. Dessa forma, o escrito tinha o objetivo de convencer os juízes de sua inocência. O autor via o instituto do júri como sua última esperança, acreditando que a composição cidadã do tribunal, ainda não corrompida, garantiria sua absolvição. Dessa forma, mostra-se que o jurado era valorizado até mesmo por um jornal que, em geral, se posicionava distante das controvérsias da administração pública do período. O trecho abaixo evidencia a posição do dono da Tipografia:

Nesta masmorra, a que me conduziu a mais negra das traições, não me atormentam remorsos; tenho pelo contrário a alma tranqüila: não me assustam bravatas, e arrotos da iniquidade: a grande maioria da Nação Brasileira, à que tenho a honra de pertencer, ainda está ileso de corrupção; e conquanto se tenha perseguido escandalosamente quase tudo que por entre ameaças e terrores respira um pouco de honra, e pugna pela Liberdade, todavia, esse amor que corações Brasileiros tem votado por convicção e dever à virtude, e Liberdade de sua Pátria, ainda não sofreu quebra, e de dia a dia mais se aumenta nutrido da lisonjeira e bem fundada esperança de ver raiar no horizonte Brasileiro a serena aurora da prosperidade pública que tanto desejamos, e pela qual tantas vítimas se tem entregado ao sacrifício. Tranqüilo pois, e confiado na retidão dos Juízes que a sorte me deparar, e, sobretudo, seguro do imparcial julgamento do Soberano Tribunal da Opinião Pública, eu passo a contar com toda a verdade quanto tenho sofrido; e defendendo-me com a Lei, das

arguições e imputações que se me tem acumulado, só com o fim de me espezinhar nesta masmorra (gostinho à muito suspirado pelos meus Turcos perseguidores) conhecerá o Público minha inocência, e qual o caráter e moral do que me juraram perder nas aras da mais abominável vingança” (*Diário do Rio de Janeiro*, nº 9, 11 jul. 1832, tradução nossa).

No *O Farol Paulistano*, o júri é visto como uma instituição a ser preservada e garantida aos cidadãos, apesar de, em alguns casos, ser percebida como um instrumento de perseguição ao livre uso da imprensa, especialmente quando convocado para julgar periódicos aliados, como *A Astréa* ou o próprio *Farol*. No entanto, essa crítica não era dirigida à instituição do júri em si, mas sim àqueles que a acionavam para punir artigos que o *Farol* não considerava criminosos.

O júri no *Diário de Pernambuco* é frequentemente utilizado como defesa contra calúnias dirigidas ao jornal ou aos cidadãos. A instituição é vista como protetora da honra e inocência, além de garantir a liberdade de imprensa. A partir de 1831, contam duras admoestações aos números do periódico *O Cruzeiro*, também de Pernambuco.

Nesses artigos, *O Cruzeiro* é denominado como absolutista e crítico do Diário. Isto se dava porque *O Cruzeiro* era adepto à centralização do poder na figura do Imperador, enquanto o *Diário*, com posições liberais moderadas, tinha suas críticas ao governo e as expunha com frequência. Nesses embates, o júri também era invocado como proteção contra as críticas, e o *Diário de Pernambuco* expressa apoio à sua aplicação em causas criminais. Críticas<sup>7</sup> à Administração da Justiça

---

7 “[...] a justiça entre nós é mal administrada tanto pela imperfeição dos Tribunais, como pela má organização dos processos; e quanto às leis, que distribuem, transpiram o hábito do Reinado dos Filipes, que os viu nascer. Felizmente porém já temos um Código Penal, se não perfeito, ao menos um dos melhores, e mais humanos, que existem: a nossa bem faceja Assembleia ocupa-se com o do processo, com que brevemente seremos mimoseados, e então teremos a fortuna de ver o Sistema de

da época não eram omitidas, porém, eram menos veementes como as que foram observadas nos periódicos exaltados. Quando o júri realizava julgamentos considerados justos, eles eram celebrados, como no caso de um redator absolvido, o que gerou manifestações públicas de apoio:

[...] O numeroso concurso, que se achava prorrompe-o em Vivas à Constituição, à Liberdade da Imprensa, ao Tribunal dos Jurados, e ao reto julgamento dos Srs. Juizes, [...] Não se podia esperar outra coisa de Cidadãos amantes da Lei, e das instituições Pátrias. (Do Nacional; *Diário de Pernambuco*, nº 72, 6 abr. 1831, transcrição nossa).

A análise das *co-ocorrências*<sup>8</sup>, com a ferramenta *Voyant Tools* revelou uma relação frequente entre os termos “nação” e “direito”. Essa associação reflete a visão do jornal de que a soberania residia na Nação, mencionada três vezes nos artigos analisados, sendo uma delas no seguinte:

[...] e por fim lhe lembramos que de balde se esforçará em fazer obscurecer a importante verdade de que a Soberania reside essencialmente na Nação - pois que o Povo Brasileiro já está mui ilustrado para que se deixe embair dos seus embustes, e detestáveis máximas, e se o rei é o reservatório da Soberania, como diz Burke, invocado pelo *O Cruzeiro*, que afirma que ele não era absolutista, mas que nós o supomos pouco afeto às instituições liberais, nós lhe respondemos

---

Jurados estabelecido nas causas crimes, ou pelo menos a publicidade nas decisões das Relações, e mais Tribunais de Justiça.” (*Diário de Pernambuco*, nº 170, 9 ago. 1831, transcrição nossa).

8 Co-ocorrências no corpus documental oferece uma tabela mostrando quais termos aparecem mais frequentemente em proximidade com palavras-chaves em todo o corpus. **Stéfan Sinclair and Geoffrey Rockwell**, “Co-ocorrências”, *Voyant Tools*. [https://voyant-tools.org/?view=CorpusCollocates&stopList=keywords042834b4559bf145f546548ab77cd312&query=na%C3%A7%C3%A3o\\*&corpus=0baaf177f0f4da6c833a98fac983133a](https://voyant-tools.org/?view=CorpusCollocates&stopList=keywords042834b4559bf145f546548ab77cd312&query=na%C3%A7%C3%A3o*&corpus=0baaf177f0f4da6c833a98fac983133a). Acesso em: 16 set. 2024.

com Sully, que não era farroupilha, dizendo a Henrique 4º - Senhor vós tendes dois Soberanos, Deus e a Lei. (*Diário de Pernambuco*, nº 64, 22 mar. 1831, transcrição nossa – grifo nosso).

Essa ideia está alinhada à tendência observada por Fabio Wasserman (2009, p. 860), segundo a qual, a partir de 1820, a nação na Iberoamérica era vista como um sujeito autônomo, detentora de virtudes e interesses ligados à felicidade e prosperidade.

Os três jornais liberais exaltados compartilham a defesa do júri como uma instituição essencial para garantir direitos e liberdades, especialmente a liberdade de imprensa. *A Malagueta* vê o júri como um protetor da liberdade de expressão, assim como a *Nova Luz Brasileira*, que enfatiza o fato de o júri ser uma garantia inalienável dos cidadãos e que deveria ser aplicado em causas cíveis e criminais. Já a *Luz Brasileira* enaltece o júri como uma defesa contra a tirania, protegendo a imprensa das tentativas de censura e garantindo que os abusos de poder sejam expostos.

Embora todos defendam o júri, *A Malagueta* é mais crítica quanto à sua aplicação, pois há uma grande preocupação do periódico para que, no período analisado, as reformas tivessem sido feitas de acordo com suas expectativas e baseados em princípios liberais exaltados. Diferentemente de outros periódicos analisados, os artigos transcritos da *A Malagueta* não utilizam o júri como uma armadura para proteger sua “honra” frente às acusações na imprensa. Outro ponto marcante é que neste periódico se percebe a tentativa de desmistificar uma noção de que na Inglaterra a Administração Judicial seria um exemplo a ser seguido.

Também não me servia de exemplo o estado atual da Administração



Judicial, e Econômica em Inglaterra: todo o Mundo sabe, e os Jurisconsultos, e Economistas concordam hoje, que a Justiça em Inglaterra só tem de bom a publicidade, e que a Administração Econômica já hoje lá tão viciada, só serve para fazer meia Nação sustentar a outra metade; tristíssima verdade esta! de que Deus livre o Brasil. (*A Malagueta*, nº 72, 13 fev. 1829, transcrição nossa).

O jornal *Nova Luz Brasileira* defendia a criação de novas leis, sua correta aplicação e a nomeação de juízes probos, instruídos e comprometidos com os princípios constitucionais. Além disso, criticava propostas que buscavam suprimir o júri, visto como um dos poucos meios eficazes para reformar o poder judicial e combater o favoritismo e a corrupção, que protegiam magistrados incompetentes enquanto penalizavam os honestos.

Diante do exposto, concluiu-se que a instituição do júri era popular entre diferentes correntes políticas. Para os *áulicos*, representava uma inovação trazida pela Constituição de 1824 sob o comando de D. Pedro I; já para os liberais (moderados e exaltados), o júri era uma garantia essencial dos direitos do cidadão, devendo atuar tanto no âmbito cível quanto criminal, além de ser um pilar na preservação da liberdade de imprensa.

## **Conclusões**

Com base nos resultados, a análise de sete jornais do século XIX revelou que a instituição do júri foi amplamente debatida e defendida, especialmente entre os grupos políticos liberais exaltados e moderados. Cada periódico refletia sua posição política ao abordar o júri, com os exaltados, como *A Malagueta* e *Nova Luz Brasileira*, vendo-o como uma garantia essencial das liberdades individuais e da impren-

sa, enquanto os moderados, como o *Diário de Pernambuco*, também o apoiavam, mas com uma postura mais crítica e menos enfática, especialmente em relação à administração da justiça.

Além disso, o estudo destacou como o júri foi utilizado pelos cidadãos, que publicavam nos periódicos, como defesa pessoal. Ademais, os próprios jornais o utilizavam como uma espécie de “armadura”, com jornais como *O Farol Paulistano* e o *Diário de Pernambuco* recorrendo à instituição para enfrentar acusações de calúnia e abuso de liberdade. Observa-se uma constante defesa do júri como instrumento essencial para a preservação dos direitos civis, em especial a proteção contra abusos de poder e a garantia de um julgamento justo.

Por fim, é possível compreender que as concepções sobre o júri veiculadas pela imprensa entre 1824 e 1832 refletiam a pluralidade das correntes políticas que marcaram o período. Antes da consolidação da centralização em 1841, que se tornaria uma característica estrutural do Estado brasileiro, o debate sobre o júri representava um espaço de disputa entre diferentes projetos de organização política e jurídica.

Essas discussões não se limitavam a aspectos técnicos ou institucionais, mas estavam profundamente conectadas às tensões entre descentralização e centralização do poder, bem como às diferentes visões sobre cidadania e participação popular. A imprensa, enquanto veículo de ideias e estratégias políticas, desempenhou um papel crucial nesse contexto, promovendo tanto a valorização quanto a crítica, mesmo que sutil, a alguns aspectos do júri, conforme os interesses e alinhamentos ideológicos de cada periódico.

## Referências

- CAMPOS, Adriana Pereira. Um arbusto exótico: o Tribunal do Júri chega ao Brasil constitucional. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 25, n. 137. p. 747-775, set./dez. 2023.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 12 set. 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARRETO, Célia de Barros...[et al]. **O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 2, n. 3, p. 91-130, 2001.
- BASILE, Marcello. **A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das regências**. Brasília: Senado Federal, 2022. 2 v
- FERNÁNDEZ SEBÁSTIAN, Javier. Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850 [Iberconceptos – I]**. Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Político y Constitucionales, 2009. p. 25-45.

- FERNÁNDEZ SEBÁSTIAN, Javier. Liberalismos nascentes en el Atlántico iberoamericano”: “liberal” como conceito y com identidade política - 1750-1850. Em: ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal et al. (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones 1750-1850. [Iberconceptos-II]**. Madrid/ES: Fundación Carolina. Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p. 695–731.
- FLORY, Thomas. **El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial (1808-1871)**. México: Fondo de Cultura Economía, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart; PRESNER, Todd Samuel. **The practice of conceptual history: Timing history, spacing concepts**. Stanford University Press, 2002.
- LABORATÓRIO EM REDE DE HUMANIDADES DIGITAIS – LARHUD. **Voyant Tools**. 2018. Disponível em: [http://www.larhud.ibict.br/index.php?title=Voyant\\_Tools](http://www.larhud.ibict.br/index.php?title=Voyant_Tools). Acesso em: 12 set. 2024.
- LORENZONI, Lara Ferreira. **Tribunal do Júri: controvérsias sobre uma justiça cidadã no processo penal brasileiro (séc. XIX)**. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberalismo: Brasil. In SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850 [Iberconceptos – I]**. Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Político y Constitucionales. p. 744–755, 2009.
- MAIA, José Carlos Lucio. **João Soares Lisboa e Francisco Alber-**

- to Teixeira de Aragão:** alguns fragmentos sobre a história dos primórdios do Tribunal do Júri no Brasil. 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/15084570/Jo%C3%A3o\\_Soares\\_Lisboa\\_e\\_Francisco\\_Alberto\\_Teixeira\\_de\\_Arag%C3%A3o\\_alguns\\_fragmentos\\_sobre\\_a\\_hist%C3%B3ria\\_dos\\_prim%C3%B3rdios\\_do\\_Tribunal\\_do\\_J%C3%BAri\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/15084570/Jo%C3%A3o_Soares_Lisboa_e_Francisco_Alberto_Teixeira_de_Arag%C3%A3o_alguns_fragmentos_sobre_a_hist%C3%B3ria_dos_prim%C3%B3rdios_do_Tribunal_do_J%C3%BAri_no_Brasil). Acesso em: 18 dez. 2024.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SOUSA; GONDIM; CARIAS et al. O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-19, jun. 2020
- REIS, Arthur Ferreira. **“Anarquistas” e “servis”**: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.
- REIS, Arthur Ferreira. As humanidades digitais no Brasil e no mundo: o estado da arte. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 01, p. 32-48, 2023.
- WASSERMAN, Fabio. El concepto de nación y las transformaciones del orden político en Iberoamérica (1750-1850). In SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850 [Iberconceptos – I]**. Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Político y Constitucionales. p. 851-870, 2009.

# *O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): impactos das reformas educacionais na Ditadura Militar (1964-1985)*

Loyane Anorato da Silva Lô<sup>1</sup>

## **Introdução**

Parte considerável da história do Brasil ocorre no período compreendido entre os anos de 1964 e 1985, no qual o País enfrenta a Ditadura Militar, instaurada em 31 de março de 1964 quando o então presidente João Goulart é destituído de seu cargo através de um Golpe Civil-Militar. O período traz consigo diversas mudanças institucionais que perpassam os setores diretamente ligados à governabilidade do Brasil, dentre eles, a Educação, fortemente utilizada como um instrumento político de controle e legitimação do poder pelos militares segundo Medeiros (2019).

Saviani (2008) contextualiza o início da década de 1960 como um período em que a sociedade brasileira vivia um momento de grande efervescência e euforia desenvolvimentista que tinha como objetivo completar o processo de industrialização do Brasil, reforçado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) responsável por elaborar a ideologia nacionalista desenvolvimentista a partir de 1954,

---

<sup>1</sup> Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente. E-mail: loyanelo.contato@gmail.com

tendo sido extinto pelo Decreto nº 53.884 de 13 de abril de 1964 pelos militares que depuseram o Governo de João Goulart, seguido de arrolamento no processo aos presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, os ministros da Educação Clóvis Salgado, Paulo de Tarso e Oliveira Brito, além de vários deputados e todos os professores do instituto, iniciando assim uma sucessão de episódios e ações de controle direto no segmento educacional.

Outra instituição de interesse para a presente pesquisa afim de explicar os mecanismos de intervenção utilizados durante a Ditadura Militar é o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) que foi fundado em 1962 com a função mascarada de fins educacionais, mas que operava internamente sob a lógica de desgastar o governo João Goulart através de uma campanha político-ideológica financiada por parlamentares e grupos de oposição que reunia empresários brasileiros, diretores de multinacionais, associações patronais, jornalistas, intelectuais e oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) através de publicações, filmes e programas de TV junto ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), sendo ambas organizações anticomunistas.

Dentre os elementos intervencionistas na Educação, destacam-se: a implementação de disciplinas de caráter cívico e ufanista, censura e controle direto nos materiais didáticos produzidos durante o período, interferência no conteúdo ensinado nas disciplinas de Ciências Humanas, a exemplo da História, tendo como consequência o esvaziamento do conteúdo crítico, além da própria Legislação. A presente pesquisa utiliza como objetos de apoio para a análise do Mobral as seguintes Leis: a Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral); a Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e fun-

cionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 que estabelece Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Desde sua criação, o Mobral se propõe a ser um programa de alfabetização de adultos que tem em sua atuação a conjugação do Governo Federal com adesão da sociedade em prol de uma causa de extrema relevância ainda nos dias atuais: a erradicação do analfabetismo. Regido sob o lema “Você também é responsável”, verifica-se um apelo e chamamento à sociedade pela adesão do mesmo. Além de elementos textuais, foram utilizados recursos visuais que possuíam o mesmo caráter.

Dessa forma, a presente pesquisa irá analisar o Mobral e os elementos que o constituem de modo a adquirir evidências que comprovem que a Educação realmente foi utilizada como instrumento político e legitimador dos governos ditatoriais, de sua gênese à difusão com táticas evidentes da Ditadura como a propaganda, financiamento empresarial e o apelo popular.

Essa relação com a propaganda e meios de informação faz-se ressaltar que o tema do Subprojeto está ligado ao Projeto de Pesquisa em razão ao fato de a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) ter sido sede de funcionamento da Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), ligado ao Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Educação (MEC), posteriormente chamado de Delegacia do MEC, extinto somente em 1986 conforme ressalta Fagundes (2013).

### **O Mobral e a Ditadura Militar**

Frigotto (1991, p. 45) sinaliza que a Ditadura Militar é “um movi-



mento que representa a continuidade de um projeto conservador”, sendo ela, parte de uma movimentação expressiva que acontece em toda a América Latina no período compreendido entre os anos de 1960 e 1970 em que diversos governos ditatoriais são instaurados e o Brasil é atingido por essa reverberação também.

É de notório saber que a Ditadura Militar enfrentou no decorrer de sua implementação diversas crises internas, econômicas, sociais e políticas, sendo necessário a adoção de estratégias que possibilitassem reforçar a legitimação do governo, fator essencial para eles, fica evidente com a presente pesquisa que a Educação foi um instrumento considerável para tal, pois foram utilizadas estratégias de manipulação da mesma de modo a fomentar uma visão unidimensional dos fatores históricos, políticos e sociais para que estivessem alinhadas aos interesses militares.

Parte das fontes analisadas pela pesquisa constituem materiais utilizados pelo próprio Mobral entre o período de sua implementação e extinção (1967-1985) de modo a constatar o discurso intencional do Estado nas políticas educacionais, Paiva (2003) argumenta que no Brasil, a educação sempre serviu como um veículo na difusão dos ideais políticos e Santos (2014) indica que tal veiculação se dá por diversos grupos, sejam eles estudantes, intelectuais ou políticos com objetivos específicos mas que apresentam em comum a intencionalidade de contribuir para a transformação da realidade brasileira por meio da recomposição ou legitimação das ideologias de cada grupo.

A década de 1960 é marcada por uma ampliação das atividades em torno da educação de adultos, visando a construção e noção desenvolvimentista do País, uma análise superficial do Estado visualizava o analfabetismo como causa e não consequência dos problemas econô-

nicos, sociais e políticos, dessa forma, a erradicação do analfabetismo era visto como a solução dos problemas enfrentados pelo Brasil, nesse contexto o Mobral se apresenta como fórmula essencial para esse processo ocorrer. Cabe ressaltar que além do Estado, grupos populares organizados e instituições religiosas também se preocupavam com a problemática da quantidade de analfabetos que existiam no Brasil, criando projetos que propunham alfabetizar partes específicas da população.

Diferentemente da abordagem realizada pelo Mobral, tais projetos ancoravam-se no educador Paulo Freire ao considerar que o analfabetismo era decorrente dos problemas da desigualdade social, segundo ele, as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes e essa movimentação o fez ser conduzido a elaborar o Plano Nacional de Alfabetização através do Ministério da Educação, todavia, não houve a implementação do mesmo pois o projeto foi encerrado pelos militares que tomaram o poder, uma vez que enxergavam as propostas de Freire uma ameaça aos ideais militares, de tal modo, o educador foi exilado, resultando no seguinte relato:

O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios [...] Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha “ignorância absoluta” [...] era o perigo que eu representava (Freire, 1980, p. 15-16).

Esse relato de Paulo Freire salienta algumas das características da Ditadura Militar, sendo elas o autoritarismo e a censura, reprimindo

quaisquer pensamentos que não dialoguem com os interesses dos ditadores. Após o desmonte do Plano Nacional de Alfabetização buscou-se preencher as lacunas deixadas pela ausência de uma medida estatal para mitigar o analfabetismo brasileiro, assim, o Mobral vai se enraizando, sendo apresentado como o movimento que iria tornar os índices de alfabetização semelhantes aos das nações de maior progresso econômico e social. Uma das formas de difusão do Mobral foi através da elaboração da Coleção Mobral que foi criada com o objetivo de sistematizar os resultados do movimento publicado no ano de 1973. O Secretário-Executivo Arlindo Lopes Corrêa justifica o documento da seguinte maneira:

*A finalidade deste primeiro documento é exatamente mostrar o dinamismo da Organização e Métodos no MOBRAL e como, cientificamente, foram ultrapassadas as diversas fases de desenvolvimento da organização, sem que suas atividades-fim fossem prejudicadas. Foi necessário um trabalho extremamente difícil no campo da Organização e Métodos uma vez que o MOBRAL, por sua enorme responsabilidade no quadro educacional brasileiro, não poderia sequer desacelerar qualquer de suas atividades para dar-lhes uma nova conotação. Foi sempre necessário manter o movimento com sua dinâmica natural, e, ao mesmo tempo, adaptá-lo gradualmente às novas exigências que o seu próprio desenvolvimento ia gerando. O primeiro documento da Coleção MOBRAL conta como isso se tornou possível (Corrêa, 1973, p. 5).*

Esse programa alfabetização de adultos atuava fortemente junto ao apelo social através de propagandas que corresponsabilizava toda a sociedade a contribuir com o projeto de erradicação da alfabetização difundido principalmente pelo Governo Médici conforme as figuras a seguir:

Figura 1 – Cartaz de propaganda do Mobral publicado em revista



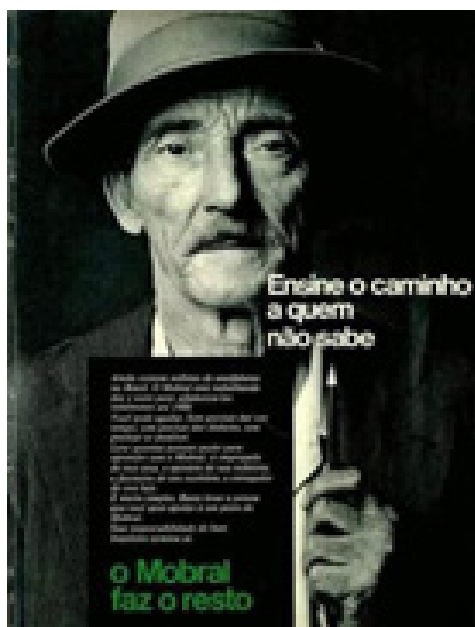
Fonte: Oswaldo Hernandez (1970).

Figura 2 – Cartaz de propaganda do Mobral publicado em revista



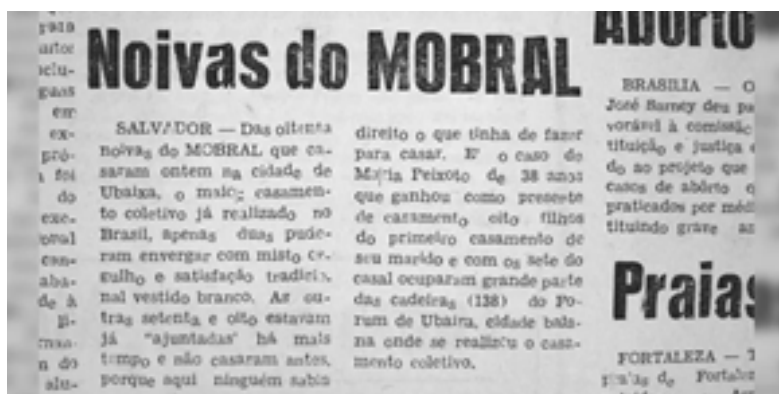
Fonte: Almanaque Disney (1970)

Figura 3: Mobral (Ensinar Caminho)



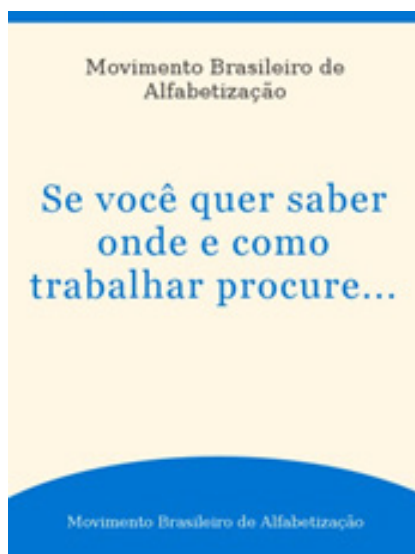
Fonte: Revista Veja (1973)

Figura 4: Notícia relacionada ao Mobral



Fonte: Jornal da Manhã (1971)

Figura 5: Se você quer saber onde e como trabalhar procure o  
MOBRAL



Fonte: Unesco Digital Library (1987)

Figura 6: Placa do Mobral em Andradina (SP)



Fonte: Site Viva a História (2018)

Figura 7: Contracapa de uma revista da Editora Abril



Fonte: Acervo Digital da Revista Veja (1974)

As figuras 1 e 2 apresentam a digital do dedo humano que se tornou elemento simbólico para representar os analfabetos, tendo em vista que aqueles que não sabem assinar seu próprio nome, são submetidos a uma espécie de carimbo para marcar a digital e validar seus documentos, além de apresentar caráter apelativo através de frases como “Pelo amor de Deus, ensine alguém a ler”.

Nota-se nas figuras 2 e 3 a tentativa de aproximação do público para a responsabilidade do sucesso do programa, referindo-se às pessoas não alfabetizadas como um familiar, vizinho, conhecido, uma pessoa a qual o leitor é responsável por trazer a luz a ele, através da possibilidade de alfabetização difundida pelos militares, a campanha foi tão expressiva que ganhou até um jingle conforme o trecho a seguir: “Eu

*venho de campos, subúrbios e vilas, sonhando e cantando, chorando nas filas, seguindo a corrente sem participar. Me falta a semente do ler e contar. Eu sou brasileiro, anseio um lugar, suplico que parem, pra ouvir meu cantar. Você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber.”*

A figura 4 demonstra a veiculação da notícia de um casamento coletivo de mulheres que participaram do Mobral, o texto possui tom extremamente pejorativo e que expõe as mulheres analfabetas ao desrespeito ao serem referenciadas como “ajuntadas” que não puderam usar o vestido branco por não serem mais “puras” pois antes de passarem pelo Mobral não conheciam os trâmites legais para o casamento.

As figuras 5 e 7 reforçam os elementos abordados por Saviani acerca da vinculação da educação pública aos interesses do mercado e a criação de mão de obra barata através da alienação e falta de pensamento crítico. Especificamente a figura 7 descreve o analfabeto como “pobre, consome pouco, compra pouco” sem poder aquisitivo, tendo como público-alvo os empresários apresentando as vantagens as quais estariam submetidos caso colaborassem com o desenvolvimento do Mobral, ressalta-se que a imagem utilizada é a de um homem que aparenta ser bem-sucedido, representando os empresários e gerando a sensação de identificação.

Ainda nessa lógica mercadológica da Educação, a figura 6 mostra que aqueles que indicassem pessoas analfabetas para o Mobral receberiam uma quantia em dinheiro.

Tais elementos visuais em diálogo com os textos confirmam a hipótese levantada inicialmente de que a Ditadura Militar buscava se legitimar perante a sociedade, utilizando a propaganda como ferramenta para tal, tendo controle total do que era ou não divulgado, não



permitindo a interpretação própria de grande parte dos brasileiros e não permitindo a formação do senso crítico.

## **Conclusão**

A análise do Mobral e seu contexto histórico revela a interseccionalidade entre política e educação, estando elas diretamente ligadas durante a Ditadura Militar com marcas do autoritarismo e controle social. As informações elencadas demonstram que houveram diversas intervenções dos governos da Ditadura Militar no segmento educacional através das políticas e reformas empreendidas com o objetivo de propagar e difundir os ideais militares através da introdução de disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB), controle de grêmios estudantis através da transformação dessas entidades em centros patrióticos, supervisionados por um professor de EMC e tornar a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) ilegal através da Lei Suplicy de Lacerda. As intervenções ocorridas não se atiram meramente à administração, foi uma movimentação estratégica que buscou legitimar o governo perante a sociedade e difundir os ideais do capitalismo e neoliberalismo.

Apesar do Mobral ter sido criado e amplamente divulgado como uma solução para o analfabetismo e conseqüentemente, fator de desenvolvimento econômico, os resultados não obtiveram êxito. Após mais de 40 anos do início do movimento que iria erradicar o analfabetismo no Brasil, o país ainda possui 9,3 milhões de pessoas não alfabetizadas conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) sobre educação de 2023, sendo 8,3 milhões de brasileiros com mais de 40 anos.

Conclui-se que o Mobral atendeu aos interesses dos militares mas não cumpriu as proposições feitas, este foi um dos programas de Educação que mais gerou gastos no Brasil e diminuiu o índice de analfabetismo em apenas 2,7% do País, apresentando-se como um fracasso. O movimento não apresentava um projeto de continuidade e posteriormente passou a ser utilizado como termo pejorativo relacionado à ignorância e analfabetismo, evidenciando seu legado de não efetivação.

A análise do Mobral permite visualizar aquilo que Souza, 2016 chama de “a ditadura que não parecia ditadura” pois os militares utilizaram-se dos recursos necessários para apropriar-se do debate acerca do analfabetismo, convencimento do imaginário da sociedade, territorialização nacional do movimento e desqualificação das tentativas realizadas até então.

Michel Certeau afirma que:

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, lhe serão propostas, se organizam. (Certeau, 2006, p. 66-67)

Desta forma, a presente pesquisa enriquece a historiografia acerca do Mobral e o Edital Piic contribui para a formação de pesquisadores dentro da academia, mas que elaboram propostas aos debates sociais, fortalecendo a qualificação dos futuros profissionais em História e demais áreas.

## Referências

- ADUFES, 2013. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/2013/09/orgao-da-repressao-da-ditadura-funcionou-dentro-da-ufes/>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei n° 5379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>
- BRASIL. **Lei n° 5540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>
- BRASIL. **Lei n° 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=713997](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=713997)
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 66-67.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e democracia no Brasil**. Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2010
- CUNHA, S. R. V. Da. **Qual o lugar dos materiais visuais na pesquisa em Educação?**. Educação em Revista, v. 31, n. 1, p. 69-91, jan. 2015.
- DE MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Ditadura Militar brasileira: A Educação como instrumento de Poder. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 48, p. 208-229, 2019.

- DOS SANTOS, Leide Rodrigues. Mobral: a representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. **Revista Crítica Histórica**, v. 5, n. 10, 2014.
- FREIRE, Paulo. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, p. 13-50.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O contexto sócio-político brasileiro e a educação nas décadas de 70/90. **Contexto & Educação. UNIJUI**, ano 6, nº 24, p.43- 57. Out/dez 1991.
- MARRA, Isaac; GUILHERME, Marcelo. **A história da educação no Brasil**. 1 ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2022.
- PAIVA, Vanilda. MOBREAL: UM DESACERTO AUTORITÁRIO. **Síntese: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 8, n. 23, 1981. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2214>. Acesso em: 23 set. 2024.
- PROPAGANDAS HISTÓRICAS, 2024. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/06/propaganda-antiga-mobral.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. 21. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**, Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación Mafre, 2014, p. 250-251.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedus**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291- 312, set./dez. 2008.
- SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura

Militar. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291–304, 2018.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. **Alfabetização E Legitimidade:** A trajetória do Mobral entre os anos 1970-1980. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

# *O anticomunismo nos impressos integralistas: Análise da revista Anauê!*

Luana Villem G. Fantini Aguiar<sup>1</sup>

## **Introdução**

O anticomunismo é o movimento de recusa ao comunismo e, apesar de seu conceito parecer simples, as manifestações do anticomunismo são múltiplas. No Brasil, a intensidade da campanha anticomunista oscilou ao longo do tempo, ganhando ou perdendo força conforme o contexto político. Foi na década de 1930, mais especificamente entre 1935 e 1937, que o anticomunismo se intensificou, influenciando diretamente o destino político da nação brasileira.

Ao analisar a difusão do pensamento e de um imaginário anticomunista, identifica-se o papel central da imprensa. A Revolução Russa de 1917 foi amplamente noticiada no mundo, e no Brasil não foi diferente. Menezes (2019) demonstra que jornais nacionais como *O Paiz* e *O Imparcial* relataram suas versões sobre a vitória bolchevique. Entretanto, a cobertura dos grandes veículos midiáticos, alinhada às aspirações ideológicas e financeiras da classe dominante, não foi feita com a devida profundidade. Segundo Menezes:

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: villemluana@gmail.com

Na ausência de informações objetivas a respeito daqueles que surgiam como líderes e protagonistas das ações revolucionárias, jornalistas, comentaristas e editores simplesmente davam asas à imaginação, cumprindo seu dever de noticiar e comentar, seguindo, em grande medida, suas próprias inclinações ideológicas, independentemente dos fatos (Menezes, 2019, p. 10).

Após a tomada de poder pelos bolcheviques na Rússia e a materialização de uma ordem alternativa ao capitalismo, o anticomunismo se expressava frequentemente nas páginas da imprensa ocidental. O anticomunismo continuou presente nos veículos de comunicação brasileiros nas décadas seguintes e se intensificou após a insurreição iniciada nos quartéis de Natal em novembro de 1935, planejada pela Ação Nacional Libertadora (ANL) em conjunto com o Partido Comunista. A imprensa brasileira cobriu o processo de forma similar à cobertura da Revolução de Outubro: ampliando, distorcendo e inventando acontecimentos, com o objetivo de suscitar um pânico generalizado contra um “perigo vermelho”.

A campanha obteve sucesso ao criar um imaginário que caracterizava o comunismo como um inimigo poderoso e ameaçador à ordem do país. Esse cenário de pânico permitiu que diversos grupos se apresentassem como defensores da nação contra o suposto adversário comunista e desordeiro. Nesse contexto, explorar e instigar o medo coletivo trouxe diversos benefícios para os setores que adotaram tal prática. Ao se colocarem como combatentes do comunismo e defensores da pátria, segmentos sociais como a Igreja, o Estado Vargasista e movimentos políticos, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), angariaram seguidores, popularidade e financiamento para sustentar a campanha anticomunista. Motta (2002) denomina essa prática como “indústria do anticomunismo”, que só foi bem-sucedida devido

ao uso da imprensa para amplificar esses ideais junto à população.

Como mencionado, a AIB foi um importante movimento que atuou na “indústria do anticomunismo”. Criado em 1932, o movimento possuía caráter ultranacionalista e era centrado na figura de seu fundador e chefe nacional, Plínio Salgado. A AIB defendia as instituições familiares e religiosas, propondo um Estado autoritário alinhado à ideologia fascista, denominado Estado Integral. Essas ideias eram sintetizadas no lema “Deus, Pátria e Família”. Para educar e disciplinar seus militantes, os “camisas verdes”, o integralismo investiu na criação de jornais e revistas próprios. Segundo Simões (2011, p. 49), “a doutrina mantinha-se viva para o integralista graças à materialidade do impresso”. Por meio da imprensa, o integralismo dedicou-se exaustivamente a atacar seu “inimigo número 1”: o comunismo.

Diante da relevância histórica do anticomunismo no Brasil, especialmente em sua relação com movimentos autoritários e golpes de Estado, este estudo analisa o discurso anticomunista na imprensa integralista, com ênfase na revista *Anauê!* (1935-1937). A questão central deste trabalho é: de que maneira as ideias anticomunistas foram abordadas por *Anauê!*? Busca-se compreender o anticomunismo enquanto ferramenta política para justificar e reafirmar a necessidade do autoritarismo.

## **O integralismo**

No dia 7 de outubro de 1932, o jornalista Plínio Salgado fez a leitura do “Manifesto de 7 de outubro” no teatro de São Paulo, delineando os contornos da Ação Integralista Brasileira (AIB). Dedicado à nação brasileira, o manifesto exibia as concepções baseadas em seu lema “Deus, Pátria e Família”



O manifesto se inicia exaltando a importância do Deus cristão para o movimento, afirmando que “Deus dirige os destinos dos povos”. Apesar de agregar militantes de diversas religiões cristãs, o catolicismo foi o principal braço religioso dos integralistas, dada a significativa proximidade de membros do clero católico com a AIB (Pereira; Caldeira Neto, 2020, p. 20). Além disso, o integralismo brasileiro se inspirava diretamente no Integralismo Lusitano, movimento fascista que tinha como base o modelo de organização social proposto pelo Papa Leão XIII por meio da encíclica de 1891, a *Rerum Novarum*.

Além da religião, o nacionalismo também era um tema central para a doutrina. No quarto capítulo do manifesto, intitulado “O Nosso Nacionalismo”, há uma veemente recusa ao cosmopolitismo, indicado como o “mal de morte para o nosso Nacionalismo”. De acordo com o documento:

Temos de invocar nossas tradições gloriosas, temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir. O nacionalismo para nós não é apenas o culto da Bandeira e do Hino Nacional; é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da Pátria e do valor de um povo. Essa é uma grande campanha que vamos empreender (Salgado, 1932, §5).

O último componente da tríade presente no lema integralista é a família, concebida no manifesto de outubro como “a base da felicidade na terra”, responsável por “criar as virtudes que consolidam o Estado”. Para proteger uma instituição tão sagrada, seria necessário um “Estado forte, baseado nas forças vivas da Nação”.

A partir desses três pilares, o integralismo ergueu-se enquanto um movimento ultraconservador, cristão e nacionalista. Na liderança, estava o fundador e líder absoluto, Plínio Salgado, cujo poder era

inquestionável e permanente. Nas fileiras, militavam os “camisas verdes”, homens comprometidos e devotados à causa integralista. Além dos aspectos doutrinários, o integralismo também construiu sua identidade por meio de representações simbólicas, como o sigma, o código de vestimenta feito de camisas e blusas verdes e a saudação oficial e obrigatória, o “anauê”. Todos esses elementos compunham a Ação Integralista Brasileira e demonstravam a preocupação do movimento em se apresentar como uno e coeso.

Inspirado nos modelos fascistas, a AIB assumia um caráter combativo, em que o comunismo, concebido como um perigo iminente à sociedade brasileira, era seu principal inimigo. Assim, o combate à “doutrina vermelha” tornou-se parte intrínseca e central da identidade do movimento. De acordo com Gonçalves e Neto (2020), a principal motivação que ocasionou a adesão de muitos integralistas foi o anticomunismo intensificado pelo pânico generalizado que tomou o Brasil na segunda metade da década de 1930, após o levante de novembro de 1935. Segundo os autores, o clima de medo e insegurança resultou em maior financiamento para o movimento, já que grupos economicamente poderosos investiram quantias consideráveis na AIB para fortalecer o combate ao comunismo.

### **A Revista Anauê!**

A Ação Integralista Brasileira estava intimamente ligada à sua imprensa e, segundo Oliveira (2009), foi o discurso integralista veiculado nos meios de comunicação um dos grandes responsáveis pela ampla expressão social do integralismo. Durante seu tempo de vida, a AIB editou 138 jornais (2 de circulação nacional, 30 regionais e 106 locais), 8 revistas (2 nacionais e 6 regionais), além de panfletos,

cartazes e mais de três mil boletins produzidos pelos núcleos locais (Fiorucci,2014, p. 58).

Dentro dessa ampla gama de impressos encontrava-se a revista *Anauê!*, que apesar de ter circulado por um curto período de dois anos (1935-1937), foi reconhecida pelo próprio movimento como um dos impressos mais importantes da AIB. Na oitava edição da revista, sua notoriedade é reafirmada: “A Offensiva e a revista *Anauê!* são hoje os maiores e mais eficazes veículos de propaganda do Sigma” (*Anauê!* n. 8, 1936, p. 24).

A revista foi publicada em um período intenso da conjuntura política mundial, marcada pelo antagonismo entre os projetos comunistas e fascistas. O Brasil, refletindo o cenário internacional, também passava por um momento de polarização, principalmente entre a Ação Integralista Brasileira, movimento de inspiração fascista, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização antifascista. Por meio da *Anauê!*, o integralismo atacava abertamente a ANL, caracterizando-a como “comunista” e noticiando os conflitos armados entre os dois movimentos políticos. Os combates eram descritos como ataques unilaterais aos integralistas, destacando a violência dos militantes antifascistas.

Ao longo de suas vinte e duas edições, *Anauê!* contou com dois diretores diferentes: Eurípedes Cardoso de Menezes (1ª a 12ª edição) e Manoel Hasslocher (15ª a 22ª edição). No entanto, nas edições 13 e 14 — publicadas em março e abril de 1937 —, o diretor responsável não foi identificado. Segundo Fiorucci (2014), a mudança na direção editorial resultou do Congresso da Imprensa Integralista, realizado em dezembro de 1936, onde se decidiu diversificar o conteúdo da revista para ampliar o público-alvo. Essa decisão trouxe mudanças

significativas na abordagem do discurso anticomunista, que passou a ser veiculado não apenas por textos, mas também por fotografias, charges e tirinhas, tornando o conteúdo mais acessível aos leitores.

*Anauê!* materializava a doutrina viva do integralismo em suas páginas, funcionando como veículo essencial para traduzir e disseminar os ideais do movimento. Durante seu período de vida, foi responsável por difundir a visão integralista sobre os mais diversos temas, consolidando-se como uma ferramenta central para a formação ideológica de seus militantes.

### **O discurso anticomunista em *Anauê!***

O comunismo foi um tema recorrente na revista integralista, sendo abordado em todas as edições em pelo menos dois artigos. As críticas ao regime apareciam de forma diversificada, por meio de textos doutrinários, histórias fictícias, poemas, letras de músicas, propagandas eleitorais, charges e tirinhas. Apesar das múltiplas formas de expressão, a base argumentativa dos discursos mantinha um padrão recorrente, sendo sustentada por quatro eixos principais: moral, religiosa, política e econômica.

No campo moral, os discursos anticomunistas frequentemente descreviam o comunismo como uma força destrutiva, responsável por ameaçar valores familiares e religiosos. Adjetivos pejorativos e cenários exagerados eram usados para ilustrar a violência e a suposta degradação moral causada pelo regime. Por exemplo, a edição nº 4 de 1935 declara:

Nossa patria corre o perigo de ser aniquilada pelo comunismo materialista e pagão; a onda vermelha de Moscou ameaça deshonrar

a família brasileira, quebrar nossos altares, menosprezar o que nos é sagrado, substituir a cruz pela foice e pelo martello bolchevista, profanar os nossos templos, celebrar a festa de Baccho em lugar do Santo Sacramento do Altar, amordaçar as consciências, fazer reinar o Anti-Christo no lugar de Christo Nosso Senhor (Anauê! n.4, 1935, p.10)

As críticas sobre a moral dos comunistas foram feitas de maneira mais enfática ao se noticiar sobre a insurreição aliancista de novembro. Assim como os demais veículos de comunicação, a revista integralista também fabulou acerca do evento, como é expresso em sua sexta edição:

Das 19 horas de 23 as 4 horas de 31 de Novembro, estive a capital potyguar sob o domínio dos communistas. Quasi 21 horas de rajadas de metralhadoras, fuzis, tiros seccos de armas curtas. Caminhões cheios de bandeira vermelhas, gritos, ameaças, insultos! Prostitutas armadas e eloquentes, distribuiam prospectos concitando as familias é achesão. E gritavam que “tudo era igual e se acabara essa historia de muié casada...” (Anauê! n. 6, 1936, p.16)

Além dos textos, o teor moral das críticas também aparecia em forma iconográfica, recurso bastante utilizado pela revista em sua segunda fase sob direção de Manoel Hasslocher. Do total de onze charges/tirinhas presentes na revista, sete lidam com a violência, morte e destruição. Na décima quinta edição, há uma charge que ilustra três tanques russos passando por cima de montanhas de corpos. Na legenda está escrito: “As montanhas russas...”

Figura 1 - Charge anticomunista.



Fonte: Anauê!, n. 15, maio de 1937, p. 20.

Já na décima sétima edição, outra charge aparece com a mensagem associando o comunismo com mortes. Na imagem, uma figura que transita entre um humano e um animal está tocando música com dois ossos e um caixão. Abaixo da figura, está escrito: “A symphonia bolchevista...”

Figura 2 - Charge anticomunista



Fonte: Anauê! nº 17, 1937, p. 25.

Outra estratégia discursiva utilizada pela AIB para atacar o regime comunista era o apelo religioso. Os conteúdos críticos que possuíam esse viés se caracterizavam pelo antissemitismo, crítica ao materialismo e satanismo (em oposição ao espiritualismo) e ao ateísmo. Para o integralismo, o comunismo era, ao mesmo tempo, judeu, satânico e ateu. Em suas páginas, a revista utilizava a linguagem religiosa para legitimar sua ideologia e recrutar seguidores, transformando a luta anticomunista em uma missão patriótica e moral.

No Brasil, o integralista Gustavo Barroso foi um dos maiores difusores do antissemitismo. Nos textos de *Anauê!* que levam sua assinatura, sua postura antissemita fica evidente e é utilizada como base argumentativa contra o comunismo. Na terceira edição da revista, em um texto intitulado “A pior das invasões”, o autor critica a Escola Livre de Sociologia e Política, chamando-a de “fundação judaica”, afirmando que o “micróbio do judaísmo” iria se desenvolver para os “arraiais marxistas”. Ao final, convoca os “camisas verdes” para salvarem a pátria da “pior das invasões”: a invasão judaica.

A religião também era utilizada de forma a unir todos os cristãos contra o “comunismo ateu”. De acordo com Odilon Caldeira Neto e Leandro Pereira, “O anticomunismo proporcionou o ecumenismo integralista, gerando unidade religiosa do movimento” (Pereira; Caldeira Neto, 2020, p. 20). Essa afirmação pode ser comprovada pelo texto “Frente única” do Padre Mello na revista, quando ele diz:

Eis-me no meio de espiritualistas de credo igual e credo diferente, para que vendo-nos entenda a gente os nossos ideaes integralistas

Nós estamos alli conforme as vistas do grande Papa que não quer sómente seus subditos fieis compondo a frente contra as hostes vermelhas communistas.

Assim a nova salvadora Idéa que por todo o paiz lampeja e avança vai sendo ouvida por maior platéa.

Pois não tem num só credo a segurança mas em qualquer que, divergente embora, ama a Patria e a Família, e um Deus adora. (*Anauê!*, n. 4, 1935, p.8)

Ainda no campo religioso, o discurso integralista combinava acusações de materialismo e ateísmo com narrativas que demonizavam o comunismo, conferindo-lhe um caráter quase sobrenatural. Essa construção culminou em uma caracterização ainda mais agressiva, vinculando o comunismo a Satanás e ao mal absoluto, reforçando o discurso integralista de uma luta espiritual contra as forças demoníacas. Essa marca discursiva já era amplamente difundida pela Igreja Católica da década de 1930. Por meio das Encíclicas Papais, o clero católico empenhava-se em expor aos seus fiéis a ameaça que o comunismo, visto como “filho de satanás”, representava contra a Igreja. Na sexta edição da revista, em um diálogo transcrito, é possível perceber esse padrão discursivo em que o comunismo seria a “Lei do Cão” e Luís Carlos Prestes representaria o “chefe do Anticristo”:

O xentes! Pois ocê num vê logo? “Anoé” diz que o Integralismo é cumo a Arca de Noé. E’ a sarvação da nossa famia. Ocê póde tá certo que vem ahi o diluvio da lei do Cão, do AntiChristo, chefiado pelo damado do Luscarlo Preste. Intrá na camisa verde é intrá na arca da sarvação. .(*Anauê!*, n 6, outubro de 1936, p.8)

A terceira base argumentativa das críticas anticomunistas se alicerçava nos valores políticos. Ressalta-se a crítica da revista *Anauê!* pelo caráter internacionalista do movimento comunista, que contrastava diretamente com os princípios chauvinistas da AIB. Esse discurso pode ser verificado a partir do texto de Lauro Escorel Rodrigues



Moraes, chamado “Internacionalismo dissolvente e nacionalismo”, em que ele diz:

E tudo se processou em função dessas duas atitudes: De um lado o materialismo veio rastejando e mergulhou no lodaçal burguez. Então desse lodaçal formou-se o communismo que trouxe em sua cauda as excrescencias do pantano. De outro lado o espiritalismo er-gueu-se e iluminou as almas [...] E ao internacionalismo dissolvente se oppôs então ao nacionalismo humano. (Anauê!, n. 7, 1936, p. 13)

Além disso, o caráter político das críticas também se desvela nos ataques às lideranças de esquerda da época, principalmente nas figuras de Josef Stalin, Leon Trotsky e Léon Blum. Na seção “Internacional” da décima sexta edição, é dito:

As conspirações contra Stalin estão explodindo, umas atrás das cutras, na Russia. O dictador vermelho está sentindo as mesmas co-gegas que prefaciaram a quéda do Czar. A Justiça de Deus que fulmi-nou Trotzki, fulminará Stalin. (Anauê!, n.16, 1937, p. 52)

Nesta categoria, as charges também foram um recurso utilizado para atacar os líderes comunistas. Léon Blum, Stalin e Trotsky tiveram suas próprias charges críticas. Na seguinte figura, com a legenda “Stalin e seu secretário”, o líder político aparece de maneira tirânica, ordenando a figura cadavérica.

Figura 3 - Charge de crítica



Fonte: Anauê!, n 19, 1937, p.24

Em outra charge emblemática da décima quinta edição, o alvo é Trotsky que aparece representado de maneira monstruosa, com a legenda: “Quando o Soviet transpõe as muralhas do Kremlin...leva a morte e a destruição nos seus passos. Esta allegoria impressionante fixa o rastro de Moscou no sólo desgraçado da China. Mas os caminhos vermelhos também cortam as nações do Ocidente. E a Hespanha é uma etapa atingida- etapa de sangue e de desolação.”

Figura 4 - Charge de crítica



Fonte: Anauê! nº 15, 1937, p. 27

O socialista francês Léon Blum também foi alvo de críticas. Na charge, a figura feminina que representa a França está vendada, mostrando que Blum está a guiando por um destino desconhecido.

Figura 5 - Charge crítica



Fonte: Anauê!, n. 16, 1937, p. 3

Por último, o aspecto econômico, ainda que em menor grau, também se mostrava nos discursos anticomunistas de *Anauê!*. Os principais pontos a serem criticados eram a fome na União Soviética e a socialização de bens. A revista reproduzia um discurso recorrente na imprensa brasileira na época, enfatizando que a fome, problema quase crônico em solo russo, era consequência da Revolução de outubro de 1917. No texto “Pão, terra e liberdade”, percebe-se esse argumento:

I- O pão: Na Rússia, um operario precisa trabalhar 17 horas para obter o alimento que um operario nos Estados Unidos obtem em 4 horas. Sabendo-se que o operario americano, no cruel regimen liberal-democratico, ja não está bem, calcule-se que pão come o operario russo!

II- A terra: Na Rússia, a terra é do camponez, mas a colheita pertence ao Governo. Ha dias veiu um telegramma annunciando o fusilamento de varios camponezes, por terem escondido um pouco de trigo, para alimentar suas familias. (*Anauê!*, n. 3, 1935, p. 8)

## Considerações Finais

A análise do conteúdo anticomunista na revista *Anauê!* permitiu uma compreensão acerca das estratégias discursivas adotadas pelo movimento integralista para promover sua visão de mundo, especialmente no que tange à construção de um imaginário coletivo em torno do comunismo. A revista utilizou-se de textos doutrinários, discursos morais, políticos e religiosos, além de recursos iconográficos para mobilizar seus leitores.

O periódico possuía o papel de orientar os militantes “camisas verdes” e fortalecer a imagem do movimento, para alcançar essa meta o anticomunismo foi essencial. Ao criar uma narrativa antagônica entre integralistas (cristãos e patriotas) e comunistas (os desordeiros e violentos), o movimento se fortalecia criando uma identidade que detinha todos os

valores enraizados da sociedade brasileira da época. Dessa forma, as noções de moral e a ética cidadã estavam intimamente ligadas ao anticomunismo. Sendo assim, pode-se perceber que os conteúdos anticomunistas dentro da revista *Anauê!* não somente expressavam a recusa ao projeto comunista, como também era explorada para fortalecer a imagem do movimento e justificar a necessidade de um Estado Integralista para combater um inimigo tão brutal.

A revista se apropriou de uma narrativa simplista e alarmista, alimentando os temores da população brasileira ao associar o comunismo a uma sociedade sem ordem, marcada pela escassez e pela miséria. A construção de uma realidade polarizada em que só havia o bem e o mal foi uma estratégia utilizada para radicalizar o debate, minando a pluralidade de ideias.

Por fim, a revista *Anauê!* se inseriu de maneira eficiente no contexto do anticomunismo brasileiro da década de 1930, ao se apropriar de discursos e imagens que já estavam presentes em outras instâncias do debate político, como o da Igreja Católica e outros grupos conservadores. Ela não só adaptou esses elementos, mas também os amplificou, criando uma narrativa altamente polarizada, que visava reforçar a identidade e a coesão do movimento integralista. A análise das estratégias utilizadas revela um esforço consciente em criar uma cultura de guerra ideológica, com o objetivo de mobilizar a sociedade contra o “inimigo interno” e justificar a radicalização das ações políticas e sociais.

### **Referências Bibliográficas**

AGUIAR, Luana Villem Gonçalves Fantini. “Deus é integralista! - O anticomunismo católico em *Anauê!*”. In: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; PEREIRA, Luiz Fernando Soares; FIO-

REZI, Lucas Bispo; SANTOS, Rafael Kiefer Teixeira dos; SPINASSÉ, Anelise Dambroz (orgs.). **Povos originários e movimentos sociais no século XXI**: culturas e memórias em disputa. Vitória: Antíteses, 2024. p. 99-112.

ARAÚJO, Nelton Silva. Imprensa e Poder nos anos de 1930. *In*: ARAÚJO, Nelton Silva. **“O Traidor Vermelho”**: O Jornal e o discurso anticomunista (1935- 1937). 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 27-46,

ARAÚJO, Nelton Silva. 1935: O ano do anticomunismo *In*: ARAÚJO, Nelton Silva. **“O Traidor Vermelho”**: O Jornal e o discurso anticomunista (1935- 1937). 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 62-100.

ARAÚJO, Nelton Silva. Fabricando o “perigo vermelho” *In*: ARAÚJO, Nelton Silva. **“O Traidor Vermelho”**: O Jornal e o discurso anticomunista (1935- 1937). 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p.138-191.

BARDIN, Laurence. A categorização *In*: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FIORUCCI, Rodolfo. Imprensa e Integralismo. *In*: FIORUCCI, Rodolfo. **A trajetória da revista Anauê! (1935-1937)**: o jornalismo partidário e ilustrado da Ação Integralista Brasileira – a “netinha” que não cresceu. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. p. 27-85.

FIORUCCI, Rodolfo. A ideologia em textos e imagens: pelo fascio, contra a foice e o martelo. *In*: **A trajetória da revista Anauê! (1935-1937)**: o jornalismo partidário e ilustrado da Ação In-

- tegralista Brasileira – a “netinha” que não cresceu. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. p. 208-246.
- FIORUCCI, Rodolfo. O comunismo nas páginas da revista integralista *Anauê!* (1935-37): O inimigo (inter)nacional. **Revista Perseu**, São Paulo, ano 7, n.11, p. 14-31, 2016.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezy (org). Fontes Históricas*. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-155.
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Tramas do mal: Imprensa e discursos anticomunistas de combate a revolução (1917-1921)**. Rio de Janeiro: Editora Aryan, 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1921-1964)**. Niterói: Eduff, 2020.
- SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, 1932.
- SIMÕES, Renata Duarte. Imprensa Oficial integralista: Usos e ciclos de vida do jornal *A Offensiva*. *In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011, p. 19-46.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. *In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011, p. 19-46.

*Basílio Carvalho Daemon na imprensa  
capixaba: sua crítica à Abolição da escravidão  
(1868-1885)*

Mateus de Jesus Guidolini<sup>1</sup>

### **Introdução**

A segunda metade do século XIX ficou marcada pela instabilidade no Império do Brasil, decorrente da Guerra do Paraguai (1865-1870), que redundou em agitações políticas no âmbito das Forças Armadas, conhecidas genericamente de *Questão Militar*, mais as crises com a Igreja (*Questão Religiosa*) e, ainda, a questão da crise no trabalho servil (*Questão Escravocrata*). No fulcro de todas essas agitações, emergiu um movimento contestador do *status quo* imperial, conhecido como o *movimento intelectual da Geração de 1870* (Alonso, 2002). Esse movimento surgiu a partir da atuação de membros da sociedade imperial que estavam, em algum nível, alijados da participação política, no que se convencionou chamar de *Bloco Saquarema*. O fim da Guerra do Paraguai ocasionou o aparecimento, na prática, de novas correntes ideológicas – a exemplo daquelas que redundaram na criação do Partido Republicano Paulista (1870), fruto de uma cisão do Partido Liberal; e do movimento abolicionista.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).  
Contato: mateus.guidolini@edu.ufes.br



Pretende-se discutir os artigos jornalísticos do deputado provincial e jornalista Bazílio Carvalho Daemon (1834-1893), pois estes davam conta de divulgar aos leitores o seu posicionamento crítico tanto às políticas *progressistas* quanto às políticas emancipacionistas – o que interessa a este trabalho. Na época, os periódicos continham seções que abordavam assuntos de interesse dos leitores, a exemplo das seções noticiosas, dos editoriais (do próprio autor), das seções de curiosidade, e das seções de transcrições e folhetins. Além de seus editoriais, foi relevante, no jornalismo de Daemon, a utilização de outras seções presentes nas tipografias, como, por exemplo, as *Transcrições*, que eram de artigos de outros jornais do país e que ele publicava em seus editoriais. Os *Folhetins*, também presentes nos periódicos, eram publicações literárias que nem sempre eram de autoria de Bazílio. Esses escritos eram publicados na parte inferior das folhas e ocupavam até duas páginas. A depender do contexto político, as peças literárias possuíam um caráter político.

É importante ressaltar, ainda, traços da biografia de Daemon a fim de compreender sua influência e notoriedade na política regional espírito-santense. Ele nasceu no Rio de Janeiro, no dia 8 de fevereiro de 1834. Desde muito cedo, começou sua carreira na área jornalística. Na adolescência, após desentendimento com seu padrasto, se mudou para Petrópolis. Lá, foi correspondente do jornal *Correio Mercantil*, que tratava de assuntos da Província do Rio de Janeiro e da Corte. Em 1861, se mudou para Cachoeiro de Itapemirim e, em seguida, no ano de 1866, assumiu o jornal *O Itabira*, impresso mais modesto, se comparado a outros da província capixaba, cuja circulação ocorreu entre 1866 e 1867, contendo ao todo 70 edições. Ainda em Cachoeiro, no dia 05 de abril de 1868, fundou o jornal *O Estandarte*, por meio de que defendia a bandeira do Partido Conservador, a qual sempre

defendeu. Além de registrar notícias da Corte e da província, o impresso contava com folhetins, característica marcante da imprensa da época e que fazia parte do perfil literato de Daemon, visto que, desde muito jovem, sempre foi um entusiasta das letras.

Na política, Daemon atuou como deputado provincial do Espírito Santo, a partir de 1872, se mantendo no cargo até 1877. Além de sua atuação como legislador da província, foi nomeado Promotor Público Provincial, em 1873, substituindo o seu colega Misael Ferreira Penna, que aceitara o cargo de Juiz Municipal da Capital. Por ter proximidade com o presidente da Província, o Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa (1873-1874), viu aí uma oportunidade de aumentar sua influência na política capixaba e se mudou, em 1874, para Vitória, capital da província e um dos principais centros aglutinadores da elite política e econômica espírito-santense da época. No mesmo ano, comprou o jornal *O Espírito-Santense*, que era de propriedade de seu colega e correligionário de partido, Pedro de Sant'Anna Lopes. Sua primeira publicação como chefe e redator desse periódico consta do dia 10 de março de 1874. Seus artigos, seções noticiosas e folhetins, além de proporcionar lazer e informação, eram porta-voz do Partido Conservador, bem como demonstravam sua criticidade ao movimento abolicionista, que havia ganhado mais organicidade e força desde a Lei do Ventre Livre.

Também em 1874, Bazilio Carvalho Daemon tornou-se membro Orador da Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro, o que significava a sua participação como integrante da Irmandade de São Benedito, pois a composição dessa Associação pressupõe a participação de seus membros na Irmandade. A Associação Emancipadora teve como fim a “[...] aquisição dos meios para reabilitação ou remissão dos irmãos ou irmãs – ou dos filhos d’estes escravos por meio de Al-

forrias” (*O Espírito-Santense*, 19 de fevereiro de 1874). Os discursos dos oradores, incluindo, naturalmente, o do próprio Daemon, foram publicados n’*O Espírito-Santense* durante a existência da Associação, de 1874 até 1877.

É vasta a carreira deste importante membro da sociedade capixaba da segunda metade do Oitocentos. A sua influência não se limita apenas àquela época e ao ambiente político. Basílio se mantém presente, ainda, na construção da historiografia espírito-santense ao publicar em 1879, o primeiro livro que dava conta de narrar, dentro das possibilidades, a História do Espírito Santo. Com o título ‘*Província do Espírito Santo: sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística*’, esta obra foi utilizada como instrumento para os historiadores do século XX e ainda é utilizado na historiografia atual. Todavia, com o avanço dos métodos historiográficos, sua obra é vista com um olhar de criticidade ao colocar questionar a veracidade das fontes elencadas por Basílio.

A partir desses jornais, *O Estandarte* e, posteriormente, *O Espírito-Santense*, Daemon passou a atuar de maneira bastante enfática contra as tentativas de mudanças que vinham se operando no Império naquele contexto. Sua principal pauta de atuação foi a defesa da manutenção da escravidão. Num primeiro momento, em 1870, quando era redator d’*O Estandarte*, fez coro aos lavradores da região de Cachoeiro de Itapemirim quando estes realizaram um abaixo-assinado pedindo a revogação dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei do Ventre Livre que, à época, ainda estava sendo discutida no plano nacional. Porém, sem êxito e com a Lei promulgada pelo gabinete de José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Visconde de Rio Branco, só lhe restou tecer argumentos que dessem conta da progressão da escravidão e, ao mesmo tempo, manifestar suas preocupações com o fim do traba-

lho nas lavouras. Ou seja, segundo Daemon, este instrumento daria conta da progressão da escravidão e de que seu fim fosse confiado às mãos dos senhores. Por isso, os escritos de Daemon nos referidos periódicos e seu discurso como orador da Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro serão as principais peças do *corpus documental* da presente pesquisa.

Optou-se, ancorado aos jornais, por incluir Daemon no contexto da *Geração de 1870*, em termos regionais, pois, assim como outros membros dessa Geração no Império, ele também utilizava instrumentos persuasivos para propagar seus ideais e os do partido como, por exemplo, suas tipografias e seu cargo de deputado Provincial, além de sua participação em instituições que lhe garantiam *status* de influência, como na Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro e na Irmandade S. Nos embates ideológicos do contexto estudado, especialmente entre os adeptos da libertação de escravos *versus* aqueles que se movimentavam de maneira contrária à abolição, Daemon emerge como o principal e mais eloquente representante dos defensores da escravidão no Espírito Santo.

Desse modo, cabe analisar o pano de fundo do ambiente político-social da Província do Espírito Santo que sustentou o pensamento antiabolicionista de Basílio Carvalho Daemon na segunda metade do século XIX. Feito esta primeira reflexão, caberá alocar ideias do redator no momento em que ele publicava suas páginas de periódicos e compará-las às reformas políticas que deram conta da *questão servil* no Império do Brasil.

## **A crise do Império e os desdobramentos na Província do Espírito Santo**

A década de 1860 foi marcada pela instabilidade do Império do Brasil. O seu início, *grosso modo*, pode ser entendido pela Lei Eusébio de Queiroz (Lei Nº 581/1850), que proibia de forma implacável o tráfico de carne humana, e a Lei de Terras (Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850), que modificava o arcabouço institucional para aquisição de propriedade de terras. Ambos os dispositivos jurídicos criados em 1850 transformaram as relações políticas do Império do Brasil, que adquiriram outra dinâmica. Essa mudança alterou “[...] a lógica política da representação provincial [...]”. Ou seja, “[...] as regiões agora tinham pesos diferentes, tanto em população quanto em dinamismo econômico” (Alonso, 2002, p. 78).

Neste cenário, as províncias do Sul-Sudeste passaram a ter protagonismo, com as lavouras de café, em detrimento do declínio do açúcar no Norte-Nordeste. Ao mudar o eixo econômico-exportador, o fluxo de tráfico humano também se alterou. Essa alteração se operou dentro do país. Assim, as regiões localizadas no Oeste Paulista e Vale do Paraíba tiveram um aumento considerável de mão de obra escrava.

Nesse sentido, o alvorecer da década de 1860 seria, também, o início da dissensão dentro do núcleo *Luzias* e do núcleo *Saquarema*. A ala moderada do Partido Liberal advogava por uma reforma jurídica e eleitoral que tinha como *slogan* uma “liberdade na ordem”, pois estava ancorada na nova dinâmica criada pela década passada. Por seu turno, os conservadores se dividiram entre a ala dos que “[...] queriam manter os princípios do Império e outra persuadida a transformá-los gradualmente, convencida dos perigos disruptivos do imobilismo” (Alonso, 2002, p. 71). Ambas as dissidências confluíram na

criação da efêmera *Liga Progressista* (1862-1866). A Liga foi uma espécie de representação de centro da política imperial. Sua política não conseguiu alcançar as grandes mudanças estruturais que eram ambicionadas por seus membros, além de ser duramente criticada pelos velhos saquaremas e liberais radicais, presentes no momento mais turbulento do Brasil Independente: o Período Regencial. Somando a esse quadro de imobilismo político, a Guerra do Paraguai fortaleceu a imagem do exército. Nesse contexto, na tentativa de adicionar aliados ao seu governo, D. Pedro II, respaldado pelo Poder Moderador, retornou ao Executivo o controle conservador, nomeando, para chefe do Executivo, Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), o Visconde de Itaboraí, num período conhecido também como o Gabinete Itaboraí, em 1868.

Pela primeira vez, a oposição progressista – em sua maioria na Câmara dos Deputados – bradava a atitude da Coroa como golpe de Estado, ainda que constitucional. Com a direção do governo nas mãos, os Conservadores conseguiram atender aos programas de reformas dos liberais, principalmente no que dizia respeito à *Questão Servil* – que fora silenciada durante a Guerra do Paraguai –, como forma também de esvaziar o programa de reformas liberais. Em 1870, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Visconde de Rio Branco, assumiu o Ministério (Conservador). Segundo Alonso (2002, p. 80), Rio Branco via a Lei do Ventre Livre como essencial para a “modernização da economia e da sociedade”, refletindo seu compromisso com a transformação social e econômica do Brasil.

Em sua tese de doutorado, Fabíola Martins Bastos (2016) discute a formação da esfera pública de opinião, na segunda metade do século XIX, na cidade de Vitória. Nesse momento, as mudanças modernizantes encampadas pelo gabinete conservador direcionaram os con-

testadores a buscarem outros espaços, além das ruas e das praças, o que levou esses grupos, tanto da oposição quanto da situação, a se utilizarem de jornais locais, das associações e dos clubes como forma de “[...] vocalizar suas insatisfações, isto é, um espaço público paralelo à vida parlamentar, onde podiam se expressar” (Bastos, 2016, p. 267).

Nesse sentido, a Lei do Ventre Livre ganhou importante espaço para debate *intraelite* nos periódicos da Corte e na vida capixaba. Sobre a inserção dos homens da política no ofício de jornalista, no contexto espírito-santense, Fabíola descreve o panorama de como a imprensa foi utilizada como um instrumento de participação dos debates públicos:

[...] Os jornais se desenvolveram em meio a uma relação muito estreita com a vida pública da Província. O perfil profissional dos publicistas é uma informação importante [...] porque revela o lugar de fala desses indivíduos na imprensa capixaba: não é possível analisar as publicações impressas desprezando que os produtores intelectuais desses periódicos eram pessoas vinculadas ao poder. Isso certamente reverberava no programa editorial dos jornais, que silenciava sobre alguns assuntos e manifestava-se a respeito de outros (Bastos, 2016, p. 165).

A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2017, p. 73), ao descrever a representação dos negros (escravizados e/ou libertos) na Província de São Paulo, afirma que muitos jornais, criados a partir da modernização conservadora da segunda metade do século XIX, se proclamavam defensores exclusivos de uma ideia ou de um partido, o que caracteriza a sua especificidade e sua condição de sobrevivência. No contexto capixaba, “[...] as mudanças ocorridas na imprensa e nas divisões partidárias inseridas na Assembleia Provincial, a nova geração política daí emergente, a inserção de novos conceitos e a própria

forma de utilizar tais meios como condutores de disputa pelo poder [...]” foram utilizados como uma estratégia de divulgação política e, também, como “[...] um *novo modo de ser fazer política* em terras capixabas” (Siqueira, 2011, p. 14).

Desse modo, os intelectuais que escreviam anúncios, artigos de opinião, folhetins etc. deixavam também suas impressões acerca de temas que eram latentes à vida social naquele momento, como, por exemplo, a escravidão. A Emancipação era um tema que despertava a atenção dos membros do partido Conservador, uma vez que foram os que colocaram em prática esta política. Nesse sentido, nota-se que a Emancipação surgia, ainda, como um instrumento que visava protelar a escravidão por mais ou menos 21 anos, de acordo com o 2º artigo da Lei: “As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos[...]” (Brasil, 1871). Esse caráter moroso para o fim do trabalho escravo era uma forma de manter a lógica escravista da melhor maneira alcançada. A Abolição seria, nesse sentido, algo a ser evitado, pois, com ela, não haveria ordem social, como aponta Lília:

A libertação deveria ser ‘pacífica’ e ‘harmoniosa’, e para tanto lenta, gradual e adaptada às necessidades econômicas. Logicamente o argumento predominante utilizado não era o material (isto é, a necessidade de manutenção da mão de obra negra nas fazendas), mas sim o ‘moral’, isto é, não se deveriam libertar homens ‘não preparados’ para esse grande ‘presente’ que era a liberdade (Schwarcz 2017, p. 212).

Cabe ressaltar, ainda, o incentivo do Estado imperial na importação de trabalhadores livres (brancos europeus) como política de branqueamento e o medo da iminente libertação dos escravizados, já que estes não possuíam traços de civilidade para a elite branca da época.



Havia uma preocupação com a recepção que os imigrantes europeus teriam ao desembarcarem no Brasil e suas condições nas lavouras, interior afora. Defensores do *imigrantismo* forjavam uma identidade nacional em que “[...] a purificação racial, o que queria dizer não só a substituição do negro pelo branco pelos setores fundamentais de produção, como também a esperança de um processo de miscigenação moralizadora e embranquecedora” (Azevedo, 2004, p. 123-124) pudesse ser a solução para o *progresso* brasileiro. O projeto do governo, dentro dos debates acerca da abolição, efetivou os instrumentos emancipacionistas que previram uma política de *progressão* em direção à liberdade dos filhos de mulheres escravizadas, conhecidos como *ingênuos*.

José D’Assunção Barros (2008), ao discorrer sobre os conceitos de *Emancipacionismo* e *Abolicionismo*, interligando-os aos conceitos de *desigualdade* e *diferença* escrava, expõe o pensamento de dois grandes nomes da política oitocentista que elucidam os debates ocorridos até o 13 de maio: José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como patrono da Independência; e Joaquim Nabuco, um dos maiores expoentes líderes abolicionistas. Nessa análise feita por Barros (2008), é utilizada como estudo a obra de ambos os pensadores: *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império sobre a Escravatura*, de 1825; e *O Abolicionismo*, de 1883, respectivamente.

Para Bonifácio, a escravidão era uma instituição a ser combatida lenta e gradualmente, uma vez que “[...] para emancipar escravos sem prejuízos da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos” (Andrada e Silva, 1988, p. 54). Joaquim Nabuco, por sua vez, nos últimos anos de existência da escravidão, possuía um discurso mais radical quanto

à liberdade dos cativos, pois, além desta, advogava pela não indenização aos senhores. Tal discurso encontrou consonância no executivo da década de 1880, a exemplo do Gabinete Dantas (1884-1885), que “[...] previa libertação aos 60 anos, impostos altos sobre heranças, venda e transmissão irregular de posse de escravos, libertação dos africanos com registro irregular. O governo criaria colônias agrícolas para os libertos, que teriam de permanecer por cinco anos no município em que estavam” (Alonso, 2002, p. 307).

Ao buscar encontrar a construção das relações sociais da última geração de escravos nascidos sob a égide da Lei do Ventre Livre, Rafaela Domingos Lago Nunes (2018, p. 68) afirma que, embora a Lei Rio Branco não causasse impacto imediato na diminuição da população cativa na Província capixaba, ela “[...] contribuiu significativamente para o colapso da escravatura ao comprometer a última fonte de abastecimento de mão de obra cativa: o ventre das escravas [...]”. Além da liberdade ao *ingênuo*, a lei congregava fundos de emancipação que seriam destinados de forma autônoma nas províncias do Império, seguidas de suas respectivas Assembleias. No Espírito Santo, “[...] a lei Provincial n. 25 de 4 de dezembro de 1869 autorizava ‘a despesa anual de 6:000\$000 com alforrias de escravas de 5 a 10 anos de idade’” (Nunes, 2018, p. 54). Segundo Bazílio Carvalho Daemon (2010, p. 446), em 1870, foram alforriadas 15 mulheres escravas, pelo fundo de emancipação.

Como já mencionado, os membros da elite política capixaba que ocupavam espaços institucionais da Província estenderam sua influência também por meio da imprensa, a fim de aumentar suas redes de sociabilidade. A década de 1870 chega, então, com esses indivíduos fundando Associações Emancipadoras e, naturalmente, sendo membro dessas Associações. Tais instituições visavam arrecadar fundos

para a libertação dos cativos e, no plano social, serviam para ganhar *status* por serem membros dessas associações. Vale destacar que, para fazer parte das associações, era pré-requisito que seus membros estivessem ligados às irmandades religiosas. Um bom exemplo foi a Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro, organização coligada à Irmandade de São Benedito. Como aponta Mariana de Almeida Pícoli, “[...] a participação nestas irmandades não ficava limitada aos representantes da elite, estendia-se aos homens livres pobres e escravos. [...] No entanto, a hierarquia presente em seu interior preservava as distinções sociais existentes na cidade” (2009, p. 60). Dentro dessa conjuntura, Bazílio Carvalho Daemon ocupou o cargo de membro orador desta instituição, e tanto seus discursos quanto os de outros oradores eram publicados em seu jornal *O Espírito-Santense*, veículo no qual também eram publicados notícias e avisos acerca da Associação Emancipadora.

### **O Pensamento antiabolicionista de Basílio Carvalho Daemon à luz de seus periódicos**

Para elucidar a compreensão de seu posicionamento acerca da instituição escravista do Espírito Santo, os artigos que ele publicou e/ou republicou em suas tipografias serão discutidas a seguir. Tais artigos, folhetins e transcrições são tidos como importante *corpus* documental para traçar seu perfil político-intelectual.

Os folhetins, gênero literário presente em jornais do século XIX, frequentemente apareciam nas folhas ocupando a parte inferior da página. Cada jornal se organizava para manter as publicações de forma periodizada e constante, a fim de preservar seus clientes, criando assinantes fiéis dessas tipografias, o que se tornava uma forma estratégica

de gerar receita às empresas tipográficas. Ainda em 1868, à frente d'O *Estandarte*, o tema acerca da *Questão Servil* volta a estar presente no debate público entre latifundiários e grandes proprietários de escravos *versus* liberais radicais defensores da Abolição. Na Província do Espírito Santo, Bazílio se utiliza de um folheto replicado em seu periódico para inflamar o assunto. O escrito a seguir reflete a ideia de que a emancipação é um processo natural, mas que, para sua concretização, é necessário que ocorram outras mudanças:

O que é a emancipação para o Brazil? É a revolução. Revolução na esphera social, na ordem política, na vida econômica, no terreno administrativo. O principio da escravidão de há muito se inculcou entre nós, se entranhou em nossa vida, se entremeiou á contextura de nossa sociedade, e prendeu-se a cada uma de suas malhas pela protecção da lei, pela razão da necessidade, pela força do habito. Foi principio admitido, regulado, consagrado em todos os códigos, autorisando uma propriedade, constituindo um direito. Arrancal-o de nossa vida: eis a questão capital, problema rodeado de problemas, abysmo rodeado de abysmos. Que essa revolução deve e ha de se opperar um dia, é a convicção geral, tudo o exige: a razão, o evangelho, o nosso próprio interesse. Quando os tempos serenarem; depois que o paiz, desaffrontado em seus brios, houver encontrado na paz e no trabalho abundancia de seiva; quando a lavoura tiver mais folego e mais esperanças – então um governo de homens de talento, que mereção a estima e confiança geral, pôde tomar a questão a peito, estuda-la sob todas as faces, e resolvê-la com todas as precauções e garantias necessárias [...] (*O Estandarte*, 10 de maio de 1868)

No alvorecer do ano de 1870, em 20 de fevereiro, Bazílio Daemon publicou um pequeno artigo no qual defendia a imigração europeia. Nesse escrito, ele começou de forma otimista sobre a vinda dos trabalhadores livres da Europa: “Entra no numero dos melhoramentos latentes de um paiz, a emigração livre, expontanea, independente” (*O Estandarte*, 20 de fevereiro de 1870). Porém, sua preocupação com a imigração branca é o que mais o incomodava. Dentre as dificuldades

encontradas no Brasil, a preocupação com o imigrante europeu também se apresenta na questão emancipacionista:

[...] Que meios se tem empregado para a aquisição de arroteadores que venhão lavrar nossas extensíssimas terras, derrubar nossas imensas mattas, e alargar o abastecimento de nossos mercados? Que estudo se tem feito no intuito de favorecer sem peias, e de um modo absoluto os bons desejos dos emigrantes? [...] Em vez de encontrar o paiz a acolhel-o com os braços abertos, a favorecer-lhe meios rápidos de trabalho, a proporcionar-lhe equitativo desinteresse as terras de que precisa, e finalmente a dar-lhe provas de benevolência [...] o paiz apresenta uma infinidade de difficuldades insuperáveis, ergue-lhe adiante os olhos um conjuncto de barreiras a traspôr, e mostra-lhe no fim de tudo uma lei de terras tao intrincada e tão escura, que faz recuar o animo mais vigoroso. [...] Acrescendo ainda as idéas abolicionistas que o paiz discute, e que um dia se devem realizar, preparemo-nos desde já para não sentir violentamente o choque da emancipação (*O Estandarte*, 20 de fevereiro de 1870).

Durante os meses que antecederam a aprovação da Lei do Ventre Livre, os deputados discutiam acerca de alguns artigos presentes na Lei. Naquele momento, *O Estandarte*, em sua seção noticiosa, publicou um requerimento dos habitantes da Vila de Itapemirim, que seria transformado em um abaixo-assinado e, posteriormente, levado à Assembleia Legislativa, em que se pedia a reforma da Lei do Ventre Livre: “publicamos hoje a representação que tem de ser enviada á assembleia legislativa por habitantes d’esta villa, e como se verá pelas assignaturas, pedindo-se n’ella a reforma do projeto de lei apresentado pelo governo imperial, tendente á manumissão de elemento servil no império” (*O Estandarte*, 16 de julho de 1871). Na seção *Comunicações*, os assinantes pediam que o governo recorresse dos artigos 1º, 2º e 3º, *grosso modo*, presentes na Lei Áurea daquele ano. Mas também apresentavam suas justificativas, discutidas aqui:

[...] A consequencia logica e necessaria do ventre livre será o abandono do fructo por parte do senhor e a correspondente necessidade por parte do governo de zelar por elle; mas para isso o governo não se prepara, o projecto não trata de criação de asyls, não estabelece providencias futuras; no entretanto da proposta do governo resultará o apparecimento repentino de milhares de crianças privadas dos cuidados maternos á caridade publica, que mas tarde serão outros tantos vagabundo e criminosos. Decretar a emancipação do ventre sem tomar providencias complexas para a criação e educação dos libertos é imitar ao temerario viajante que suspende ancora e desfalda ao vento as velas do navio sem se premunir de leme e bussola. Um tal projeto só conseguirá dous fins – extrema insubordinação de escravos e o aniquilamento senão a morte da lavoura no paiz, que constitue sua principal riqueza (*O Estandarte*, 16 de julho de 1871).

Com o Executivo sendo administrado por Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894), o Gabinete Dantas (1884-1885), do Partido Liberal, Daemon publicou, na seção *Transcrições* um artigo de opinião de origem de outro periódico, *O Regenarador de Nazareth*, no qual critica o governo daquele momento por aumentar impostos e promover medidas abolicionistas radicais:

[...] com a lavoura e o commercio a braços com uma crise atterradora, provocada por grande baixa de nossos principais productos, e com a alta dos gêneros que importamos para nosso consumo; com esse mesmo commercio e lavoura gravados de impostos geraes, provinciaes e municipaes, todos elles pesadíssimos; sem capitaes para melhorar suas condições precárias por causa da concorrência do estado que offerece vantagens e garantias de que o lavrador e commerciante não podem dispor; com um território vastíssimo e fertilíssimo, mas sem braços para cultural-o; acha-se o nosso paiz em um estado mui crítico e com a sua riquiza publica e particular em grande perigo. Este quadro assustador, que deve inspirar medidas econômicas muito sérias, para salvarem o nosso commercio e lavoura, e o thesouro, das grandes desgraças que sobre elles estão imminente, despertou no governo actual, que só parece buscar os applausos das ruas, que assenta nas seguintes bases: Libertação immediata dos escravos de 60 annos para cima, sem indemnisação, com obrigação dos seus ex-senhores sustental-os; Um pesado imposto nacional, recahindo sobre

todas as classes, e um outro especial sobre os proprietários de escravos, segundo o valôr d'estes, que é fixado. É a um mesmo tempo o communismo e a anarchia com todo seu cortejo de horrores, e o aniquilamento dos nossos centros de actividade e trabalho. E tudo isso para que? Por exigências de sentimentalistas do velho mundo, e para satisfazer a vaidade de homens que não se importão de conquistar glórias ephemeras, embora sobre as ruinas da pátria, e que entenderão que devião ouvir a grita da ínfima classe de nossa sociedade, que nada tem a perder, e fechar os ouvidos ás manifestações de tudo quanto entre nós representa e simbolisa o trabalho, a circunspecção e o progresso moral e material do Brazil (*O Espírito-Santense*, 14 de setembro de 1884).

O ano de 1884 foi marcado também pelas eleições para os Deputados Gerais do Império que ocorreram em 1º de dezembro daquele ano. Bazílio, ao escrever para os eleitores da Província do Espírito Santo o artigo *Periga Pátria*, clamava aos eleitores da região sobre a responsabilidade que carregavam ao votar em candidatos que pudessem frear as propostas abolicionistas. Sua maior preocupação era a libertação imediata do trabalho escravo e a possível consequência do abandono das lavouras. Em um primeiro momento, ele argumenta:

[...] faltando, pois, o meio mechanic, o do braço, decresce a mesma producção. Mas o nosso *paternal* governo, sem attender á necessidade que temos de braços para o desenvolvimento da producção agrícola, procura por todos os meios arrancar os restantes – pouco se importando mesmo que decresção as rendas públicas [...] acabar de um jacto com o braço escravo, sem ter cuidado da substituição, pelo braço livre. O projecto do governo sobre o elemento servil é uma cilada armada ao paiz [...] É preciso, pois, precaver-se o agricultor contra o sophisma de que se acha revestido o projecto, na libertação sem indemnisação dos escravos de 60 annos [...] Já dissemos, reflecta o lavrador, e reflecta o negociante que da lavoura depende para o desenvolvimento de seu commércio: - não se trata de uma questão simplesmente de política, e sim, social; - o seu bem estar, a sua fortuna, o seu futuro e o de sua família estão penderes da eleição do dia 1º de dezembro para deputados geares (*O Espírito-Santense*, 16 de novembro de 1884).

Cabe ressaltar, por último, as críticas diretas aos abolicionistas da Província do Espírito Santo que Bazílio Carvalho Daemon tecia em seu periódico. Na seção *Noticiário*, Daemon, ao noticiar que um escravo se atirou ao mar próximo à redação do periódico *A Província do Espírito Santo*, de propriedade de Moniz Freire e Cleto Nunes – ambos abolicionistas declarados – abusa de ironias sobre o profissionalismo de ambos os redatores por terem omitido esse ocorrido em sua imprensa, pois Januário pertencia a um outro abolicionista, o Delegado de Polícia Sr. Francisco de Lima Escobar Araújo. O redator d’*O Espírito-Santense* se aproveita da situação para, além de alfinetar os abolicionistas locais, criticar as políticas do Gabinete Dantas daquele momento:

[...] Não censuramos senão o procedimento do escravo, e não o dos que promoverão as necessárias providencias e as cautellas; mas salientando que o facto se dera com os dos principaes abolicionistas, para mostrar o que traz de mal o impensado abolicionismo, que para nós dá ideia de revolução, revolta, etc. Felizmente não forão negados os principaes factos do atendimento (*O Espírito Santense*, 8 de junho de 1884)

Desse modo, as análises dos periódicos *O Estandarte* e *O Espírito-Santense* permitiram identifica e compreender o pensamento de Bazílio Carvalho Daemon sobre a escravidão, que sempre defendeu, também, a bandeira do Partido Conservador. Os jornais revelaram, à *pena* do redator e proprietário, sua posição quanto à escravidão refletida no contexto da época. Nesse sentido, foi possível perceber sua postura crítica tanto em relação ao movimento abolicionista quanto à administração pública (quando esta estava sob o mando dos Gabinete Liberal), o que deixa em evidência sua influência e engajamento no cenário político regional espírito-santense sempre na contramão



das transformações que estavam em curso.

### **Considerações finais**

Os resultados desta pesquisa revelaram a forma como Bazílio Carvalho Daemon utilizou de seus periódicos: eles foram *antessala do parlamento* (BASTOS, 2016) para advogar em favor da ordem escravista, de modo que esta instituição deveria resistir, mesmo que já vislumbrando seu fim, diante da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871. Suas publicações desencadearam uma perspectiva à luz das disputas políticas e ideológicas, no âmbito imperial e provincial, bem como evidenciaram o receio quanto à libertação por meio da abolição radical sem seus devidos acompanhamentos institucionais. Verificou-se também que sua maior preocupação foi calcada em dois pontos fulcrais: o desabastecimento da mão de obra nas lavouras e sua consequente crise econômica; e a vinda do trabalhador livre europeu que ocuparia não só essas lavouras, mas também a falta de postos de trabalho.

Cabe ressaltar a iniciativa da análise do discurso de um influente membro da elite política e intelectual capixaba, Bazilio Daemon. Nessa esteira, ao estudá-lo, o Espírito Santo do Oitocentos é posto em evidência e auxilia na visibilidade de um sistema político do Império, além do que ocorria na Corte, resultando no dinamismo político das províncias, o que configura uma realidade multifacetada do Brasil Imperial. Foi possível notar, também, as permanências na estrutura do discurso de Daemon com, por exemplo, a esperança de que a instituição escravista fosse mitigada, ao longo do tempo, de forma natural. Tal discurso pode ser comparado aos dias de hoje com os de ultraconservadores, reacionários, neoliberais quando estes se

posicionam contrários a políticas que tentam amortizar as mazelas da sociedade causadas pela escravidão, como, por exemplo, as leis de cotas raciais, programas de distribuição de renda, reformas nos currículos sobre ensino afro e indígena.

Este personagem, citado em diversos trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações, teses) ainda que pouco explorado, contribuiu para inflamar os mais ferrenhos debates que dessem conta da Abolição da escravidão. Suas reflexões acerca do tema, ainda que hoje seja vista como um discurso caricato, algo que não se leve a sério, encontra fôlego ainda na elite brasileira atual com a mesma estrutura narrativa, ainda que com outras roupagens. Estudá-lo se fez necessário por fazer parte da elite provincial do Espírito Santo e ser influência para aquela sociedade.

## Referências

- ALONSO, Angela Maria. **Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ALONSO, Angela. **Apropriação de ideias no Segundo Reinado. O Brasil Imperial**, v.3, p. 1870-1889. Tradução. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Alonso\\_AM\\_23\\_2124808\\_ApropriacaoDeIdeias-NoSegundoReinado.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Alonso_AM_23_2124808_ApropriacaoDeIdeias-NoSegundoReinado.pdf). Acesso em: 01 jul. 2024.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. São Paulo: Annablume, 1987.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, José D'Assunção. **Emancipacionismo e abolicionismo:**

**tensões de um debate no Brasil escravista.** *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 25, p. 199-231, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cultura.695>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

BASTOS, Fabíola Martins. **A Política na antessala do Parlamento: Imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840 a 1889.** 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CARVALHO DAEMON, Basílio de. **História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo.** Vitória: Typ. do Espírito-Santense, 1879.

CARVALHO DAEMON, Bazílio. **As nossas dificuldades econômicas e o projecto abolicionista do governo.** *O Espírito-Santense: jornal político, científico, litterario e noticioso*, Vitória, ano XIV, n. 73, p. 3, 14 set. 1884. Disponível em: Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.

CARVALHO DAEMON, Bazílio. **Discurso proferido no dia 23 de Maio de 1874, perante a Associação Emancipadora – Primeiro de Janeiro.** *O Espírito-Santense: jornal político, científico, litterario e noticioso*, Vitória, ano IV, n. 374, p. 3-4, 28 maio 1874. Disponível em: Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.

CARVALHO DAEMON, Bazílio. **Elemento servil: Representação á Assembléa Geral Legislativa.** *O Estandarte: jornal político, litterario, e noticioso*, Cachoeiras de Itapemirim, ano 3, n. 29, p. 3, 16 jul. 1871. Disponível em: Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.

- CARVALHO DAEMON, Bazílio. O Estandarte. O Estandarte: jornal político, litterario, e noticioso, Cachoeiras de Itapemirim, ano 1, n. 1, p. 1, 5 abr. 1868. Disponível em: Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.
- CARVALHO DAEMON, Bazílio. O Estandarte. O Estandarte: jornal político, litterario, e noticioso, Cachoeiras de Itapemirim, ano 1, n. 8, p. 1-2, 20 fev. 1870. Disponível em: Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.
- CARVALHO DAEMON, Bazílio. **Voz no Deserto: paginas de trystan**. O Estandarte: jornal político, litterario, e noticioso, Cachoeiras de Itapemirim, ano 1, n. 6, p. 1, 10 maio 1898. Disponível em: Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.
- CARVALHO DAEMON, Bazílio. **Voz no Deserto: paginas de trystan**. O Estandarte: jornal político, litterario, e noticioso, Cachoeiras de Itapemirim, ano 1, n. 8, p. 2, 24 maio 1898. Disponível em: Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. **O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850)**. Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, v. 9, n. 17, p. 212-234, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28291718>. Acesso em: 14 de jun. 2024.
- NUNES, Rafaela Domingos Lago. **Entre a escravidão e a liberdade em Vitória/ES (1871-1920)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- PICOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo,

Vitória, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol et al. **Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

# *As resistências dos Puri aldeados no aldeamento Imperial Affonsino entre 1845 a 1860*

Sérgio Vinícius Lyrio Ganda<sup>1</sup>

## **Introdução**

Este trabalho tem o objetivo de analisar as formas de resistências dos Puri, presentes no Aldeamento Imperial Affonsino, no período de 1845 até 1860, a fim de construir uma historiografia que reafirme o protagonismo indígena na sociedade capixaba, a partir das formas de resistência dos Puri aldeados, utilizando a metodologia da Nova História Indígena, possuindo ligação com o projeto de pesquisa do professor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro: “Resistências Indígenas na Amazônia Ocidental e no Espírito Santo”, por ter justamente o interesse em reafirmar o protagonismo indígena e a participação ativa dos Puri na História do Espírito Santo. Especificamente, busca-se compreender como as formas de resistir dos Puri aldeados no Imperial Affonsino se relacionam com a complexa teia de disputas territorialistas próximas ao Aldeamento, visualizando assim, o protagonismo histórico dos Puri aldeados no Affonsino para além do simples assimilacionismo do Aldeamento; perceber a relação direta que o desejo de “civilizar” os Puri por meio da estratégia de aldear, tem com a utilização da mão de obra compulsória deles nas atividades econô-

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).  
Contato: sergio.ganda@edu.ufes.br

micas do Estado e, para podermos perceber os interesses econômicos de particulares, que deram base para o processo de interiorização; além de compreender como o ponto de contato do Imperial Affonsino organiza relações porosas entre os grupos que fazem parte das interações sociais dele, compreendendo a História nas minuciosidades das relações entre particulares, indígenas, aldeamento e governo provincial.

A partir de 24 de julho de 1845 foi instituído o Regulamento de Missões, Catequese e Civilização dos índios, assinado pelo Imperador Dom Pedro II, onde foi criado o cargo de Diretor Geral dos Índios em cada província do Império, com a função de administrar tudo que era referente aos índios na província pela qual o diretor representa, observando onde estavam as ‘hordas errantes’ e os levando para aldeamentos, que deveriam ser criados justamente para este propósito.

“Art. 1º Haverá em todas as Províncias um Director Geral de Indios, que será de nomeação do Imperador. Compete-lhe: § 7º Inquirir onde ha Indios, que vivão em hordas errantes; seus costumes, e linguas; e mandar Missionarios, que solicitará do Presidente da Província, quando já não estejam á sua disposição, os quaes lhes vão pregar a Religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social.” (Regulamento de Missões, Catequese e Civilização dos Índios, 1845)

A partir desta legislação, o processo de interiorização da colonização avança, retirando os índios das matas interioranas através da força, e os integrando aos aldeamentos. No espírito santo, existiram dois aldeamentos, o aldeamento do Mutum, ao norte, que buscava anexar principalmente “Botocudo”, e o aldeamento Imperial Affonsino, no sul, que visava os Puri, e foram encontradas ‘hordas’ principalmente próximo ao rio Itabapoana. Assim como a pesquisadora Tatiana

Oliveira mostra, a interiorização, utilizando do discurso de que a expansão colonial fortaleceria a economia. O Barão de Itapemirim, o Joaquim Marcelino da Silva Lima, foi um proprietário de terra com muita força política, com grande influência nesta expansão colonial, atuando para a retirada de muitos Puri do interior da província.

“Para compreendermos esse quadro político, social e econômico no qual estava inserida a política para os povos indígenas na Província é necessário entender as relações com o processo de interiorização e desenvolvimento<sup>30</sup> da Província, onde a mão de obra indígena foi indispensável, ao tempo que sua presença considerada um obstáculo. Nesse sentido, a Diretoria Geral de Índios no Espírito Santo administrou o trabalho dos índios aldeados de acordo com os interesses de uma elite política provincial, da qual faziam parte grandes fazendeiros do Sul do Espírito Santo, como o Barão de Itapemirim” (Oliveira, 2020, p. 22).

O Aldeamento é utilizado como forma de manutenção da mão de obra compulsória dos Puri aldeados, o governo provincial passa a pedir o ‘serviço público’ deles, seja nas guerrilhas para combater os quilombos, ou na construção e manutenção da estrada São Pedro de Alcântara, que tem importância fundamental para a interligação dos interesses econômicos da província e de particulares, que transitam entre as proximidades de minas gerais e espírito santo, em função da colonização e catequese dos Puri, feita através do dito aldeamento, este projeto foi criado em 1816 pelo governador da capitania do espírito santo, Francisco Rubim, em busca de interligar Ouro Preto e Vitória.

“A documentação aqui analisada, especialmente àquele referente à Diretoria Geral dos Índios no Espírito Santo, nos informa sobre os processos de territorialização de indígenas classificados como Puri em aldeamentos, como o Imperial Afonsino. Este aldeamento,



criado na primeira metade do século XIX, serviu aos interesses do indigenismo provincial, que nos moldes da política nacional, buscava “desinfestar” os territórios ocupados pela população indígena e usar sua mão de obra nos mais distintos serviços públicos. A experiência dos aldeamentos estava intimamente ligada a uma política de apropriação dos territórios indígenas e a exploração de seu trabalho” (Oliveira, 2019, p. 466).

As resistências dos povos indígenas contra a interiorização nas matas, organizadas pelo Império, construiu uma teia de disputas político-territoriais complexas, os Puri do Espírito Santo no século XIX resistiram de diversas formas aos avanços das fronteiras da província, seja se revoltando, construindo alianças, se aldeando, fugindo, se ligando a um particular. Estas escolhas, no modo de organização da resistência, muitas vezes, colocavam indígenas da mesma etnia em diversos conflitos, de maneira que as formas de resistir não necessariamente seguiam linhas étnicas. Porque foi construída pela estrutura de poder Imperial, uma binaridade entre o “índio civilizado” e “índio selvagem”, “índio aldeado” e “índio não aldeado”, desenvolvendo assim novas noções de identidade que colocavam em conflito as ligações étnicas, construindo uma sociedade na qual as formas de identificar os indígenas fossem mais por estas binaridades do que pelas próprias etnias em si. As resistências eram organizadas a partir da subjetividade dos indivíduos e das pequenas agrupações dentro das variadas etnias, portanto, não é possível generalizá-las em tipos isolados de resistência para uma determinada etnia, assim como Júlio Bentivoglio afirma.

“O que esse rápido estudo sobre o sul do Espírito Santo parece confirmar é que, um padrão binário de alteridade foi se constituindo desde o início da colonização e do contato entre aqueles diferentes povos, entre tupis e não-tupis (também chamados pejorativamente

de tapuias pelos primeiros e pelos colonos), entre aldeados e não-aldeados, entre civilizados (os moradores das vilas ou dos aldeamentos) e não-civilizados (os habitantes do sertão), entre catequizados e indomáveis, entre mansos e bárbaros, termos bastante recorrentes tanto na documentação como na historiografia, que ao fim e ao cabo não impuseram as linhas étnicas como um fundamento na construção das identidades, mas, sobretudo, a adesão ou não à cultura e as práticas do colonizador europeu” (Bentivoglio, 2019, p. 14-15).

O Imperial Affonsino apresentou muitos problemas para os agentes imperiais frente aos indígenas, com a fuga de Puri, muitos se aldearam para fugir dos colonos que adentravam mais no sertão. Estando próximo à estrada São Pedro de Alcântara, muito importante economicamente para a província do Espírito Santo, por ser uma ligação terrestre com a região de Ouro Preto, os Puri deste Aldeamento eram constantemente levados pelo poder público para trabalhar como mão de obra compulsiva, às vezes ganhando algum salário e, também sendo utilizados para capturar os “índios selvagens”, aproveitando o maior conhecimento que eles tinham sobre o interior do território, assim afirma Tatiana Oliveira:

“Os dados arqueológicos e históricos sobre os processos de dispersão, ocupação e territorialização dos Puri aqui apresentados nos permitem inferir que essa sociedade passou por processos culturais amplos e com grande dinamismo histórico. Dinamismo refletido em formas de resistência, conflitos, negociações e adaptações. Todavia, é preciso enfatizar que os processos de territorialização impostos a essas sociedades por meio dos aldeamentos, por exemplo, tiveram como consequências a usurpação de suas terras e uso forçado de sua mão de obra.” (Oliveira, 2019, pg. 11)

## **Metodologia**

A metodologia desta pesquisa está baseada no método Indiciário, para rastrear os “indícios” nas fontes primárias e na bibliografia, uti-

lizando do rigor científico das fontes, porém diagnosticando-as com “faro, golpe de vista, intuição” como ensina Carlo Ginzburg (1989, p. 179), através da Hemeroteca Digital, o Arquivo Nacional Digital e o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), o Fundo Governadoria no que tange às cartas e prestação de contas entre o Presidente da província, Diretor Geral dos Índios, Diretor Geral do aldeamento Imperial Affonsino, o Fundo Policial, com documentos sobre o papel dos quartéis administrados pelas divisões militares no projeto político imperial de interiorização da província do Espírito Santo. Contendo diversos documentos referentes aos povos indígenas, com o recorte em específico sobre os Puri e o aldeamento Imperial Affonsino, no período de 1845-1860.

A partir das fontes primárias do APEES no Fundo Governadoria e Fundo Policial, sintetizando as transcrições paleográficas destes Fundos, no Arquivo Nacional, na Hemeroteca Digital, através dos jornais do Espírito Santo e na Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, relacionando estas fontes primárias com parte da historiografia disponível sobre a relação entre o aldeamento e os Puri, muito importante para a compreensão destas fontes primárias e da contextualização do período, de maneira que esta metodologia se interliga com o Projeto do professor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, “Resistências Indígenas na Amazônia Ocidental e no Espírito Santo”, construindo a síntese das relações entre as fontes primárias e as fontes secundárias, para a construção da pesquisa historiográfica ligada a Nova História Indígena.

### **O protagonismo dos Puri aldeados no Affonsino**

Seguindo o paradigma da Nova História Indígena, desconstroem as

noções tradicionais de que os povos originários seriam passivos na sua própria história, diante à colonização europeia, busca-se construir uma historiografia que compreenda o caráter ativo dos povos indígenas, na realidade colonial e imperial, assim como afirma o historiador Luís Corrêa:

“Durante muito tempo, a historiografia se limitou a encarar as populações indígenas como vítimas passivas ou meros espectadores de situações que os envolviam diretamente. Quando muito, reagiam à interferência e aos agravos da sociedade envolvente, mas nunca dispendo de estratégias de ação conscientes. Os índios, concebidos como uma categoria genérica, sem qualquer consideração às diferenças étnicas e culturais, não eram vistos, portanto, como sujeitos históricos ativos e capazes de incidir sobre a realidade nas quais se inseriam. Esse quadro começou a mudar a partir da emergência de uma nova compreensão histórica a respeito dos povos nativos. A “Nova História Indígena”, como viria a ser chamada, teria como principal objetivo redimensionar o papel dos índios na História, recuperando o protagonismo dos mesmos” (Corrêa, 2017).

Nesta construção da Nova História Indígena, a historiadora Vânia Maria Losada Moreira, afirma que, em relação aos Puri e os povos indígenas do sertão do Espírito Santo, os diferentes pontos de contato entre indígenas com os colonos, missões religiosas, como os aldeamentos e as regiões policiadas se desenvolvem movimentações transculturais porosas entre todas as partes envolvidas nestas relações sociais:

Esse movimento não obedeceu um padrão único, pois variou dependendo das comunidades e dos indivíduos, em um gradiente que poderia ser temporário, cíclico ou definitivo, entre os dois lados de uma fronteira porosa e sempre em movimento (Moreira, 2011, p. 5).

Estas regiões policiadas estavam divididas em duas divisões militares,

uma no sul, para combater os Puri não-aldeados e outra ao norte para combater os Botocudo não-aldeados, sendo mais um dos pontos de contato entre colonos e indígenas, estas divisões comandavam os quartéis com o objetivo de exterminar os Indígenas que eles entendiam como “gentios bárbaros”, que seriam os Indígenas que não tinham sido aldeados e subjugados a estrutura sociocultural dos súditos proposta pelo império brasileiro, no que diz respeito aos quartéis, o historiador Rodrigo Goularte afirma:

A Carta Régia de 1808 dividiu a área habitada pelos índios Botocudos em seis partes estratégicas para combatê-los, denominadas Divisões Militares do Rio Doce. Em 21 de maio de 1808, esse documento foi enviado para o governador do Espírito Santo Manoel Vieira de Albuquerque Tovar (1804-1811), sucessor Silva Pontes, determinando a organização de duas divisões militares nessa capitania, uma na parte Sul, dedicada à frente colonial que avançava ao longo da bacia do rio Itapemirim, onde se encontravam muitos índios Puris e cada vez mais contingentes Botocudos deslocados; e outra ao norte, na frente de colonização do vale do rio Doce, com objetivo de exterminar os Botocudos para a liberação desse território, a Divisão Militar do Rio Doce (Goularte, 2016, p. 3).

Os índios dos sertões são vistos como mais selvagens, fazem parte de um outro mais distante da identidade dos colonizadores, esta identidade colonial, assim como o Julio Bentivoglio afirma sobre estes dualismos étnicos construídos pelo Sistema Colonial, busca construir discursos “positivos’ ou negativos sobre os índios, conforme o quão próximo e distante o grupo indígena se encontra de seus interesses particulares, como Manuela Carneiro da Cunha afirma:

“Entender estes processos não é somente importante para a definição de identidade étnica. Na realidade toda a questão indígena (e não só ela) está eivada de semelhantes retificações. No século

XVI, os índios eram ou bons selvagens para uso na filosofia moral europeia, ou abomináveis antropófagos para uso na colônia. No século XIX, eram, quando extintos, os símbolos nobres do Brasil independente e, quando de carne e osso, os ferozes obstáculos à penetração que convinha precisamente extinguir. Hoje, eles são seja os puros paladinos da natureza seja os inimigos internos, instrumentos da cobiça internacional sobre a Amazônia.”(Cunha, 1994, p. 123).

Os aldeamentos, mesmo obviamente sendo um instrumento que mantinha os indígenas em posições subalternas, não se pode encará-los de maneira maquiavélica, eles são instrumentos da colonização e catequese muito complexos, que abarcaram uma grande teia de interesses de todos os lados, seja dos diretores dos aldeamentos ou dos particulares próximos ao aldeamento, governo imperial, governo provincial ou povos indígenas, obviamente a disputa política pelo interesse de cada grupo estão baseados pela hierarquia do sistema colonial, para Maria Regina Celestina de Almeida, os aldeamentos são justamente estas teias complexas, que não podem ser completamente definidas e representadas como apenas um instrumento colonial maquiavélico:

No caso específico dos aldeamentos indígenas cabem algumas considerações. [...] não se pode dizer que eles tenham sido construídos sem a participação dos próprios índios, nem tampouco concebidos como algo maquiavelicamente inventado pelos portugueses para dizimar e explorar as populações indígenas. Ao contrário disso, os aldeamentos foram parte essencial do projeto da colonização portuguesa no Brasil e despertou o interesse dos vários segmentos sociais da colônia, inclusive dos índios. Diferentemente da presa capturada pela aranha, portanto, os índios participaram, ainda que na maioria das vezes em posição subalterna, do processo de construção das aldeias, às quais atribuíam seus próprios significados, lutando para realiza-los e para recusar outros que não lhes interessavam viessem eles dos colonos, das autoridades, dos padres ou até de outros índios. As relações no interior dos aldeamentos foram difíceis e concessões feitas de ambos os lados (Almeida, 2000, p. 115)

No Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, número 108, encontrei uma carta do Presidente da província Pedro Leão Veloso, para o Diretor Geral dos Índios, em março de 1859, pedindo duas praças (soldados) para a segurança do aldeamento Affonsino, justificando que uma família de índios fugiu do mesmo, e que para se instaurar segurança ao Imperial Affonsino, e impedir mais fugas, era necessário maior aporte militar no mesmo. Demonstrando claramente como os Puri se utilizam do aldeamento a seu favor, se integram a ele no momento que acreditam que é proveitoso, e quando analisam ser conveniente fugir, o fazem, mostrando que os índios tentavam e por vezes conseguiam, utilizar os instrumentos de dominação a seu favor.

### **A estrada São Pedro de Alcântara**

A estrada, que anteriormente já fora dito que foi criada em 1816, pelo governador Francisco Rubim, e a relação direta da mesma com a mão de obra compulsória indígena, pela qual o Estado constantemente pedia ao aldeamento, a partir da pesquisa no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, no Fundo Governadoria, este trabalho encontrou fontes, que demonstram de maneira direta a pressão que o aldeamento recebia para mandar os índios ao trabalho na estrada, como no catálogo da série 751, livro 387, número 39, no qual o Presidente da Província do Espírito Santo, Sebastião Machado Nunes, no dia 4 de outubro de 1854, manda uma carta ao Diretor do Affonsino, o pressionando a mandar índios para a estrada, que estaria em um péssimo estado e que necessitava da força de trabalho dos índios para a manutenção, no dia 30 de outubro de 1854, 26 dias depois, novamente a Província pressiona o aldeamento a partir de uma nova carta,

pedindo o trabalho indígena na estrada, que mesmo estando em uma situação ruim, ainda interligava o espírito santo com a província de minas gerais, fazendo parte de uma rede de comércio e transporte importante para os agricultores e particulares que estão próximos da divisa, além dos próprios governos provincianos.

O serviço na estrada não era o único, por vezes também o governo provincial pedia para formar as guerrilhas, a fim de combater os quilombos, necessitando do serviço dos Puri do Affonsino para tal, como o Fundo Governadoria, Série 751, livro 387, número 17, onde o Presidente da província do espírito santo, no dia 16 de Junho de 1849, pede ao Affonsino, especificamente os Puri Bernardo e Januário, para serem integrados no corpo militar que empregaria força contra os quilombos, com ganho de soldo para ambos.

### **Os Particulares**

Outra relação importante são dos índios com os particulares, também encontrada na documentação do APEES, no Fundo Governadoria, Série 751, no livro 387 e número 45, no qual o Presidente da província José Maurício Fernandes Pereira de Barros ordena a retirada dos índios do aldeamento, no dia 26 de agosto de 1856, para eles serem integrados ao particular Francisco de Paula Cunha, deixando claro o interesse político-econômico desta complexa teia de disputas territorialistas que abrangem aquela região do sul do espírito santo, de maneira que o governo provincial descumpra a Lei de Missões e Catequese de 24 de julho de 1845, onde se afirma a integração dos índios no aldeamento, e a proibição dos particulares utilizarem a força de trabalho dos índios,



“§ 28. Exercer toda a vigilancia em que não sejam os Indios constringidos a servir a particulares; e inquerir se são pagos de seus jornaes, quando chamados para o serviço da Aldêa, ou qualquer serviço publico; e em geral que sejam religiosamente cumpridos de ambas as partes os contractos, que com elles se fizerem.” (Regulamento de Missões, Cataquese e Civilização dos Índios, 1845)

Ao contrário deste pedido de retirada do Presidente da Província em 1856 e entrega total da tutela dos Puri aldeados no Affonsino ao Francisco de Paula Cunha, 3 anos antes, em 1853, o governo provincial, sob a liderança de Evaristo Ladislau e Silva, a partir do documento do Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, número 32, ordena a retomada dos Puri que foram raptados pelo fazendeiro Francisco de Paula Cunha, que estaria inclusive escravizando os índios a seu proveito na lavoura.

Já no Fundo Governadoria Série 751, Livro 387, número 70, o Presidente da Província José Francisco Andrade e Almeida Monjardim, pede ao Barão de Itapemirim, que era o Diretor Geral dos Índios, que ele agisse para trazer de volta para o aldeamento, todos os índios que estão na fazenda do particular Lourenço Lopes Pimenta. Portanto, fica claro que existe um conflito de interesse nas movimentações da teia político-social que compõe o aldeamento, os Puri, os particulares e o governo provincial, dependendo do Presidente da Província e do particular em específico, o Estado agirá a favor da manutenção dos índios no aldeamento, e caso não, pressionará o aldeamento a retirar os índios do mesmo, a fim deles serem tutelados por um fazendeiro especificamente escolhido.

## **Conclusão**

A partir desta pesquisa, foram obtidas informações de Cartas e Re-

latórios ligados a Governadoria da Capitania, que contenha ligação com o Imperial Affonsino, com vários indícios de uma variedade de práticas de resistência tomadas pelos Puri aldeados em relação ao poder político-administrativo da Província, a partir da integração ao aldeamento, a fuga do mesmo, a ligação com particulares e fazendeiros próximos e a entrada na corporação militar, demonstrando a porosidade das relações sociais dentro das disputas territorialistas no sul do espírito santo.

A partir da documentação, é perceptível o interesse na utilização da mão de obra dos Puri aldeados no Affonsino, de maneira que o desejo de “civilizar” se liga diretamente às premissas econômicas, tanto no aldeamento quanto fora, por exemplo, na construção e manutenção da estrada Pedro de Alcântara, próxima ao aldeamento, que serviu como intermédio econômico entre a província de Minas Gerais e Espírito Santo, como também de particulares “mineiros” e “capixabas”, o aldeamento é utilizado como forma de manter os indígenas num ponto fixo, para benefício da interiorização da colonização e de integração dos indígenas no sistema colonial, de maneira que os aldeados passam a trabalhar na estrada, mas também exercerem funções militares, como nas guerrilhas contra os quilombos, e também dentro do aldeamento, seja nas plantações, como ferreiro.

Porém, assim como Luís Rafael Araujo afirma, a Nova História Indígena se propõe a observar a partir da perspectiva dos indígenas, buscando evidenciar nas fontes o protagonismo histórico deles na sociedade (Corrêa, 2017). A partir desta integração dos índios na sociedade imperial, cria-se um questionamento importante sobre a participação dos indígenas nos serviços públicos e nos aldeamentos, que são instituições da colonização, se ela configura uma contradição a ideia de resistência, no sentido de que, com esta participação, o

indígena está contribuindo para a sociedade colonial do país, mas na realidade, as resistências indígenas não podem ser observadas apenas por um caráter maquiavélico e simples. É necessário compreender o contexto de subjugação do sistema colonial em relação aos indígenas, e que as resistências dos povos originários são construídos dentro deste conjunto de dominação colonial, baseado no que cada grupo ou indivíduo, a partir de seus interesses e compreensões subjetivas, entendem em relação às possibilidades e alternativas para construir as resistências, organizadas ativamente, sempre em movimento, a partir do momento que fica claro as mudanças de posicionamento destas formas de resistir, conforme o que entendem como mais adaptável para o contexto.

Conforme como Vânia Maria Losada Moreira afirma, esta integração dos indígenas na esfera econômica, social, política e cultural, é resultado do processo de colonização, a partir da construção das zonas de contato porosas (Moreira, 2011), de maneira que a zona de contato do aldeamento Imperial Affonsino, contém um conjunto de formas diferentes de interações e coesões sociais, que fazem com que seja necessário observar minuciosamente as relações entre os Puri aldeados, o aldeamento em si, os particulares próximos ao aldeamento e o governo provincial.

As formas de resistir dos Puri aldeados se conectam com a complexa teia de disputas territorialistas próximas ao aldeamento, porque as pessoas que vivem nele, interagem constantemente com as disputas político-territoriais dos particulares, em função da mão de obra dos índios nas suas fazendas, do governo provincial, para ter acesso à mão de obra compulsória dos Puri aldeados para o serviço público, e o diretor do aldeamento, para a mão de obra dos Puri aldeados dentro do aldeamento, de maneira que coletivamente e individualmente,

os Puri afirmam-se como ativos na história, já que subjetivamente organizam seus interesses e buscam fazer o que acreditam que seja o melhor e mais seguro para si próprio ou o seu grupo, seja a fuga do aldeamento para voltar às matas interioranas ou próximo ao rio Itabapoana, seja a integração ao particular, o governo provincial e o aldeamento.

## Referências

### *Fontes Primárias*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, pg. 17

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, pg. 32

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, pg. 39

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, pg. 45

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, pg. 108

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387, pg. 70

Regulamento de Missões, Catequese e Civilização dos Índios, **DE-**

**CRETO Nº 426, DE 24 DE JULHO DE 1845.** Coleção de

Leis do Império do Brasil - 1845, p. 86, Vol. pt II (Publicação

Original). Acesso em: 17 fev. 2025.

### *Bibliografia*

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Portu-**

- guês. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- BENTIVOGLIO, Julio; BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. O antigo estado de coisas: apontamentos para a história dos povos indígenas no sul da província do Espírito Santo. **História Revista**, v. 24, n. 1, 2019.
- CORRÊA, Luís Rafael Araújo. Nova História Indígena: o protagonismo dos índios. In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-historia-indigena-recuperando-o-protagonismo-dos-indios/>. Publicado em: 17 abr. 2017. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 17 fev. 2025.
- CORRÊA, Luís Rafael Araújo. Nova História Indígena: o protagonismo dos índios. In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-historia-indigena-recuperando-o-protagonismo-dos-indios/>. Publicado em: 17 abr. 2017. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 17 fev. 2025.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos avançados**, v. 8, p. 121-136, 1994.
- GOULARTE, Rodrigo. Entre viajantes e governantes: vilas, sertões e indígenas no Espírito Santo – primeiro quartel do Oitocentos, **Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est**, 2016.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux**-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds, 2011.
- OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de et al. **Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província**

**do Espírito Santo** (1845-1889). 2020.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de; COSTA, Henrique Antônio Valadares. Os Puri no sul do Espírito Santo: ocupação, territorialização e trabalho compulsório. **Revista Habitus**-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 17, n. 2, p. 462-475, 2019.

*Ditadura Militar e o Ensino Moral e Cívico:  
(re)apropriações do passado no “Compêndio de  
Instrução Moral e Cívica” de Plínio Salgado  
(1965)*

Thaiza Pessanha Medeiros<sup>1</sup>

## **Introdução**

Em momentos de intensas transformações sociais, é comum que diferentes organizações políticas busquem maneiras de defender seus ideais frente às ondas de modernizações. Durante a Ditadura Militar no Brasil, a cúpula política autoritária não hesitou em recorrer aos nacionalismos, em particular a educação, para legitimar suas ações e garantir uma ordem político-social homogênea, pautada na moralidade, civildade e no tradicionalismo. Contudo, tal mecanismo não foi uma particularidade do período ditatorial. Entretanto, é possível identificar outras conjunturas em que partidos, grupos, organizações autoritárias e radicais tradicionalistas usaram os nacionalismos como estratégia de defesa das suas propostas. Um exemplo, como será destacado, foi a atuação de Plínio Salgado: jornalista, escritor e líder da Ação Integralista Brasileira (AIB).

---

1 Estudante de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa e a Inovação do Espírito Santo (FAPES). Contato: thaizamedeiros02@gmail.com.

A pesquisa sobre o ensino durante a Ditadura Militar mostra que a educação, em conjunto com as suas políticas públicas, visava promover uma doutrina autoritária e moralista que, ao mesmo tempo, mantivesse os estudantes longe das propostas “subversivas” e ensinasse o padrão sociocultural a ser seguido. É nesse contexto de ataque direto à democracia, no mesmo período da assinatura do AI-5, que a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) se torna obrigatória, em 1969, atendendo a necessidade da cúpula militar em inculcar na sociedade seus próprios valores, princípios e crenças.

Desse modo, este artigo pretende analisar outra faceta da disciplina EMC, que são os seus livros didáticos e autores. A importância de trazer estes autores para o campo de debate e pesquisa, está em atentar para a relevância histórica, doutrinária e política de uma publicação elaborada por agentes influentes na história política brasileira, como o ex-líder integralista Plínio Salgado. Dessa maneira, torna-se indispensável apresentar a figura de Salgado e sua repercussão atuando na educação do período autoritário.

Diante do exposto, este trabalho procura examinar os nacionalismos articulados tanto pela Ditadura Militar, quanto pelo político integralista Plínio Salgado, com destaque para a relação de ambos com a educação de culto à pátria. O artigo pretende salientar a disciplina Educação Moral e Cívica e seus materiais didáticos como ferramentas essenciais no processo de perpetuação de legitimidades políticas, sobretudo, através da história. Através dessa investigação, almeja-se compreender os impactos do discurso nacionalista e autoritário na educação do período, à luz do *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* de autoria de Plínio Salgado (1965).



## **Perspectivas e reflexões sobre a literatura**

Após o Golpe de 1964, inicia-se um intenso processo de ações do Estado voltadas para a estabilização política e social. Esse período é marcado pelas tentativas de construção de um consenso geral e homogêneo na sociedade como um objetivo primordial: garantir legitimidade e continuidade do governo militar. No Brasil, ocorre um forte apelo ao amor à pátria, aos nacionalismos, aos valores cristãos e conservadores, e, principalmente, ao anticomunismo. Em conformidade, o mesmo apelo aos princípios religiosos cristãos e ao anti-comunismo foi impulsionado pelos integralistas da década de 1930, frente às transformações sociais e as efervescências políticas pré Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945.) O que une essas duas gerações autoritárias é o fato de ambas buscarem formas de afirmar suas identidades diante do novo e diferente.

Em busca por referências que abordassem governos militares e organizações radicais da extrema-direita em períodos de mudanças sociais eminentes, realizou-se um trabalho de investigação por fontes que viabilizassem o contato com perspectivas sobre as suas estratégias de legitimação. Para tal, a pesquisa se debruçou sobre a obra *A Invenção das Tradições* de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2012), com atenção particular ao conceito de Tradições Inventadas, e nas discussões do historiador Rodrigo Patto Sá Motta acerca do conceito de Cultura Política (2009), compondo as duas principais concepções que sustentam o presente trabalho. De acordo com Hobsbawm:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás,

sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm, 2012, p. 9).

Em consonância a Hobsbawm e levando em consideração agendas de pesquisas mais recentes que entendem a necessidade de conceitos amplos que possibilitam novos panoramas de um mesmo tema, o presente trabalho também está de acordo com Motta quando o historiador explica o conceito de Cultura Política:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por um determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro. [...] Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras etc.) (Motta, 2009, p. 21-22).

Ao lado destes conceitos, o trabalho faz o uso do conceito de nacionalismo no plural como uma alternativa para o fato de que no tempo presente, tal conceito tem adquirido diferentes significados, camadas e vertentes, existindo a necessidade de amplitude conceitual. Como qualquer termo, ao longo do tempo, o nacionalismo passou por disputas e novos moldes, mas continua presente e em uso contínuo por grupos políticos e organizações sociais. Divergindo em nuances, tanto a Ditadura Militar, quanto Plínio Salgado, ao longo de sua carreira política, impulsionaram o nacionalismo caracterizado pela luta contra o inimigo comum, o anticomunismo. No entanto, a presente pesquisa busca analisar as nuances e lacunas desses nacionalismos, ora similares, ora contraditórios.

Em continuidade, com o objetivo de alcançar maior aprofundamento na extensa atuação política do integralista Plínio Salgado, foi empreendida a tese do historiador Leandro Pereira Gonçalves (2012). Tal pesquisa difere das demais biografias, pois o autor dedica-se sobretudo a percepção das ambiguidades e contradições ao longo da formação da cultura política de Salgado, com enfoque no seu período de exílio em Portugal, entre 1938 e 1945. A partir dessa leitura, é possível identificar minúcias dos seus princípios e virtudes, os quais serão analisados em conjunto com sua obra *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* (1965), principal fonte documental deste trabalho.

Como apontado anteriormente, uma das alternativas da Ditadura Militar em garantir a ordem foi recorrer aos nacionalismos através da educação em conjunto com a Educação Moral e Cívica. Para a análise da disciplina EMC e compreensão do ensino durante o período de repressão, adotou-se como fonte o trabalho de Maria Aparecida de Freitas Brisolla de Oliveira (1982), que explora o panorama da implementação da disciplina EMC em 1969 e marca a primeira pesquisa sobre o tema no Brasil.

Ademais, assumiram-se referências mais recentes como as discussões da historiadora Juliana Miranda Filgueiras (2006), que analisa toda a estrutura institucional dos livros didáticos da disciplina e seus conteúdos. Outro trabalho que norteou esse texto foi o estudo de Ferreira da Cunha (2021) que apresentou uma perspectiva empresarial sobre o ensino no período autoritário.

No que tange às linhas de pesquisas escolhidas sobre o tema, é válido ressaltar o trabalho de Filgueiras (2006) a respeito dos autores de livros didáticos de moral e cívica. É possível dizer que a dissertação da autora marca o primeiro trabalho que dedica maior aprofundamento

sobre quem eram os rostos por trás do que hoje contribui como fontes documentais de pesquisa sobre a EMC. A historiadora preocupou-se em nomear e dividir os autores em três grupos: educadores no sentido amplo, membros das Forças Armadas em geral e autores que se tornaram profissionais de livros sobre moral e cívica. Todavia, dentro do seu recorte, não é contemplada a cultura política ou maiores motivações que contribuísssem a identificar quais princípios estes autores depositaram em suas obras, além de suas proximidades com a extrema direita e concordâncias com o regime em vigor naquele período (Filgueiras, 2006, p. 101-103).

Diante do exposto, o balanço da literatura sobre a EMC mostrou que os autores de moral e cívica possuem uma agenda de pesquisa em debates. Portanto, o presente trabalho identificou a pluralidade de pesquisas sobre um autor que não se encaixa em nenhum dos grupos elencados por Filgueiras (2006). Haja vista, que a obra de Plínio Salgado, objeto de análise da presente pesquisa, foi publicada em 1965, ou seja, antes da obrigatoriedade da disciplina. No entanto, antes desta análise, é primordial entender o arcabouço intelectual e doutrinário fomentado naquele período por setores da Forças Armadas, em especial, através da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

### **Os militares e suas obras: doutrina inventada e educação das tradições**

Para analisar o contexto no qual a disciplina EMC se assentou, é fundamental compreender não só os conceitos absorvidos e propagados pela Ditadura Militar, como os fundamentos que estruturaram a disciplina Educação Moral e Cívica. A partir da literatura analisada,

sobre a Ditadura Militar, Ferreira da Cunha (2021) afirma:

A ditadura militar empresarial procurou legitimar o seu projeto de poder através da força e coerção, mas outros mecanismos foram utilizados como forma de produzir consenso. Não bastava então a presença de um Estado repressor, violento, pois para que seus objetivos fossem legitimados, a educação teria um papel essencial para a construção e manutenção do consenso (Ferreira da Cunha, 2021, p. 23).

Levando em consideração o fato de que toda ação política, em um momento pós-golpe, tendia a simular legitimidade e legalidade, era necessário um firme arcabouço doutrinário que garantisse ordem e apoio. É dentro dessa conjuntura que a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se tornam dois pilares muito importantes para a continuidade dos governos militares.

No trabalho de Brisolla de Oliveira, a pesquisadora defendeu que o comportamento dos militares em divulgar sua ideologia através da EMC fez parte do que ela identificou como *novo profissionalismo*, característica de um regime preocupado com a Segurança Interna da nação. Por origem, esse novo profissionalismo dos militares esteve pautado na ESG, a instituição na qual a cúpula autoritária buscou formular métodos para interpretar fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que proporcionassem ao Brasil o perfil de potência (Brisolla de Oliveira, 1982, p. 5 e 6).

Dentro da ESG, instituição organizada desde a década de 1940, serviu para difundir os conceitos da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A doutrina foi responsável por impulsionar sobretudo o anticomunismo e dava legitimidade em nome dos “valores ocidentais”, para as ações violentas e repressivas dos militares, usando

o discurso de ordem social e segurança nacional. A respeito disso, Ferreira da Cunha (2021) sustenta:

Por Doutrina de Segurança Nacional, entendemos como um corpo teórico que compreendeu basicamente alguns tópicos, como criação de um arsenal teórico de defesa da liberdade e dos ideários da civilização ocidental cristã, com uma linha ideológica conservadora, liberal e positivista, que pregava a soberania do Estado como algo ilimitado. Este conjunto teórico foi elaborado dentro do contexto da Guerra Fria, com uma clara demonstração das disputas hegemônicas entre as grandes potências daquele período e a consolidação da influência dos Estados Unidos da América na América Latina (Ferreira da Cunha, 2021, p. 50).

Por consequência e por necessidade de legitimação, padronização e repetição, conforme visto anteriormente no conceito de “tradições inventadas” de Hobsbawm (2012), a disciplina EMC retornou com o Decreto-Lei nº 869, em 12 de setembro de 1969, aos currículos de todos os níveis da educação, a fim de fortalecer a ordem política. Sobre a formação dos jovens por meio da disciplina, Filgueiras (2006) explica:

Essa formação seria realizada por meio do culto aos símbolos da pátria, pelo conhecimento de suas tradições, de suas instituições e dos vultos de sua história. [...] A disciplina formaria o caráter dos jovens, fortalecendo os hábitos e valores morais. A aquisição dos hábitos éticos seria conseguida por meio das atividades educativas, que possibilitariam a prática da cidadania e a vivência da democracia (Filgueiras, 2006, p. 187).

Portanto, os nacionalismos manipulados pela Ditadura Militar almejavam a organização política e para resgatar o que seriam os valores morais da ordem, o governo recorreu ao ensino, principalmente, o ensino de História. De acordo com Hobsbawm, “toda tradição in-

ventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações como cimento de coesão grupal”. O autor explica que para o consenso acontecer, é necessária uma continuidade narrativa de um passado histórico que pode ser (re)apropriado para alcançar diferentes fins (Hobsbawm, 2012, p. 21). No Brasil, o retorno ao passado “honroso” europeu para validar suas identidades foi uma estratégia utilizada desde a década de 1930 até os governos militares. Nesse cenário, iremos analisar a atuação de uma figura que teve atuação política em ambas as ditaduras.

### **O autor e sua obra: cultura cristã e carreira política**

De acordo com Filgueiras (2006), os autores de livros didáticos foram divididos em três grupos diferentes. Plínio Salgado não se encaixa em nenhuma das divisões, mas é apontado como um dos autores pioneiros que, antes mesmo da obrigatoriedade da disciplina EMC, publicou um livro didático. A autora, em sua dissertação, não aprofundou o papel de Salgado enquanto autor de livros de EMC, apenas apresenta dados biográficos importantes sobre o líder da extrema-direita e, pontualmente, fez o mesmo com outros autores (Filgueiras 2006, p. 112).

Tendo em vista essa constatação, esta sessão pretende analisar a complexidade de um personagem político como o Plínio Salgado. Pois, essa figura foi um personagem complexo. Por exemplo, sua devoção fervorosa ao catolicismo não foi um sinônimo de líder religioso. Igualmente, mesmo próximo da educação durante toda a sua vida política, não pode ser considerado um educador, assim como nunca foi um militar. Portanto, questiona-se: o que lhe garantiu espaço para produzir o *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*? Qual o seu papel

como defensor dos valores autoritários e nacionalistas e como isso aparece em sua obra?

Inicialmente, para responder tais questões, é necessário conhecer outras facetas do ex-chefe nacional dos Integralistas Plínio Salgado, que desde a década de 1930 se destacou por sua liderança na AIB. Mas, para além disso, Salgado também foi um intelectual consolidado e respeitado pela elite política e letrada do país, inclusive como participante dos movimentos literários em torno Modernista, na década anterior. É válido ressaltar que muitos militares simpatizavam com a doutrina integralista antes mesmo da Ditadura Militar, ou seja, Salgado tinha uma notável repercussão na política brasileira.

Para discernir os nacionalismos empregados por Salgado, é necessário investigar a formação do seu pensamento político. O presente trabalho apoia-se na pesquisa de Leandro Pereira Gonçalves (2018) que ao discorrer sobre as interpretações políticas do integralista, apresentou as concepções de Motta (2009):

Para o desenvolvimento e reflexão do pensamento político e intelectual de Plínio Salgado recorre-se ao conceito de cultura política que “permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. No decorrer da investigação, as ambiguidades do pensamento pliniano serão notadas, [...]. A utilidade da cultura política está na compreensão e motivação “que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político” (Gonçalves, 2018, p. 42).

A cultura política de Salgado, segundo Gonçalves (2018), não foi a mesma durante toda a sua vida, mas foi reinterpretada e adquiriu novas facetas no decorrer do desenvolvimento do seu pensamento político. Em sua juventude, Salgado foi atravessado por autores como Gustave Le Bon, Spencer, Haeckel, Lamarck e seu pensamento tam-



bém foi fortemente influenciado por Portugal, através do Integralismo Lusitano e da *Action Française*. Tendo em consideração tais influências, uma forte característica de sua cultura política é o catolicismo, para Salgado, a doutrina cristã esteve no centro da sua atuação política.

Assim, na reinterpretação de sua participação política construída pós-1937, não existiria Plínio Salgado fora da ótica cristã e espiritual, no mesmo sentido, não existiria o próprio integralismo fora da religião católica. Segundo Gonçalves, o projeto político de Salgado visava influenciar a nação através do chamado “nacionalismo cristão”. (Gonçalves, 2018, p. 49).

Muitas vezes, Plínio Salgado adquiriu uma postura política ambígua e contraditória. No ano de 1937, o autor ficou exilado por anos em Portugal, sendo esse período muito importante para sua reformulação religiosa e consolidação da cultura política. Ao retornar ao Brasil, em 1945, suas interpretações políticas haviam passado por uma reformulação com o objetivo de atingir uma sociedade que passaria à democracia pós Estado Novo. A postura radical da AIB de 1930 não tinha mais espaço político e, oportunamente, Salgado passou a defender a Democracia Cristã. Como resultado fundou, em 1946, o Partido de Representação Popular (PRP). Nessa nova legenda, em 1955, se candidatou à presidência da República, obtendo cerca de 10% dos votos.

No período da Ditadura Militar, diante da situação política centralizada, Salgado alinhou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ocupando o cargo de deputado. É de suma importância frisar que, neste momento, o político não possuía a mesma força e apoio que recebia nos anos iniciais da AIB. Nos anos finais de sua carreira, e de

sua vida, esteve próximo do Ministério da Educação, participou ativamente das plenárias sobre a volta da disciplina EMC e contribuiu para o governo militar escrevendo o *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*. De acordo com Gonçalves, esse movimento do ex-líder foi uma articulação para continuar sua política democrata-cristã e nacionalista com práticas oriundas do passado português que o acompanhou até a sua morte em 1975 (Gonçalves, 2018, p. 36).

A nova postura política de Salgado é muito interessante para o entendimento dos seus escritos no *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*. O ex-chefe integralista defendia ser o único doutrinador detentor do conhecimento necessário para despertar a sociedade brasileira cristã-nacionalista contra o comunismo. E, igualmente, contra o liberalismo e o materialismo. É fato que, durante os anos 1930, a educação esteve presente nas práticas políticas da extrema-direita. A própria AIB possuía numerosos periódicos onde o foco era atingir as massas populares com leituras de fácil entendimento sobre a doutrina integralista. Nesse sentido, fica evidente o principal ponto de convergência entre o pensamento integralista de Plínio Salgado e a Ditadura Militar: o incentivo educacional para uma formação doutrinadora em busca de coesão em torno do nacionalismo autoritário.

Portanto, é a partir das adaptações da cultura política de Salgado e das “tradições inventadas”, utilizadas pelos governos da ditadura, que se estreitam as relações entre nacionalismo e doutrinação. Essa situação é nítida nas páginas dos compêndios através da exaltação de Portugal feita por Salgado e na evocação do passado europeu realizada pela Ditadura Militar. Todavia, tinham objetivos diferentes. Por mais que a postura luso-brasileira católica de Salgado fosse útil ao governo militar, o objetivo final da ditadura através da EMC, dos livros didáticos, das políticas públicas educacionais e do nacionalismo

não era o mesmo.

No entanto, existia um ponto em comum que os unia, inevitavelmente: formar a juventude, semeando um amor à pátria incontestável, saneada culturalmente e afastada de condutas subversivas que pudessem comprometer o funcionamento pleno da Ditadura Militar. Diante do exposto, a partir dos levantamentos realizados, a seguir analisaremos o *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* (1965).

### **Análise do livro didático: interpretando a História**

Os livros didáticos são instrumentos educacionais de grande complexidade. Tendo em vista que tais materiais são, também, objetos culturais e que compõem uma conjuntura política previamente determinada, as análises sobre livros da disciplina EMC possibilitam perspectivas essenciais para a compreensão da educação durante o período analisado. Mesmo porque, além de instrumentos educacionais, também foram instrumentos doutrinadores que buscavam impor uma ordem e uma cultura nacional.

Os compêndios são livros didáticos que condensam determinados assuntos, elencando em uma síntese apenas o que julgam de mais importante. Em especial, o *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado, não propõe ensinar conceitos e demais assuntos que integram a disciplina de História, mas (re)interpretar os conteúdos a favor da Ditadura Militar. O livro foi originalmente publicado na cidade de São Paulo em 1965, pela editora FTD,<sup>2</sup> e apresenta em suas

---

<sup>2</sup> A editora foi criada a partir do vínculo com a Congregação Marista e sua nomenclatura é uma homenagem ao Frère Théophile Durand que foi Superior Geral da Congregação entre 1883 e 1907. Guardada as devidas proporções, até mesmo o veículo de publicação do *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* porta os princípios de pregação do cristianismo.

150 páginas gravuras em preto e branco. De maneira padronizada, as gravuras são desenhos bem delineados que aparecem na abertura de cada subcapítulo. Logo após, existe um texto sintetizando o conteúdo que será trabalhado, seguido pelo desenvolvimento do texto e ao final há um questionário objetivo referente aos temas discutidos. É importante ressaltar que, nitidamente, a interpretação de Salgado sobre o passado brasileiro estava baseada no trabalho de Varnhagen, ou seja, uma concepção teórica embasada no final do século XIX.

Para este trabalho, o enfoque principal será na segunda parte do livro, denominada *Interpretação da História*. O capítulo é dividido em oito subcapítulos e o autor perpassa sobre os conteúdos de História de maneira fluida e superficial. Os subcapítulos são: País, Pátria e Nação; Personalidade Nacional; Formação da Nacionalidade Brasileira; Evocações Históricas; Para conhecer o Brasil; Heróis Nacionais; Nossas Origens Raciais e Fundamentos Brasileiros da Democracia (Salgado, 1965, p. 56-104). Contudo, para este trabalho, é interessante ressaltar os subcapítulos *Personalidade Nacional*, *Formação da Nacionalidade Brasileira* e *Nossas Origens Raciais*.

Com o objetivo de investigar os impactos dos princípios tradicionalistas na educação advindos da Ditadura Militar e de Plínio Salgado, o subcapítulo *Personalidade Nacional* revela a narrativa interpretativa do autor a respeito da história do Brasil, no qual a reconhece como fruto da obra civilizadora de Portugal e afirma que “todos os povos têm um destino a cumprir. O do Brasil é de ser continuador da obra civilizadora de Portugal, de onde proviemos”. (Salgado, 1965, p. 61).

Em contrapartida, extermínio dos povos indígenas, apagamento e escravidão, não são trabalhados durante o capítulo. Quando abordados, esses temas servem para exaltar e justificar a coragem dos homens

que se lançaram ao mar para trazer à terra “largada a selvageria”, o Brasil, os bons costumes. Perto do fim deste subcapítulo, Plínio Salgado afirma que o país é continuador da missão portuguesa:

Tudo isso indica bem claramente que o nosso destino histórico se vincula ao sentido ecumênico da ação portuguesa no mundo, não apenas com o objetivo material das descobertas, das colonizações e do comércio, mas principalmente com a finalidade de divulgar e sustentar os princípios cristãos, as normas do direito, a ética das relações internacional e a civilização baseada na compreensão de um humanismo perenemente novo (Salgado, 1965, p. 64).

Para a Ditadura Militar, o ideal era que suas ações fossem justificadas por um passado honroso, formado por grandes vultos nacionais, por importantes eventos históricos - em maioria aqueles que davam destaque aos feitos portugueses e aos militares ao longo da história do Brasil - dentre outros temas. Consequentemente, existiu uma grande preocupação com o ensino de História, o conteúdo ensinado precisava acompanhar e prevalecer a cúpula militar, pois pensamento crítico era sinônimo de risco a solidificação do governo, conforme visto anteriormente em Hobsbawm a respeito da importância da continuidade com um passado histórico e com as “tradições inventadas” (2012). Portanto, a história ensinada precisava ser aquela que espalhasse uma ordem comum a todos, visando um comportamento moral e cívico homogêneo.

Por outro lado, Plínio Salgado não se importava apenas com a ordem, sua valorização da interferência de Portugal na História do Brasil é evidente em sua interpretação autoritária e excludente do passado. Em busca de uma *brasilidade*, Salgado encontrava no passado europeu algo para honrar e sentir-se grato, principalmente no que tange o período da História Colonial. Gonçalves explica que o movimento

integralista enxergava o período da colonização portuguesa como o momento mais benéfico, justamente o momento em que não existia independência. Para Salgado, o Brasil se tornou nacionalista e encontrou a brasilidade no período colonial. (Gonçalves, 2012, p. 241)

Evidentemente, a disciplina EMC conversa com os anseios integralistas e os próprios anseios de Salgado. Nesse sentido, escrever o compêndio foi também uma última oportunidade dos seus ideais. Observando alguns dos objetivos da disciplina dentro do Decreto n. 869/1969, nota-se a conexão de ideias entre a cultura política de Salgado e as “tradições inventadas” articuladas pelos militares:

a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; [...]

d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história [...] (Artigo 2º do Decreto n.869, 12 set. 1969).

No subcapítulo *Formação da Nacionalidade Brasileira*, é feito um chamado aos jovens para valorizarem a herança proveniente de Portugal. Além da fé, Salgado defende que o país também trouxe ao Brasil consciência jurídica e sentido político de ordem, afirmando que “compete à atual geração manter os caracteres essenciais do Brasil. Constituem eles a herança que nos legaram os nossos antepassados. São riquezas do espírito que devemos conservar e acrescentar com renovados valores” (Salgado, 1965, p. 70).

Em outro subcapítulo da obra, denominado *Nossas Origens Raciais*, Plínio Salgado propõe um panorama geral da formação racial do Brasil. A partir dos valores tradicionais e cristãos, o autor defende que Deus deixou mensagens para que as pessoas se orgulhassem da

sua origem lusitana:

Se examinarmos o globo terrestre em toda a zona tropical, não veremos nenhuma civilização igual à brasileira, o que demonstra a alta capacidade dos portugueses no sentido da colonização e da preparação cultural de uma futura nacionalidade. Deus pôs no mapa da América do Sul três mensagens eloquentes para que nos orgulhassemos da nossa origem lusitana: são as Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, exatamente os três povos que tentaram, com incursões marítimas e terrestres, apoderar-se do Brasil. São os três países mais atrasados do continente (Salgado, 1965, p. 94).

A maneira como Salgado utilizava a religiosidade para explicar assuntos complexos com superficialidade é algo nítido durante todo o capítulo *Interpretação da História*. Nesse sentido, além de não permitir debates, a obra de Salgado ensinava estudantes a pensar de maneira linear, contribuindo para os objetivos da própria Ditadura Militar em querer um saneamento moral e cívico coletivo.

Para que o governo autoritário pudesse se sustentar com base no passado honroso europeu e usufruir de sua herança de ordem, a interpretação da História do Brasil deveria enfatizar que as ações das elites políticas ao longo do tempo estavam voltadas para o bem e segurança da nação. Mesmo porque, ao evidenciarmos a estrutura em que a disciplina EMC foi sustentada durante o período autoritário, é possível notar de quem foram e quais foram as escolhas políticas que favorecem apenas uma pequena elite branca. Basta notar o aparato institucional no qual essa disciplina e seus materiais didáticos estavam inseridos.

Durante a Ditadura Militar, foram pensadas diferentes políticas educacionais com objetivos variados, desde educação em massa com o aumento da produção dos livros didáticos de qualidade no país, até

melhorias no nível superior em universidades. Contudo, antes mesmo das políticas públicas serem lançadas, a ESG já manejava uma corrente de pensamento que conversava diretamente com a Ditadura Militar, com os princípios do integralismo de Plínio Salgado e com a própria disciplina EMC, que é a valorização do conservadorismo e dos valores cristãos. Dentre as políticas públicas de ensino, existia o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), instituído em 1966 e mais tarde substituído pela Comissão do Livro Técnico e Didático; a Fundação Nacional do Material Didático (FENAME), instituída em 1967 e a Comissão Nacional de Moral e Cívica, implantada em 1970, formada por políticos militares.

Portanto, não só a EMC, mas seu pano de fundo institucional foi sustentado por políticas públicas educacionais pensadas e sancionadas por uma elite política formada, sobretudo, por religiosos cristãos e militares autoritários. Em suma, o capítulo *Interpretando a História*, a própria disciplina EMC, suas legislações e até mesmo os seus livros didáticos, são as consequências de uma escolha política. Sanear para adestrar através da educação foi uma decisão política que deixou marcas profundas na história da educação até na atualidade.

### **Considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi compreender os impactos do discurso nacionalista e doutrinário na educação do período ditatorial, à luz do Compêndio de Instrução Moral e Cívica de autoria de Plínio Salgado (1965). O trabalho busca analisar os livros didáticos da disciplina EMC, pois essas publicações permitem investigar os mecanismos e estratégias articulados pelo governo golpista militar para legitimar seus valores de ordem, além de evidenciar como tais concepções afe-



taram a educação do período. Entender essa problemática foi fundamental para interpretar a disciplina como um projeto de política pública e como ferramenta doutrinária do Estado militar. Dentre esses aspectos, também foi possível a análise da participação de Salgado não só como um autor, mas como um ex-líder político integralista, defensor dos seus próprios princípios autoritários.

Ao fim deste artigo, é possível entender como a ESG e a DSN se tornaram dois pilares muito importantes para a continuidade dos governos golpistas militares. A instituição fomentou e impulsionou a difusão da DSN que, em grande medida, foi responsável por moldar a disciplina EMC. Nesse sentido, a educação foi manejada como ferramenta que prepararia a população jovem para a corrida pelo desenvolvimento do país. Consoante a esse processo, a disciplina também se ocuparia por ensinar a importância da segurança interna da nação contra o perigo vermelho, o comunismo. Ao lado desses pontos, a disciplina também foi responsável por ensinar a História do Brasil dentro de contornos eurocêntricos, elitistas, tradicionalistas e cristãos.

Conclui-se, que compreender o uso do nacionalismo, tanto pela Ditadura Militar quanto pelo político Plínio Salgado, é essencial para elucidar as relações entre seus discursos e práticas políticas. A análise revelou uma conexão significativa entre esses nacionalismos, destacando como a manipulação do apelo nacional impactou negativamente as salas de aula, especialmente por meio de disciplinas como a EMC, dos livros didáticos, das políticas públicas educacionais e do ensino de História. Esse estudo contribui para preencher lacunas sobre o tema e amplia a compreensão dos efeitos dessa instrumentalização no contexto educacional. Desse modo, o trabalho tem como principal contribuição elucidar como a extrema direita afetou a edu-

cação e o ensino de História com o objetivo de garantir legitimação, ordem e perpetuação.

Ressalta-se que a concepção educacional presente no Compêndio de Instrução Moral e Cívica era composta por recursos teóricos que garantiam a submissão aos conteúdos. Desde os textos verticais até as atividades extremamente objetivas, a disciplina evidenciava os objetivos do projeto educacional público do Estado militar, que visava retirar o saber científico e crítico das massas. A Educação Moral e Cívica privava os estudantes de sua condição de sujeitos e eximia a disciplina de História da responsabilidade de promover a transformação e a reflexão, não apenas sobre a realidade em que estavam inseridos, mas também sobre a importância daqueles que viveram antes. Tratava-se, portanto, de práticas de ensino desenvolvidas para combater toda e qualquer forma de “subversão” e inquietude sobre o mundo, garantindo a formação de cidadãos submissos.

Através das “tradições inventadas”, a cúpula militar fez com que a disciplina EMC repetisse o modelo sociocultural a ser seguido pelos jovens e por meio do Compêndio de Instrução Moral e Cívica, Salgado encontrou espaço para sua cultura política católica e para revisitar a história do Brasil com base em um passado europeu que prevalecesse não só os militares ao longo do tempo, como os valores conservadores e cristãos do próprio integralismo. Ao fim e ao cabo, foram direitas radicais que se aproximaram por afinidades entre valores e como pano de fundo, colocavam o “Deus, Pátria e Família” que a AIB reverberou em 1930, em uma nova roupagem, com um novo amparo político e em um novo contexto histórico.

Para pesquisas futuras, este trabalho aponta caminhos para admitir o livro didático como um instrumento educacional que carrega em si

inúmeras funções sociais do seu período de elaboração e circulação, e, também, porta as próprias perspectivas de seu autor. Por isso, através dele, é possível encontrar respostas para lacunas existentes sobre o período autoritário e seus impactos, que ainda ecoam em diferentes áreas da sociedade brasileira, principalmente na educação. Compreender os danos causados por uma educação autoritária e passiva à população pode revelar, também, caminhos para solucionar e superar os ecos do passado cada vez mais altos e persistentes nos dias atuais.

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2014), este artigo não tem intenção de dizer a “última palavra sobre o assunto, nem mesmo de atingir uma verdade plena”, mas busca oferecer um modelo teórico que contribua aos conhecimentos sobre o período da Ditadura Militar, dessa vez colocando em foco a educação, os livros didáticos e, principalmente, seus autores. Nesse sentido, não se trata de um artigo conclusivo, mas de um trabalho que mostrou um enorme leque de possibilidades interpretativas sobre um mesmo tema, evidenciando que muitos caminhos podem ser trilhados para interpretar e analisar a educação Moral e Cívica.

## Referências

- BRASIL. Decreto n. 896, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. s/d, p. 7769, 15 set. 1969. Seção 1.
- CUNHA, Marcus Vinicius S. Ferreira. **A disciplina escolar Educação Moral e Cívica e o projeto educação hegemônico da ditadura empresarial militar (1964-1985)**. Dissertação (Mes-

trado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FILGUEIRAS, Juliana M. **A Educação Moral e Cívica e a sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um Católico Integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: Trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. (org). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, 2009, p. 21-22.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de F. B. de. **Política e Educação no Brasil: a implantação da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. 5. ed. São Paulo: FTD, 1965.

*Tramas cartográficas da colonização:  
territorialização da Capitania do Espírito  
Santo durante os séculos XVI e XVII*

Viviane Guerrini<sup>1</sup>

**Introdução**

O processo de territorialização da capitania do Espírito Santo será analisado sob a ótica do estudo da Geo-História segundo uma abordagem da microanálise e da História Cultural. Assim, será possível investigar os caminhos criados para garantir a expansão da colonização. A pesquisa analisa as estratégias de dominação da colônia, chamada “império das redes”, ou seja, o estabelecimento de alianças com forte influência das relações de parentesco. Considera-se, portanto, a configuração de relações de apoio mútuo entre a Coroa e os súditos que buscavam por mercês com o intuito de fortalecimento dos núcleos coloniais portugueses na formação e expansão do território. Busca-se compreender como esses processos interligados moldaram a espacialização colonial e a organização do espaço na capitania do Espírito Santo, revelando as dinâmicas complexas envolvidas na consolidação da presença portuguesa na região.

A análise da formação territorial da capitania do Espírito Santo du-

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Contato: viviane.guerrini@edu.ufes.br.

rante os dois primeiros séculos de colonização brasileira revela um processo complexo, no qual redes de poder, alianças e relações de parentesco desempenharam papel central. Essa territorialização foi marcada por interações dinâmicas entre agentes metropolitanos e locais, indígenas e colonizadores, e as próprias condições ambientais da região. Sob a perspectiva da Geo-História e das revisões historiográficas recentes, este estudo procura compreender como essas dinâmicas configuraram o território e sua territorialidade, destacando os aspectos políticos, econômicos e culturais que moldaram a capitania. A partir dessa abordagem, é possível perceber como o espaço foi apropriado, transformado e dotado de significados específicos, refletindo as relações de poder que permeavam a sociedade colonial.

Um dos pontos centrais desse processo foi a forma como o Império Português articulou sua presença em um território fragmentado e distante. Por meio da economia política de privilégios, o poder régio utilizou-se da concessão de títulos, mercês e cargos para estabelecer vínculos com as elites locais, garantindo sua lealdade e participação na administração colonial. As câmaras municipais, nesse contexto, destacaram-se como instâncias fundamentais para a gestão do território, assumindo funções que iam desde a distribuição de terras até a regulação da vida cotidiana nas vilas. Essas instituições não apenas representavam a autoridade régia, mas também refletiam os interesses e dinâmicas das elites locais, tornando-se agentes ativos na construção da territorialidade da capitania.

As redes de parentesco e aliança foram igualmente decisivas para a configuração do território. Em um contexto marcado pela resistência indígena e pela dispersão demográfica, essas redes serviram como mecanismos de integração social e política, conectando diferentes grupos e interesses. Casamentos interétnicos, alianças militares e tro-

cas econômicas foram estratégias utilizadas para consolidar o domínio português e assegurar a ocupação do território. A territorialidade, entendida como as relações dinâmicas entre os sujeitos e o espaço, foi assim construída a partir dessas práticas, refletindo tanto a imposição de valores coloniais quanto às adaptações às condições locais. A análise desses aspectos revela a complexidade do processo de territorialização, que não pode ser reduzido a uma simples extensão do poder metropolitano.

Este estudo também busca ressaltar a importância das representações culturais e simbólicas na construção do território. A partir das contribuições da história cultural, analisou-se como práticas simbólicas, como a cartografia e as narrativas sobre o território, contribuíram para legitimar a ocupação e organizar o espaço colonial. Essas representações, produzidas por viajantes, administradores e escritores, não apenas retratavam o território, mas também moldavam sua percepção e uso. Ao mesmo tempo, as resistências indígenas e as práticas locais transformaram esses significados, criando um espaço híbrido e multifacetado. Assim, o território do Espírito Santo emerge como um lugar de negociação constante, onde diferentes agentes disputavam e redefiniam seu significado e função.

Ao adotar uma abordagem que combina Geo-História e História Cultural, este trabalho propõe uma revisão da historiografia sobre a capitania do Espírito Santo, ampliando o entendimento sobre os processos de territorialização na América portuguesa. Ao considerar as dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldaram o território, torna-se possível compreender de maneira mais aprofundada as escolhas feitas no passado e seus impactos no presente. Essa análise não apenas contribui para a história regional da capitania, mas também oferece novos caminhos para pensar a formação da sociedade colo-

nial brasileira como um todo, ressaltando a importância das interações locais na construção do espaço colonial e suas territorialidades.

### **Geo-História e História Cultural**

A Geo-História enquanto campo disciplinar está relacionada à compreensão ampliada dos processos históricos em consonância com o espaço geográfico no qual se desenvolveram, destacando a geografia como elemento central na apreensão das estruturas de longa duração. O conceito foi elaborado pelo historiador francês Fernand Braudel entre as décadas de 1940 e 1950 que buscou integrar elementos da geografia e da história para alcançar uma análise que contemplasse as dinâmicas sociais, culturais e econômicas em contextos específicos. Assim, em sua obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, Braudel demonstra como o espaço geográfico não pode ser compreendido apenas como um pano de fundo dos eventos, um mero cenário das atividades humanas, entretanto, deve ser entendido como um elemento ativo que condiciona e também é condicionado pelas práticas sociais e políticas. Essa abordagem inaugura uma forma de entender o espaço geográfico como elemento não apenas de contexto, mas de agente ativo no curso dos eventos históricos. Por meio dessa perspectiva, a Geo-História destaca a importância da longa duração no que tange à capacidade de transformação dos acontecimentos e processos históricos pelas estruturas profundas e, portanto, fazendo o contraponto diante das narrativas tradicionais cujo enfoque está circunscrito nos eventos pontuais ou personagens individuais. A Geografia Histórica, enquanto campo de estudos, interpreta o processo histórico como um movimento progressivo de apropriação e transformação dos meios naturais, o que Moraes



(2014) descreve como uma “antropomorfização do espaço”. Para ele, o território não é apenas o cenário passivo das ações humanas, mas se molda e é moldado pelas atividades sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo. Essa perspectiva permite analisar como a construção territorial ocorre de maneira diversificada, em diferentes regiões, a despeito de uma herança material comum. Dessa forma, a Geografia Histórica permite a compreensão das especificidades regionais e a valorização das particularidades de cada espaço geográfico dentro do processo histórico mais amplo.

A Geo-História aplicada ao estudo sobre a territorialização da capitania do Espírito Santo possibilita investigar as estratégias de ocupação portuguesa, como o estabelecimento do “império das redes”, as relações de parentesco, criação de aldeias e fortes, aliança com grupos indígenas e confrontos militares, por exemplo. De acordo com Milton Santos:

A questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço (Santos, 2006, p. 69).

Nesse sentido, Santos corrobora a proposta que versa sobre a relação dinâmica entre espaço e sociedade, contribuindo para o entendimento de como os atores sociais reconfiguram o território em

função de seus interesses políticos e econômicos. Os significados são atribuídos aos territórios de maneiras variadas conforme as relações de poder e as práticas culturais.

É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem, é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética (Santos, 2006, p. 70).

No que se refere à capitania do Espírito Santo, pode-se investigar como as redes de poder colonial moldaram o espaço geográfico ao articular elementos locais e transatlânticos, bem como analisar a atuação de grupos indígenas enquanto agentes dessa territorialização ao resistir ou negociar com as autoridades coloniais. Nesse caso, a cartografia colonial não representava apenas o espaço, mas também servia como instrumento de controle e de legitimação do domínio colonial português. Mapas e documentos administrativos eram utilizados para garantir a consolidação de fronteiras, organizar o uso da terra e reforçar a presença portuguesa em uma região marcada por constantes conflitos entre colonos e indígenas. Tais registros evidenciam a lógica de dominação e também permitem a leitura das resistências e adaptações dos grupos locais, revelando as interações dinâmicas entre os diferentes agentes históricos.

Além da análise pautada na Geo-História, é possível examinar a territorialização da capitania do Espírito Santo a partir da História Cultural, conectando práticas de poder à materialidade do espaço. Esse campo da historiografia privilegia a análise das representações práticas e significados atribuídos pelos indivíduos e grupos sociais

ao longo do tempo. A sua abordagem foi fundamentada por Roger Chartier em seu livro “A História Cultural: Entre Práticas e Representações” e busca compreender como as experiências humanas são mediadas por sistemas simbólicos e culturais. No contexto da pesquisa, a História Cultural permite explorar não apenas os aspectos materiais da ocupação colonial, como a construção de vilas, fortes e redes de circulação, mas também as práticas simbólicas que legitimaram esse processo. Os mapas, como já observado, para além de serem utilizados como instrumentos técnicos de controle, serviam também como narrativas visuais que traduziram a visão de mundo europeia sobre o território, reforçando a ideia de posse e de soberania. Junto a isso, as interações entre os portugueses e indígenas podem ser investigadas sob a perspectiva da História Cultural, revelando como diferentes sistemas de significação moldaram e reconfiguraram o espaço. Portanto, essa abordagem enriquece o estudo acerca da territorialização ao conectar dinâmicas geográficas e históricas a dimensões culturais e simbólicas.

A análise da territorialização evidencia a interação entre diferentes temporalidades: o tempo das estruturas geográficas, o das práticas sociais e políticas e o das ações cotidianas. Ao articular essas dimensões, a Geo-História e a História Cultural permitem interpretar a história regional em diálogo com processos mais amplos, como a expansão marítima e o colonialismo europeu.

### **A ocupação do Espírito Santo Colonial: território e territorialização**

A ocupação da capitania do Espírito Santo nos séculos XVI e XVII foi marcada por dinâmicas complexas de construção do território,

envolvendo redes de aliança e parentesco que articularam relações entre indígenas e colonizadores. Essas redes, frequentemente mediadas por práticas como casamentos interétnicos, trocas de bens e serviços, e alianças militares, foram fundamentais para consolidar a presença portuguesa na região. Essas práticas não apenas garantiram a sobrevivência dos primeiros colonos em um território hostil, mas também criaram estruturas sociais híbridas que uniram elementos indígenas e europeus. Nesse contexto, o território da capitania não pode ser compreendido apenas como um espaço físico delimitado, mas como um espaço relacional, moldado pelas interações e negociações entre diferentes grupos.

A forma de governar do Império português na colônia foi primeiro interpretada como “Antigo Regime nos trópicos”, ou seja, entendia-se que apesar de todas as diferenças políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais entre as colônias, as práticas e instituições portuguesas formaram sociedades reguladas pela economia e cultura política do Antigo Regime português. Assim, entendia-se que o governo português implantou um “Antigo Regime nos trópicos” remetendo à interpretação de que as instituições e práticas políticas do Antigo Regime foram transpostas para o contexto colonial, mantendo uma continuidade entre o reino e as colônias. No entanto, estudos mais recentes destacam que essa continuidade foi reconfigurada pelas condições específicas das colônias americanas, gerando adaptações que transformaram as estruturas do poder imperial. No caso do Espírito Santo, as redes de parentesco e aliança localizadas desempenharam um papel central, muitas vezes ultrapassando o controle direto das autoridades metropolitanas. Essas redes garantiam a coesão social e a administração local, especialmente em uma região marcada pela dispersão populacional e pela ausência de grandes centros urbanos.

Assim, a capitania não foi apenas um reflexo das práticas metropolitanas, mas um espaço onde essas práticas foram reinterpretadas, negociadas e, por vezes, subvertidas.

A ideia de que a territorialização no Espírito Santo ocorreu dentro de um molde preexistente, imposto pelo Antigo Regime português, deve ser analisada com cautela. Enquanto as estruturas formais de governança, como câmaras municipais e normas jurídicas, seguiam padrões metropolitanos, a realidade prática do governo colonial foi moldada por fatores locais, como a resistência indígena, as condições ambientais e as relações sociais que se estabeleceram no território. A territorialidade na capitania foi forjada em meio a constantes negociações, em que os valores e costumes europeus se entrelaçaram com as práticas e conhecimentos indígenas, criando uma sociedade única, marcada pela mestiçagem cultural e pela hibridização das formas de governar. Esse processo revela que a continuidade entre o reino e a colônia não era homogênea, mas repleta de tensões e transformações, que resultaram em uma territorialidade colonial adaptada às especificidades do Espírito Santo.

A ideia de um “império das redes” coloca em evidência a forma como as conexões sociais, econômicas e políticas moldaram os territórios coloniais e deram origem a territorialidades específicas. No caso do Espírito Santo, as redes estabelecidas entre colonos, indígenas, autoridades metropolitanas e agentes locais configuraram o espaço de maneira singular. Essas redes não apenas conectavam diferentes partes do território, como também articulavam interesses diversos, muitas vezes conflitantes, que reconfiguravam continuamente as formas de ocupação e uso da terra. Nesse sentido, o conceito de territorialização torna-se essencial para compreender como o espaço colonial foi apropriado e transformado pelos atores históricos, em um proces-

so marcado por negociações, resistências e imposições de poder.

A territorialização da capitania do Espírito Santo exemplifica como o espaço foi modificado e apropriado de acordo com os interesses dos agentes envolvidos, sejam eles colonizadores ou indígenas. As autoridades portuguesas, por exemplo, utilizaram ferramentas como a demarcação de sesmarias, a fundação de vilas e a construção de fortes para consolidar o controle sobre o território. Por outro lado, as populações indígenas desenvolveram estratégias de resistência, como deslocamentos territoriais ou alianças temporárias, que também modificavam o espaço, criando zonas de contato e de disputa. Essas dinâmicas refletem o caráter ativo do território, que não é um dado fixo, mas um produto histórico em constante transformação, resultado das interações entre diferentes agentes sociais e das relações de poder que permeiam essas interações.

A territorialidade, por sua vez, manifesta-se como a expressão dessas relações dinâmicas entre os sujeitos e o espaço ao longo do tempo. No Espírito Santo, a territorialidade foi construída tanto pela imposição de práticas coloniais quanto pela adaptação a condições locais, como a diversidade ambiental e cultural da região. Essa territorialidade, marcada pela hibridização, revela como os sujeitos, enquanto membros de coletividades específicas, atribuem significados e funções ao espaço que ocupam. Ao mesmo tempo, essas territorialidades são moldadas pelas variações históricas, seja pela introdução de novas tecnologias e práticas agrícolas, seja pelo impacto de conflitos políticos e sociais. Assim, a territorialidade da capitania emerge como um fenômeno plural, refletindo tanto os processos de territorialização quanto às resistências e reconfigurações contínuas que caracterizaram o período colonial.

A fragmentação do poder lusitano nos séculos iniciais da colonização refletia as limitações administrativas e logísticas do Império Português, especialmente em territórios vastos e de difícil acesso como o Brasil. No Espírito Santo, essa realidade era evidente na dependência de redes locais para exercer a autoridade real e organizar a ocupação territorial. As mercês, ao estabelecer vínculos entre a coroa e os súditos, desempenharam um papel central nesse processo, permitindo que os interesses do monarca fossem representados e executados por intermediários locais. Essas concessões eram estratégicas para consolidar a lealdade de colonos influentes, que, em troca, asseguravam o controle do território e a exploração dos recursos naturais. Assim, a prática das mercês não apenas facilitou a governança colonial, mas também estruturou a hierarquia social que marcaria profundamente a sociedade brasileira.

No Espírito Santo, o impacto das mercês foi igualmente significativo para a formação de uma elite local que desempenhou um papel crucial na territorialização da capitania. Por meio da concessão de sesmarias, cargos administrativos e privilégios comerciais, a coroa fomentou o surgimento de famílias poderosas que, por sua vez, reforçaram a ocupação do território. Essas elites locais estabeleceram engenhos, criaram rotas de comércio e desenvolveram relações com populações indígenas e outros agentes coloniais, configurando redes de poder que extrapolavam os limites da capitania. Esse processo não apenas integrou o Espírito Santo ao sistema colonial mais amplo, mas também reforçou o papel das elites locais como mediadoras entre os interesses metropolitanos e as dinâmicas regionais. Essa estrutura de poder contribuiu para a consolidação de uma economia voltada para a exportação, ainda que em escala reduzida em comparação com outras capitanias.

Ao longo do tempo, a concentração de poder e riqueza nas mãos dessas elites transformou a configuração social e econômica do Espírito Santo, alinhando-a às características mais amplas do sistema colonial português. A lógica da *plantation*, mencionada como central para a economia do Rio de Janeiro, também influenciou a organização produtiva na capitania, ainda que de forma limitada pela menor escala e pelos desafios geográficos locais. Mesmo assim, as elites locais foram agentes ativos na adaptação do modelo colonial às especificidades regionais, utilizando suas redes de influência para ampliar suas posses e garantir a reprodução de sua hegemonia. Assim, a prática das mercês, além de garantir a presença lusitana em um território fragmentado, foi um elemento estruturante na formação das elites locais e na consolidação das bases econômicas e sociais da colonização.

A economia política de privilégios, sustentada pela concessão de títulos e cargos, consolidou o poder central do rei ao assegurar sua autoridade sobre as elites coloniais. Esse sistema garantia a lealdade dos beneficiários e permitia ao monarca exercer influência em territórios distantes, controlando a dinâmica política e econômica da colônia. No Espírito Santo, esse modelo de governança foi crucial para estruturar as relações sociais e territoriais, especialmente em uma capitania onde a presença lusitana era fragmentada. As mercês e os títulos serviam como instrumentos de legitimação das elites locais, que, em troca, atuavam como agentes do poder régio, mediando conflitos, organizando a ocupação e promovendo a exploração econômica. Assim, o monopólio régio sobre os privilégios não apenas reforçou a centralidade do rei, mas também moldou profundamente as estruturas de poder e a territorialidade na capitania.

Nesse contexto, as Câmaras Municipais desempenharam um papel estratégico na constituição do poder local e na organização do terri-



tório. Essas instituições, compostas majoritariamente por membros das elites locais, funcionavam como instâncias intermediárias entre a coroa e a população colonial. No Espírito Santo, as câmaras eram responsáveis pela supervisão da distribuição de terras, uma atividade essencial para a territorialização, uma vez que a posse da terra era o principal meio de consolidação do domínio colonial. Além disso, o controle sobre as licenças de comércio e construção permitia às câmaras regular as atividades econômicas e garantir a ordem nas vilas. A administração de obras públicas, como estradas e pontes, também reforçava a centralidade das câmaras no desenvolvimento da infraestrutura necessária para a integração do território.

Por meio de suas funções, as câmaras contribuíram para a construção da territorialidade no Espírito Santo, atuando como instâncias de poder que materializavam as relações entre o espaço e os sujeitos. A supervisão do saneamento, do policiamento e da saúde pública exemplifica como as câmaras moldavam o cotidiano das vilas, reforçando as hierarquias sociais e os valores culturais da época. No entanto, essas instituições também eram espaços de disputa, nos quais as elites locais buscavam expandir sua influência e consolidar seu controle sobre os recursos. Assim, a atuação das câmaras no Espírito Santo revela como a territorialidade colonial foi construída a partir da interação entre as práticas institucionais e as dinâmicas locais, em um processo contínuo de negociação e adaptação às condições regionais.

### **Considerações finais**

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho buscaram analisar a territorialização da capitania do Espírito Santo nos dois primeiros séculos de colonização, destacando as redes de poder, aliança e

parentesco que configuraram o território e sua territorialidade. Esse processo, interpretado sob a perspectiva da Geo-História e das novas abordagens historiográficas, evidencia como o espaço colonial foi construído a partir de dinâmicas complexas que combinavam interesses metropolitanos e locais. A análise revelou que a ocupação e transformação do território não ocorreram de forma homogênea ou unilateral, mas como resultado de negociações contínuas entre diferentes agentes sociais. Essas interações moldaram o espaço físico e simbólico da capitania, refletindo relações de poder e práticas culturais que foram determinantes para a formação da sociedade colonial.

Um dos aspectos centrais discutidos foi a relação entre o poder régio e as elites locais, mediada pela economia política de privilégios. A concessão de títulos e mercês, assim como a atuação das câmaras municipais, foram instrumentos fundamentais para consolidar a presença lusitana no Espírito Santo e articular as redes que garantiram a ocupação territorial. Essas redes, compostas por colonos, indígenas, administradores e viajantes, criaram um “império das redes” que articulava interesses diversos em um espaço fragmentado. Por meio dessas dinâmicas, a territorialização foi realizada não apenas como imposição de uma ordem externa, mas como um processo que incorporou adaptações e resistências locais. Assim, a capitania emerge como um exemplo de como a governança colonial era tanto uma expressão do poder central quanto um reflexo das especificidades regionais.

Outro ponto relevante foi o papel das alianças e relações de parentesco na configuração da territorialidade da capitania. Essas redes sociais não apenas garantiram a sobrevivência dos primeiros colonos em um território marcado por desafios ambientais e pela resistência indígena, mas também foram essenciais para a estruturação do

poder local. A territorialidade, entendida como o conjunto de relações dinâmicas entre sujeitos e espaço, foi moldada pelas práticas sociais, culturais e políticas que estruturaram o cotidiano da capitania. A análise da cartografia, das práticas simbólicas e das estratégias de ocupação revelou como os agentes históricos atribuíram significados ao território, transformando-o em um espaço apropriado e marcado por relações de poder.

Por fim, ao reavaliar a história da capitania do Espírito Santo a partir das abordagens da Geo-História e da História Cultural, este trabalho buscou ampliar a compreensão das dinâmicas de territorialização na América portuguesa. A partir da análise das redes de poder, das práticas de governança e das representações do espaço, foi possível observar como as escolhas feitas no passado moldaram o presente. A territorialização da capitania, enquanto processo histórico, demonstra que o território não é apenas uma construção material, mas também simbólica, configurada por valores, práticas e interesses que se transformam ao longo do tempo. Assim, a reinterpretação historiográfica proposta contribui para aprofundar o entendimento sobre a formação da sociedade colonial brasileira, oferecendo novas perspectivas sobre os processos que definiram o território e a territorialidade na capitania do Espírito Santo.

## **Referências**

- BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin. 1949.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos R. Geografia, interdisciplinaridade

e metodologia. **GEOUSP** – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

# *Moqueca capixaba e baiana: o aparecimento de marcas e símbolos nos jornais do Espírito Santo e São Paulo (1900 – 1970)*

Yasmin Jamilli de Souza Rodrigues<sup>1</sup>

## **Introdução**

Assim como a Europa, o Brasil do século XIX também presenciou o surgimento de um discurso baseado, entre outras coisas, na gastronomia. Nesse aspecto, a mesa de jantar tornou-se uma expressão de identidade, que pode ser percebida nos pratos e nos gestos comensais. As obras culinárias da segunda metade do século XIX passaram a apresentar pratos entendidos como específicos do país em número cada vez maior, apesar das chamadas cozinhas regionais terem vivenciado um processo de aceleração no século XX (Braga, 2014).

Contudo, é preciso considerar que desde o século XIX e durante a maior parte do XX, a hegemonia culinária pertenceu a uma cozinha internacional cujo centro estava na França e principalmente nos grandes restaurantes de Paris, entendida como o centro cultural da Europa e da civilização dos costumes. Nesse sentido, os jornais ganham posição importante, pois veiculam artigos diversos que ajudam a determinar a presença de ingredientes, técnicas e pratos que nem

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: yasmin.rodrigues@edu.ufes.br

sempre fizeram parte das receitas contidas nos livros. Precisamente porque são publicações de produção e consumo mais rápido, retratando cenários comuns, ao invés de receitas especificamente concebidas para a cozinha de elite.

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (Oliveira, 2011, p. 127).

Desse modo, o recorte selecionado percorre o período de 1900 a 1970, devido à revolução tecnológica e do desenvolvimento industrial em massa, resultando na aceleração da criação de riquezas e da distribuição de rendas, mudanças nos estilos de vida e de comunicação no processo pós-guerra (Cisne; Gastal, 2010, p. 6). Também, é a partir de 70 que ocorreu um maior investimento governamental em políticas públicas voltadas para a valorização das culturas regionais. Ao fim desse período, é percebido, por conseguinte, como o momento fundante da atual relevância que as comidas regionais assumiram no contexto brasileiro.

Nesse aspecto, a moqueca foi eleita como referencial de pesquisa procurando, por esse expediente, localizar os indícios dessa cozinha com traços locais em processo inicial de divulgação, com a finalidade de acompanhar a constituição discursiva desse prato ao longo do século XX.

## **A Moqueca e o Papel dos Jornais na Formação de Tradições Inventadas**

O historiador Benedict Anderson (2008), ao dialogar com o seu conceito de comunidades imaginadas, afirma ser o compartilhamento de linguagem e símbolos, associados ao capitalismo editorial, elementos essenciais para construir a noção de pertencimento a uma determinada comunidade. Diante disso, este conceito proposto pelo historiador, se faz imprescindível para compreender como as fontes – jornais com os quais tinha contato, de forma direta ou indireta, uma boa parcela da sociedade do período – desempenharam um papel importante na formação da moqueca como um prato regional e um marcador identitário local. Nesse contexto, as leituras de impressos como os jornais, são intrínsecas ao processo de unificação das pessoas em uma mesma comunidade simbólica, ultrapassando as barreiras geográficas e temporais, e além disso, essenciais à disseminação de ideias e narrativas que moldam a percepção de pertencimento a uma nação, criando um senso de identidade.

[...] O significado dessa cerimônia de massa – Hegel observou que os jornais são, para o homem moderno, um substituto das orações matinais – é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. [...] Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana. [...] (Anderson, 2008, p. 68)

Considerando que as nações e as identidades são construídas através de processos complexos, sendo resultado de várias influências cul-

turais, políticas e históricas, esta imaginação compartilhada não é produzida facilmente. Diante disso, fez-se necessário o uso do conceito de tradições inventadas, desenvolvido pelos historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2008) para compreender a relação entre os nacionalismos e a criação identitária. Segundo os autores, as tradições são elementos fundamentais na construção da identidade e coesão de grupos sociais e podem ser instrumentalizadas para diversos fins, como o fortalecimento de nações, grupos étnicos ou instituições. Portanto, são construções sociais adaptadas para cumprir uma variedade de funções e atender às necessidades contemporâneas. Destarte, uma das principais formas de consagrar essas invenções é a sua internalização e incorporação nas vidas cotidianas, desenvolvendo uma ligação emocional e um senso de identidade ao relacionar as tradições a algo do passado. Assim, Hobsbawm e Ranger (2008, p. 10) afirmam que:

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionalistas”. O objetivo e a característica das “tradições” inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. [...]

Diante disso, compreendemos como a circulação de informações acerca de pratos específicos e sua composição, em periódicos lidos simultaneamente por um número relativamente grande de pessoas de um mesmo local e, um trabalho consciente de formação de um discurso identitário cultural, exerce um forte impacto na composição de elementos que, uma vez compartilhados e conhecidos por boa parte



da população do Espírito Santo e de São Paulo – e, em âmbito mais amplo, do Brasil – forneceram o subsídio para a produção de uma tradição gastronômica a ser reconhecida como componente identitário da nação brasileira. É a partir dessa concepção que é possível entender, a consagração da moqueca enquanto um prato específico que, ao longo do século XX, veio a se tornar conteúdo formador da cozinha regional, em um dinâmica gradual e que envolvia diferentes metamorfoses e ressignificações quanto a sua constituição e sua semântica no mundo social.

### **Construções e Significados: Momentos Cruciais do Século XX**

O período que se inicia na década de 1900 e se estende até 1970 foi marcado por uma série de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais significativas no Brasil, que moldaram sua trajetória até os dias atuais. Entre essas mudanças, se destacam a urbanização e o desenvolvimento industrial e social da Nação, com seus processos e crises que variam ao longo do território.

Com efeito, a chegada da Corte portuguesa à América, em 1808, permitiu o desenvolvimento da infraestrutura necessária à inauguração das primeiras fábricas no Brasil. Entretanto, foi apenas a partir da década de 1930, com o incentivo do governo do presidente Getúlio Vargas (1882-1954), que o país começou a mudar seu modelo econômico de agrário-exportador para industrial, medidas para as quais muito contribuíram a crise internacional de 1929 e a política de defesa do café (Furtado, 2005, p.184). Tal política, implementada por pressão dos agricultores a Região Sudeste, aumentou o processo de concentração populacional e econômica nessa região e, consequentemente, os desequilíbrios regionais e sociais, ao rejeitar o incentivo

à migração pela mobilização das reservas populacionais do Nordeste, optando antes pela vinda de estrangeiros (Dedecca, 2005, p. 95-97).

No plano externo, a Crise de 1929, originada nos Estados Unidos e responsável por impactos na economia mundial, abalou sobremaneira o desenvolvimento industrial de diversos países. O Brasil, neste período, dependia muito das exportações de produtos primários, como café, borracha e cacau. Dessa forma, diante da instabilidade financeira internacional e com a queda drástica da demanda global por esses produtos, a receita do país se viu em profundo *déficit*. A soma da crise externa à inflexibilidade política, além de outras questões sociais, levaram o país a então apostar na industrialização como forma de diversificar a economia e reduzir a dependência do comércio de produtos primários. O cerne desta ideia era transferir o núcleo do comércio nacional para o mercado interno, contornando, assim, de modo mais duradouro, as crises produzidas intermitentemente pela dinâmica agroexportadora (Chiappin, 2015).

Dessa forma, iniciou-se a construção de um novo Estado e a restauração do painel da política econômica com os instrumentos necessários, entre os quais constam a moratória da dívida externa, o controle (e a desvalorização) do câmbio, uma nova política de comércio exterior, de crédito, de juros e tributos, além da organização de normas para reger os contratos e o mercado de trabalho e uma mais avançada legislação política, social e trabalhista. Destarte, com a ascensão de Vargas, há a promulgação do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, o qual, além de restringir a entrada de imigrantes no Brasil, exigia, com o objetivo de proteção dos trabalhadores nacionais e de evitar que piorasse a situação de desemprego, que toda empresa deveria ter, em seus quadros, ao menos 2/3 de trabalhadores brasileiros. Frente a isso, ocorreu uma forte mobilização migratória, uma vez

que a industrialização acelerou o processo de urbanização brasileira, cidades que antes eram predominantemente agrícolas começaram a se transformar em centros urbanos-industriais. Assim, houve um aumento na demanda de trabalhadores e mais pessoas começaram a se mudar para as capitais estaduais em busca de trabalho (Cano, 2015; Chiappin, 2015). Portanto, o século XX ficou marcado pelo início de uma nova fase de migrações, fortemente concentradas no Sudeste brasileiro e caracterizadas pelo êxodo rural. Todavia, é necessário sublinhar que tal movimentação não se deu de maneira uniforme entre os estados que integram a região. Nesse sentido, dois casos marcam bem as diferenças migratórias no território: se por um lado São Paulo destacou-se como destino privilegiado das massas que deixavam seus locais de origem, ao estado do Espírito Santo as ondas migratórias apenas se dirigiram de forma muito lenta.

Desse modo, até os anos 1950, o processo de urbanização capixaba esteve sempre ligado à agricultura do café, mesmo com algumas empresas se fixando no estado antes da metade do século. Assim, conforme Rocha e Morandi (1991, p. 22-23):

O círculo vicioso e a situação de extrema dependência do café que caracterizaram nossa economia só foi alterada durante a última grande crise de superprodução e de preços, que afetou a cafeicultura nacional. Na segunda metade da década de 50, a seqüência de superafrações determinou a queda acentuada de preço, tal como já havia ocorrido em diversas ocasiões. Contudo, a política governamental de enfrentamento dessa crise cafeeira foi radicalmente diferente das que já haviam sido utilizadas nas crises anteriores. Os órgãos federais responsáveis pela política cafeeira decidiram erradicar os cafezais até que a capacidade produtiva e as safras colhidas se equilibrassem às necessidades do mercado consumidor. E, para viabilizar essa política, instituíram uma considerável indenização por cova erradicada.

Mas, para além das indústrias de manufatura, a industrialização também impulsionou o crescimento do setor de serviços nas cidades, incluindo comércio, transporte e setores relacionados. Ademais, a nova realidade instituída também teve um impacto na cultura e na sociedade, de modo que as cidades se tornaram centros de intercâmbio cultural, diversidade étnica e movimentos sociais e políticos. Em meio a esses acontecimentos, o nacionalismo Vargasista se utilizou dessas diversas ferramentas para realizar uma forte propaganda do Brasil e fortalecer a identidade nacional. Visto que, o Estado Getulista necessitava após a implantação da Ditadura, justificar sua dominação sobre o aparelho de Estado e escolher quem seriam seus interlocutores principais, tornou-se necessário a criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, como instrumento capaz de centralizar e direcionar a ideologia do “Estado Novo” junto à população em geral e, particularmente, aos trabalhadores. Posto isso, destaca-se o turismo como uma das principais ferramentas utilizadas por esse departamento para promover a imagem do país. Logo, a filha de Getúlio, Alzira Vargas (1914-1992), conseguiu impulsionar a criação da Divisão de Turismo como uma preocupação do regime, cujo principal objetivo seria:

[...] organizar e fiscalizar os serviços turísticos internos e externos [...] De acordo com o regimento do DIP, a divisão deveria organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastro de informações turísticas, corresponder - se (sic) com outras organizações no plano internacional, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o país (Goulart, 1990: 72)

Entretanto, embora a principal preocupação fosse atrair olhares internacionais para o Brasil, se utilizando do turismo interno, Vargas buscava propor igualmente, por meio de políticas, o conhecimento

das diferentes regiões do Brasil e a centralização do poder do Governo Federal. Deste modo, durante a Era Vargas, houve um interesse crescente em explorar o patrimônio cultural e histórico do Brasil, objetivo exemplificado na criação de órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, o qual visava preservar e promover o turismo em locais de importância cultural. Igualmente, ocorreram esforços para regulamentar e padronizar a indústria do turismo, com a criação de leis e regulamentos para garantir a qualidade dos serviços oferecidos aos turistas (Dos santos filho, 2008).

No bojo dessa dinâmica de transformações ocorridas durante o século XX, onde a sociedade brasileira passou por uma intensa transição devido, entre outras coisas, ao desenvolvimento industrial e ao incentivo às práticas de turismo, também os hábitos sociais e, particularmente, os hábitos alimentares passaram por profundas metamorfoses. Com o crescimento industrial e o aumento da população das cidades, ocorreu conseqüentemente um aumento no número de restaurantes e de serviços de alimentação. Isso, por sua vez, influenciou o comer urbano, com um possível aumento na demanda por refeições mais rápidas e convenientes, que poderiam ser preparadas com produtos industrializados. Apesar disso, os costumes e tradições relacionados ao modo de preparo de pratos típicos regionais e seu consumo, conseguiram conservar seu lugar de destaque nas culturas locais. Isso pois, a culinária regional tornou-se um importante ponto de atração para os turistas que buscavam, por meio do alimento, adentrar mais a história de determinada região. Conforme afirma Chagas (1977, p. 46):

Saber por que maneira um povo come é penetrar na sua vida íntima,

conhecer o seu gosto, apreciar o seu caráter. Hoje em dia, comer já não é como outrora - alimentar-se. Comer é revelar-se. Os povos modernos têm os seus alimentos prediletos, como têm as suas canções, as suas danças e seus jogos favoritos, e, segundo o que eles comem, assim se pode freqüentemente estabelecer o seu modo de ser e de pensar.

Dessa forma, há conseqüentemente, um impulsionado crescimento de opções que vão desde pratos tradicionais regionais até influências internacionais. Além disso, políticas criadas pelo Governo de Vargas que visavam o incentivo à cultura e à identidade nacional, auxiliaram na permanência dessas tradições. Uma vez que as comidas podem, mediante o uso de atributos culturais, de elementos de autenticidade, garantia e denominações de origem, serem transformadas em “marcas”, constituem-se assim, um elemento forte de identidade local e de produto (Masano, 2011).

Perante o exposto, constata-se que, por ser a região Sudeste a mais desenvolvida industrialmente, por conseguinte, haverá uma maior concentração de migrantes, imigrantes e turistas nesta região, uma vez que a mão de obra é necessária e a industrialização, em conjunto com a urbanização, torna os estados que a compõem mais atrativos e convidativos. Diante disso, o estado de São Paulo recebe destaque, uma vez que sua capital era composta por pessoas vindas de diversas partes do Brasil, e todas traziam em sua bagagem sua cultura, seus hábitos e memórias. Portanto, há uma grande variedade em sua culinária e forte concentração de restaurantes na região, gerando dessa maneira, conseqüentemente, o aumento no consumo de alimentos fora do lar, consolidando São Paulo como principal polo gastronômico do Brasil (Masano, 2011). Do mesmo modo, o estado do Espírito Santo, ainda que em escala diversa, também recebeu diversos

migrantes, entretanto, apesar dessa diversidade cultural, sua culinária local manteve algumas bases tradicionais. Pois:

Entre as diferentes formas de memória coletiva, uma das mais persistentes é a memória culinária, com sua variedade de sabores, aromas e cores que resistem ao impacto do tempo e até mesmo ao desenraizamento cultural e geográfico. Por isso, a lembrança dos pratos feitos pelos antepassados ocupa um lugar tão importante [...] (Heck; Belluzzo, 1999, p. 13).

Nesse contexto de grandes transformações, fez-se imperativa a contribuição do jornal impresso, um dispositivo de comunicação bastante utilizado no período, o qual exerceu papel fundamental na divulgação de restaurantes e na disseminação de receitas. As políticas de incentivo à cultura impostas pelo Vargasismo, atreladas à revolução tecnológica pela qual os meios de comunicação passavam no período, reforçaram os efeitos gerados pelo compartilhamento dessas receitas e propagandas na sociedade, de modo a conectar os indivíduos que a compunham em torno de um laço comunitário que compreendemos neste trabalho a partir do conceito de *comunidades imaginadas* (Anderson, 2008). Segundo o cientista político Benedict Anderson (2008) tais comunidades são construídas por laços de camaradagem horizontal que transcendem explorações e desigualdades existentes em seu interior, auxiliando assim, na composição de um sentido de identificação mútua que viria a reforçar o sentimento comunal. Portanto, são imaginadas, porque mesmo os membros das menores nações, nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem de sua comunhão. Logo, conforme afirma Anderson (2008, p. 80): “Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíram, na sua invisibilidade

visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada”.

Eis então que a circulação dessas informações modifica hábitos e pensamentos da população, que passa a cada vez mais se reconhecer como um grupo coeso, reconhecer sua identidade local e a sentir que integra uma comunidade. Portanto, a conexão entre as identidades e os conteúdos publicados em jornais também está, em grande parte, fundamentada na divulgação constante de notícias e informações que, ao aparecerem repetidamente nas páginas dos jornais, promovem a disseminação de símbolos e práticas. Esses elementos concorrem para estabelecer as normas e valores que, em última análise, contribuem para moldar as ligações identitárias. Esse processo, que envolve a criação de tradições e práticas culturais, é fundamental para o desenvolvimento das ligações grupais em todos os estados do Brasil, bem como em outros lugares (Hobsbawm; Ranger, 2008).

No contexto deste estudo, nossa atenção está centrada nas tradições culinárias, enfatizando um prato que desempenhou um papel significativo na culinária brasileira ao longo do século XX e que faz parte de um cardápio intimamente relacionado à identidade tanto nacional quanto regional: a moqueca. Embora a origem exata desse prato seja pouco documentada, registros dos séculos XVI e XVII oferecem vislumbres de como ele se desenvolveu. Inicialmente, a moqueca era uma técnica indígena usada para assar carne diretamente na chama ou cozinhá-la em seu próprio suco. No entanto, a partir do século XVIII, essa técnica passou a ser cada vez mais associada ao preparo de peixes, logo, esse processo distintivo de cozinhar lentamente o alimento em seu próprio líquido – o ato de moquear –, deu origem ao termo “moqueca” (Merlo, 2011, p. 30-31). No decorrer do século XX, este prato ganhou destaque e passou a estar cada vez mais presente



nos jornais, sendo objeto de uma oferta cada vez maior em estabelecimentos voltados à venda de alimentos.

Nesse sentido, observar o caso paulista pode ser muito instrutivo. Como foi dito, o estado teve papel central nas grandes e aceleradas mudanças ocorridas no Brasil durante o século XX, e sendo assim, os jornais que nele circulavam, marcam as mudanças na cultura alimentícia ao longo do tempo. E no caso da moqueca, é interessante perceber as flutuações no número de ocorrências no decorrer do recorte temporal aqui selecionado. Entre 1900 e 1919, o termo “moqueca” aparece apenas duas vezes, com um aumento expressivo na década de 1920-1929, quando é citado 59 vezes, especialmente no jornal *A Gazeta*. O número se mantém alto na década seguinte, mas diminui drasticamente entre 1940-1969, com apenas 25 menções. O termo “muqueca”, por outro lado, mostra um crescimento mais constante, especialmente entre 1910-1949, com 34 citações. A década de 1960-1969 representou o auge, com 64 menções, destacando-se os jornais *Cidade de Santos* e *A Tribuna*.

Já “peixada” aparece com maior frequência. Em 1900-1909, há 8 ocorrências, aumentando para 110 em 1920-1929, com destaque para *Gazeta do Povo* e *Praça de Santos*. A década de 1930-1939 registra 160 menções, e na década de 1950-1959, o número salta para 473, com o *Correio da Tarde* liderando. Em 1960-1969, o termo é citado 532 vezes, com destaque para *A Tribuna* e *Cidade de Santos*.

No Espírito Santo, “moqueca” é citada raramente, com apenas 6 menções entre 1900-1939. “Muqueca” tem uma presença mais constante, com pico em 1930-1939 (10 menções no *Diário da Manhã*). Já “peixada” aparece principalmente entre 1910-1939, com 25 menções, e diminui após a década de 1940-1949.

## **Conclusões**

Como foi exposto, o período que vai de 1900 a 1970 foi marcado por diversas mudanças na conjuntura brasileira. Em um momento movimentado da política nacional, o país passou por diversas instabilidades também em sua economia, sendo vários os impactos gerados pelas crises financeiras internacionais, o que demandou transformações na própria estrutura produtiva, levadas a cabo inicialmente por Getúlio Vargas e, entre idas e vindas, continuadas nos governos seguintes.

Em tal contexto, os estados de São Paulo e Espírito Santo passaram por movimentos muito diferentes. Enquanto o primeiro foi marcado historicamente por seu dinamismo, por ser um dos centros das lutas políticas e pela pujança econômica, o segundo viveu de forma mais vagarosa o clima de transformações nacionais, sendo muitas vezes associado – injustamente, é verdade – à ideia de lentidão desenvolvimentista, em especial por ser comparado aos demais estados da região Sudeste. Contudo, se de fato os ritmos de avanço foram diferentes entre paulistas e capixabas, é certo que ao longo de nosso recorte temporal ambos os territórios foram impactados pela nova realidade que se estabelecia na nação brasileira, apresentando mudanças na sociedade e também na cultura local.

Nesse sentido, um ponto a ser ressaltado é o da alimentação. Se ao longo do século XIX o discurso alimentar brasileiro era destacado por suas bases nacionalistas, formando-se a partir de elementos que unissem os diferentes grupos sociais que compunham o Brasil, no século XX vemos o crescimento de diferenciações locais, algo que impactou a sociedade em seus mais diversos níveis e alcançou as identidades territoriais de forma nunca antes vista. Dessa forma, as

transformações da alimentação nos estados levaram ao aparecimento de novas variáveis a serem levadas em consideração na composição identitária de suas populações, gerando tradições que teriam profundos impactos em todos os grupos sociais.

Assim, ao seguirmos a difusão dessa nova estrutura do comer em processo de mudanças através dos jornais, percebemos que seus impactos atingiram mesmo a psique das sociedades, o que em última instância levou a uma associação entre as opções alimentares locais e os grupos sociais neles presentes. Observar o caso da moqueca nesse cenário, é instrutivo, visto que o prato, que atualmente é associado à identidade capixaba muito mais do que à paulista, teve nos noticiosos de São Paulo uma difusão muito maior do que nos do Espírito Santo, o que mostra, entre outras coisas, como a identidade é múltipla e passível de ressignificações ao longo do tempo.

## Referências

### *Fontes Primárias*

**Folha Capixaba:** Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo, Espírito Santo, 1945-1961.

**O Estado do Espírito Santo:** Ordem e Progresso, Espírito Santo, 1890-1911.

**Correio Paulistano,** São Paulo, 1900-1919.

**A Tribuna,** São Paulo, 1907-1926.

**A Gazeta,** São Paulo, 1914-1933.

**A Gazeta Esportiva,** São Paulo, 1955-1958.

**Cidade de Santos,** São Paulo, 1967-1987.

**Diário da Noite,** São Paulo, 1927-1980.

**Gazeta do Povo,** São Paulo, 1917-1928.

**Praça de Santos**, São Paulo, 1926-1931.

**Correio da Tarde**, São Paulo, 1938-1958.

**Diário da Manhã**: Órgão do Partido Constructor, Espírito Santo, 1908-1937.

### *Bibliografia*

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, p. 444-460, 2015.

CHIAPPIN, José Raymundo Novaes. Considerações sobre o desenvolvimento no Governo Vargas: industrialização e universidades, construção estatal da rota para o agronegócio. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, n. 1, p. 19-50, 2015.

DOS SANTOS FILHO, João. O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda–DIP. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 2, n. 2, 2008.

GIMENES, M. H. S. G. **Patrimônio Gastronômico, Patrimônio Turístico**: uma reflexão introdutória sobre a valorização das comidas tradicionais pelo IPHAN e a atividade turística no Brasil. Seminário de pesquisa em turismo no Mercosul, v. 4, p. 1-15, 2006.

HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MASANO, Isabella Raduan. **A gastronomia paulistana: o local e o global no mesmo prato**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 264. 2011.

